

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ECSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

André Luís Faria Duarte

**O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE
DOS PARADIGMAS QUE EMBASARAM OS ESTUDOS NO BRASIL**

Tese de Doutorado

DUQUE DE CAXIAS

2019

André Luís Faria Duarte

**O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE
DOS PARADIGMAS QUE EMBASARAM OS ESTUDOS NO BRASIL**

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração.

Linha de Pesquisa: Estratégia e Governança

Orientadora: Prof. Dra. Deborah Moraes
Zouain

DUQUE DE CAXIAS

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

D812d Duarte, André Luís Faria.

O desenvolvimento do campo de administração pública: análise dos paradigmas que embasaram os estudos no Brasil / André Luís Faria Duarte. – Duque de Caxias, 2019.

123 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.

“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deborah Moraes Zouain

Referências: f. 86.

Dedico esta tese aos meus filhos, Arthur
e Bernardo.

André Luís Faria Duarte

“O Desenvolvimento do Campo de Administração Pública: Análise dos Paradigmas que Embasaram os Estudos no Brasil.”

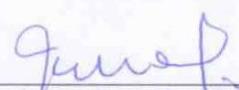
Tese apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Doutor em Administração.

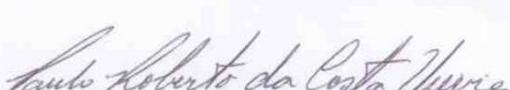
Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

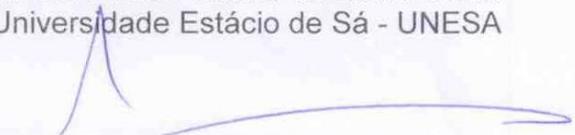
Aprovada em 18 de novembro de 2019.

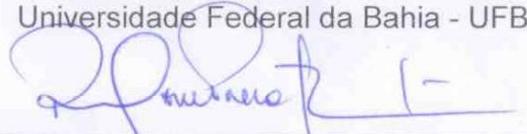
Banca Examinadora


Prof.ª Dr.ª Deborah Moraes Zouain
Universidade do Grande Rio


Prof. Dr. Josir Simeone Gomes
Universidade do Grande Rio


Prof. Dr. Paulo Roberto da Costa Vieira
Universidade Estácio de Sá - UNESA


Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Prof.ª Dr.ª Rejane Prevot Nascimento
Universidade do Grande Rio

*Daqui desse momento
Do meu olhar pra fora
O mundo é só miragem
A sombra do futuro
A sobra do passado
Assombram a paisagem*

*Quem vai virar o jogo
E transformar a perda
Em nossa recompensa
Quando eu olhar pro lado
Eu quero estar cercado
Só de quem me interessa*

- Lenine

Haja hoje pra tanto ontem

- Paulo Leminski

RESUMO

O presente estudo realizou um amplo mapeamento do campo científico de Administração Pública no Brasil, com o objetivo de identificar se houve, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a emergência e consolidação do paradigma da Administração Pública como interesse público na produção científica no país. Para alcançar tal objetivo, foram selecionados 1229 artigos da base SPELL que continham no título, resumo ou palavra-chave, a expressão “administração pública” ou “gestão pública”. Após análise preliminar, os artigos foram reduzidos a 911, que formaram o corpus do presente estudo. A análise foi feita a partir de técnicas bibliométricas e de análise de conteúdo. Como resultados, foram identificados os principais periódicos, autores mais prolíficos e autores mais citados de todo o período. Também foram identificados o locus e o focus de cada artigo. Não foi confirmada a consolidação de um paradigma da Administração Pública como interesse público na produção científica no Brasil.

Palavras-chave: Administração pública. Gestão pública. Paradigma. Produção acadêmica.

ABSTRACT

This study carried out a broad mapping of the scientific field of Public Administration in Brazil, aiming to identify if, since the promulgation of the Federal Constitution of 1988, there has been an emergence and establishment of the paradigm of Public Administration as a public interest in the country's academic production. To achieve this objective, 1229 articles from the SPELL database that contained in the title, abstract or keyword, the expression "public administration" or "public management", were selected. After preliminary analysis, the number of articles was reduced to 911, which formed the corpus of the present study. The analysis was performed using bibliometric techniques and content analysis. As a result, the main journals, most prolific authors and most cited authors of the entire period, were identified. The locus and focus of each article were also identified. The establishment of the paradigm of Public Administration as a public interest in scientific production in Brazil could not be confirmed.

Keywords: Public administration. Public management. Paradigm. Academic production.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da produção acadêmica sobre Administração Pública	57
Gráfico 2 - Evolução da produção sobre Administração Pública por decênio	58
Gráfico 3 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 1997	59
Gráfico 4 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007	61
Gráfico 5 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017	62
Gráfico 6 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 1997.....	59
Tabela 2 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007	60
Tabela 3 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017	61
Tabela 4 – Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017.....	62
Tabela 5 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 1997	64
Tabela 6 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007	65
Tabela 7 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017	65
Tabela 8 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017	66
Tabela 9 - Autores mais citados entre 1988 e 1997.....	68
Tabela 10 - Autores mais citados entre 1998 e 2007.....	69
Tabela 11 - Autores mais citados entre 2008 e 2017.....	70
Tabela 12 - Autores mais citados entre 1988 e 2017.....	71
Tabela 13 - Locus dos estudos.....	74
Tabela 14 - Focus dos estudos.....	76
Tabela 15 - Paradigmas dos estudos.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

AP - Administração Pública

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

FGV/RJ - Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro

FGV/SP - Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

GED - Governança da Era Digital

GVP - Gestão para o Valor Público

ILPES - Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

NGP - Nova Gestão Pública

NSP - Novo Serviço Público

RAP - Revista de Administração Pública

RSP - Revista do Serviço Público

SPELL - *Scientific Periodicals Electronic Library*

TI - Tecnologia da Informação

UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objetivo	13
1.2	Justificativa	14
1.3	Delimitação da pesquisa	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Administração	16
2.2	Público	17
2.3	O Conceito de Administração Pública	18
2.4	Ciências Sociais e a América Latina	20
2.5	Administração Pública no Brasil	23
2.6	Administração Pública Patrimonialista	23
2.7	Administração Pública Burocrática	25
2.8	Nova Gestão Pública	29
2.9	Após a Nova Gestão Pública	33
2.10	Pesquisas em Administração Pública	38
3	DIMENSÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	42
3.1	Círculo de Viena	42
3.2	Robert King Merton	43
3.3	Karl Mannheim	44
3.4	Thomas Samuel Kuhn	45
3.5	Pierre Bourdieu	47
4	METODOLOGIA	49
4.1	Escopo da Pesquisa	49
4.2	Estudos Métricos	50
4.3	Bibliometria	50
4.4	Cientometria	51
4.5	Análise de Conteúdo	52
4.6	Estrutura da Pesquisa	54
5	RESULTADOS	56
5.1	Produção por Periódico	58
5.2	Produção por Autor	64

5.3	Autores mais citados	67
5.4	O <i>Locus</i> dos Estudos	73
5.5	O <i>Focus</i> dos Estudos	76
5.6	Paradigmas dos Estudos	77
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
6.1	Limitações da Pesquisa	83
6.2	Estudos Futuros	84
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A - Periódicos que publicaram sobre AP entre 1998 e 2007	109
	APÊNDICE B - Periódicos que publicaram sobre AP entre 2008 e 2017	110
	APÊNDICE C - Periódicos que publicaram sobre AP entre 1988 e 2017	111
	APÊNDICE D - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007	113
	APÊNDICE E - Autores que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017	113
	APÊNDICE F - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017	115
	APÊNDICE G - Autores mais citados entre 1988 e 1997	116
	APÊNDICE H - Autores mais citados entre 1998 e 2007	118
	APÊNDICE I - Autores mais citados entre 2008 e 2017	120
	APÊNDICE J - Autores mais citados entre 1988 e 2017	122

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos da Administração Pública (AP) surgiu na virada do século XIX para o XX, com foco na preparação de servidores para a administração pública moderna nos Estados Unidos da América, sendo essa área entendida como um saber científico livre de valores, com o objetivo de contribuir para o funcionamento, eficiente e econômico, da administração governamental (FARAH, 2011). Na academia, as ideias sobre AP tiveram, inicialmente, forte influência do conceito weberiano de burocracia (SOETERS; TESSEMA, 2004).

Em termos mundiais, a revolução industrial fomentou a ideia de uma administração pública eficiente, o que ocorreu concomitantemente à diminuição de força dos poderes aristocratas e absolutistas (MOTTA, 2013). Já o século XX, de acordo com Cavalcante e Camões (2017), foi marcado por intensas mudanças sociopolíticas e econômicas que, sem dúvida, levaram a uma reflexão e reorganização do papel do Estado e da administração pública. Para esses autores, a construção do estado de bem-estar social exigiu um processo de complexificação do aparato estatal a fim de atender às demandas não apenas sociais, mas também em áreas de infraestrutura e economia. Apesar do aumento da influência das trabalhadoras, em razão do poder do voto, a burocracia política e os grandes empresários foram os principais detentores de poder no século XX (BRESSER PEREIRA, 2007).

No Brasil, o ano de 1930 é um marco que se relaciona ao início do processo continuado de modernização do aparelho de Estado (COSTA, 2008), pois até aquele ano, a AP era controlada por elites políticas que confundiam interesses públicos e privados nas ações do Estado (OLIVEIRA, 2017). O primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, buscou introduzir a forma burocrática e mais profissional da AP, nos moldes do modelo weberiano (CAVALCANTE; CARVALHO, 2017). Desta forma, os anos 1930 foram marcados pela ideia de racionalização, particularmente a partir dos teóricos da chamada escola clássica (KEINERT, 1994).

O período seguinte é marcado “[...]pelo desenvolvimentismo e seguido pelo Estado intervencionista, situados entre os governos de Kubitschek e os do período autoritário, que primaram pela racionalidade e pela competência técnica” (FADUL; SILVA; SILVA, 2012, p. 1444). Em 1967, o regime militar editou o decreto-lei no. 200, considerado por Cavalcante e Carvalho (2017) a segunda reforma administrativa do país. Em meados dos anos 1990, com a

redemocratização, foi proposta mais uma reforma do Estado, agora a de cunho gerencial (COSTA, 2008).

Percebe-se, portanto, que a AP brasileira é marcada por uma sucessão de reformas, considerada por Castor e José (1998) como uma perversa dinâmica de reforma e contrarreforma. Para Fadul, Silva e Silva (2012), a maioria dos autores brasileiros que estuda a formação da AP como ação do governo, o faz a partir do resgate da história dessas reformas. Mais recentemente, a área de estudo da AP tem reconfigurado “[...]a sua identidade enquanto campo científico, a partir do diálogo com outras disciplinas das ciências sociais, como a ciência política, a sociologia política, a geografia e a antropologia” (ANDION, 2012, p. 15).

Atualmente, o campo de Administração Pública no Brasil vive um revigoramento, com aumento de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de publicações em periódicos e livros (CAPELARI; AFONSO; GONÇALVES, 2014; VENDRAMINI; FEUERSCHÜTTE, 2017). Silva et al. (2013) identificam um crescimento incontestável do campo de AP no país. Neste sentido, apesar do setor público brasileiro ter um histórico de recorrentes reformas e mudanças, a reforma implementada na década de 1990, que será um pouco mais detalhada adiante, teve preponderância na agenda política e acadêmica, principalmente por propor mudanças estruturais no papel do Estado e sua relação com a sociedade (SILVA; FADUL, 2010).

1.1 Objetivo

O campo da AP, que engloba atividades de ensino, pesquisa e atividade profissional, de acordo com Keinert (2014), caracteriza-se, em termos kuhnianos, como uma comunidade científica. Capelari, Afonso e Gonçalves (2014, p. 102) entendem a AP “[...]como um campo científico em constante construção e os pesquisadores, que se dedicam a estudar a administração pública, como agentes não passivos dentro desse campo”. Desta forma, este estudo parte do princípio de que o conhecimento, incluindo o conhecimento científico, se caracteriza como um processo social que se desenvolve a partir de interações no campo intelectual, cognitivo, político, profissional, dentre outros. O pesquisador, quando empenhado na tarefa de investigar um fenômeno, não se isola do mundo e nem parte do zero para desenvolver sua pesquisa. Muito pelo contrário. O cientista está inserido em um contexto social e é influenciado por ele, sendo

importante esse entendimento, inclusive para a compreensão da natureza da ciência (SCHEID; FERRARI; DELIZOICOV, 2007).

Com base em tal entendimento, o objetivo geral deste estudo é verificar se houve, a partir de 1988, a emergência e consolidação de um novo paradigma na produção científica em administração pública no Brasil. Como objetivo específico, este estudo tem como meta realizar um amplo mapeamento do campo científico de AP no Brasil a partir da utilização de indicadores bibliométricos. Os indicadores bibliométricos revelarão os autores mais profícuos, periódicos mais utilizados, autores mais citados, dentre outros aspectos concernentes à área de AP na academia brasileira.

1.2 Justificativa

Este estudo se justifica pela contribuição ao debate acadêmico sobre a administração pública, especificamente em relação ao tema dos paradigmas que embasam os estudos da área da AP. O fato de abranger a produção acadêmica dos 30 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 é importante, pois suscita questionamentos e reflexões acerca do desenvolvimento do campo da AP no Brasil e sua relação com as mudanças que ocorreram nos governos, na academia e na sociedade de uma forma geral.

Outra questão que esse trabalho busca contribuir se refere à identificação do estágio de maturidade em que se encontram os estudos na área, bem como as possíveis lacunas existentes no campo. Tais conhecimentos podem ser úteis na formulação de novas suposições de pesquisa que busquem a ampliação e ao desenvolvimento do conhecimento sobre o assunto

Por fim, o amplo mapeamento do campo de estudos, com a identificação dos autores mais prolíficos, periódicos que mais publicam e autores mais citados, oferece um valioso subsídio para auxiliar acadêmicos, estudantes, professores e profissionais da área no planejamento e execução de suas atividades de pesquisa.

1.3 Delimitação da pesquisa

Como marco inicial, foi estabelecido o ano de 1988, principalmente por duas razões. Primeiramente, este foi o ano de promulgação da Constituição Federal que alterou significativamente a forma como passou a se entender o papel do Estado na administração

pública brasileira, e ficou conhecida também como Constituição Cidadã. De acordo com Abrucio (2007), três conjuntos de mudanças podem ser destacados: Democratização do Estado, Descentralização da Administração e Reforma do Serviço Civil. Este conjunto de mudanças, apesar de não ter se concretizado completamente, possibilitou avanços na administração pública brasileira.

O segundo motivo refere-se à necessidade observada de se retomar a discussão acerca dos paradigmas presentes na produção científica em administração pública no Brasil. O conjunto de artigos da pesquisadora Tânia Margarete Mezzomo Keinert, publicados no início da década de 1990, de autoria única ou em coautoria com outros pesquisadores, bem como sua tese de doutorado, orientada por Luiz Carlos Bresser Pereira, defendida em 1998, forma um sólido e abrangente conjunto de estudos que aborda os paradigmas da produção científica em administração pública até essa década (KEINERT, 1994; KEINERT; VAZ, 1994; MEZZOMO; LAPORTA, 1994; KEINERT, 1998).

Em sua tese, Keinert (1998) sustenta que havia sinais de um paradigma emergente que apontava para o “interesse público”. Neste sentido, ao se pesquisar o assunto por meio de artigos científicos produzidos a partir de 1988, permitirá a verificação da consolidação ou não desse paradigma emergente, além de possibilitar a exploração e identificação de suas principais características. Não menos importante que verificar tal consolidação, este estudo se propõe a realizar mapeamento do campo de administração pública no Brasil nos últimos 30 anos, a partir da análise de indicadores da produção acadêmica do período.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Administração Pública (AP) é uma área de estudo que tem muito a se desenvolver como ciência (NUNES; NUNES, 2018). Orozco (2009) sustenta que a AP, assim como outras ciências sociais, tem, desde a sua origem, problemas epistemológicos em relação à sua condição disciplinar, tendo seu estatuto científico vivido com as mesmas objeções que as disciplinas afins. De acordo com Souza (1998), é um campo eclético e que comporta teorias e conceitos de outras áreas das ciências sociais, tendo uma longa história de investigação a partir de uma variedade de disciplinas e perspectivas (JACOBSON; PALUS; BOWLING, 2010).

Não só no Brasil, mas em toda a América Latina, suas origens estão fortemente ligadas ao direito e ao enfoque jurídico (WAHRLICH, 1979; KEINERT, 1994; MOTTA, 2013). Guerreiro Ramos já dizia que a Nova Administração Pública se caracterizava “[...]pela percepção do hiato que existe entre o que sabemos e o que precisamos saber para cumprir os deveres específicos de nossa profissão” (GUERREIRO RAMOS, 1970, p. 9). Para Nunes e Nunes (2018, p. 143), “[...]como ciência, a AP ainda precisa se desenvolver, consolidar suas teorias e aprofundar o conhecimento de seu objeto, descobrindo as propriedades e as ‘leis’ que regem seu comportamento”. Apesar do grande volume de pesquisa na área, os estudos atuais investigam o tema parcialmente, sem incorporar todos os aspectos da gestão pública.

Antes de aprofundar as discussões acerca dos conceitos e da perspectiva histórica da administração pública, é importante se concentrar nesses termos para que se possa ter uma ideia precisa sobre o que se refere tal expressão.

2.1 Administração

Apesar de ser uma palavra corriqueira e estabelecida no senso comum, a administração tem pouca discussão acadêmica acerca de seu significado. Normalmente, são definidas as áreas da administração, tais como a administração de empresas, administração pública, administração escolar ou administração financeira. No entanto, o conceito absoluto de administração não encontra consenso na academia. Para Rezende (1968), a administração é um conceito amplo que se relaciona a praticamente todas as ciências humanas. Este autor define administração como “[...]a efetivação de realizações em todos os campos da atividade humana” (REZENDE, 1968, p. 60). Maximiano define administração como “[...]o processo de tomar decisões sobre

objetivos e utilização de recursos” (2006, p. 6). Paro (2010, p. 25) sustenta que “[...]administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”.

Essas definições, no entanto, não parecem ser suficientemente abrangentes e adequadas para definir a administração. De acordo com Azevêdo e Grave (2014), a questão sobre o que é a administração não recebeu respostas que possibilitem compreensão apropriada do fenômeno em pauta, tendo algumas conceituações contribuído, aparentemente, mais para confundir do que para esclarecer sobre o que seja administração. Nesse sentido, Santos (2013) destaca a variedade de definições e enquadramentos atribuídos à área da administração, assemelhando-se, metaforicamente, a uma torre de babel (GUERREIRO RAMOS apud SANTOS, 2013, p. 17), podendo-se afirmar que “Administração é quase tudo” (SANTOS, 2013, p. 18).

A partir de revisão de alguns autores considerados clássicos, Santos (2001) conclui que a administração deve ser considerada um “[...]’campo disciplinar’ inteiramente indefinido, seja porque os estudiosos pouco se importam com isso, seja porque quando alguma importância é dada o é de forma equivocada, principalmente no que respeita ao seu objeto” (SANTOS, 2001, p. 61). O que é quase um consenso na comunidade acadêmica é que a administração é um campo de estudos recente (SANTOS, 2013), que ainda carece de legitimação e reconhecimento da comunidade acadêmica (SANTOS, 2017).

2.2 Público

Se o conceito de administração ainda não é algo consolidado na academia, por ser, dentre outros motivos, considerado novo, situação diferente ocorre com o conceito de público, especialmente no que se refere à dimensão histórica das discussões sobre o tema. Ainda que o fato de pensar no que é público remeta a uma diversidade de conceitos (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013), os debates sobre os limites do público e do privado têm se desenrolado desde a antiguidade clássica, onde se caracterizava, na civilização helênica, o público como esfera da política por excelência, e o privado no domínio da casa, das coisas que não deveriam ser partilhadas (PRIOR; SOUSA, 2014).

Durante o período de tempo compreendido entre os séculos XIV e XX, foram várias as concepções do conceito de público, podendo-se identificar três grandes campos em que tais concepções foram conceituadas, sempre em oposição ao conceito de privado: público como contrário de privacidade ou intimidade; público como contrário de propriedade ou interesse

particular; e público como contrário de informação ou de conhecimento particular ou não difundido (LAVALLE, 2005). Bobbio (1986, p. 83), ao se referir ao que chama de aparente jogo de palavras, define “[...]o governo da democracia como o governo do poder público em público”, afirma que o conceito de “público” tem dois significados diferentes entre si, sendo um o contrário de “privado” e outro o contrário de “secreto”.

Keinert (1998, p. 55), ao analisar o conceito de público no contexto da administração pública, sustenta que “[...]o termo ‘público’ pode ser entendido como relativo àquilo que é ‘de todos e para todos’, à ‘coisa pública’ (*res publica*) e ao ‘interesse público’”. Esta autora ressalta que, historicamente, a esfera pública foi caracterizada como espaço de domínio do Estado, ainda que suas raízes estejam situadas na própria sociedade, com todas as suas inerentes contradições. O conceito de público, no entanto, vem passando por mudanças e se ampliando, ficando cada vez menos restrito e delimitado ao espaço institucional do Estado, e mais “[...]resultante do entrelaçamento Estado-Sociedade” (KEINERT, 1998, p. 70).

2.3 O conceito de Administração Pública

A partir do que foi visto, pode-se inferir que o conceituar Administração Pública não é tarefa das mais fáceis. Matias-Pereira (2008) afirma que é um conceito amplo e complexo, não havendo uma definição clara e consistente em razão da diversidade de sentidos. De acordo com Fischer (1984, p. 278), “[...]como área de conhecimento e ação, a administração pública tem evoluído cumulativa e, até certo ponto, desordenadamente, ao longo de sua história”.

De forma abrangente, a AP pode ser entendida, como “[...]o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal” (PASTORI, 1998, p. 10). Já Abreu, Helou e Fialho (2013) consideram que a AP se refere a uma área específica da Ciência da Administração.

Como área e campo de estudo, teve sua gênese no século XIX, nos EUA, com o objetivo de preparar os servidores para a administração pública moderna (FARAH, 2011). Esse novo modelo, chamado de administração pública burocrática, foi adotado com vistas a substituir o anterior, a Administração pública patrimonialista.

Lan e Anders (2000) sustentam que, durante décadas, acadêmicos da administração pública se engajaram em buscar um núcleo intelectual para o campo. Desde o seu surgimento, a área tem sido cercada por questões que envolvem a sua identidade, como o que é administração pública, se existe uma teoria da administração pública, se pode ser considerada uma disciplina, se é uma arte ou uma ciência ou ambas, dentre outras questões que persistem e dogmatizam a administração pública do ponto de vista de estudo, ensino e prática (RICCUCCI, 2008). Neste sentido, para Souza (1998), com exceção da teoria das organizações, tem sido pouco debatido o papel da teoria desempenhado na área de administração pública.

Para Lampropoulou e Oikonomou (2018), a teoria e prática da administração pública incluem uma ampla gama de escolas de pensamento, tradições administrativas e ferramentas de implementação. De acordo com esses autores, partindo do modelo tradicional de burocracias weberianas, a evolução dos sistemas, métodos e estilos administrativos seguiu caminhos diferentes e foi sujeita a várias influências decorrentes de disciplinas relacionadas, tais como ciência política, economia e sociologia. Ho (2018) acredita que a teoria na AP serve a, pelo menos, dois propósitos principais: generalizar fenômenos políticos, sociais e organizacionais relacionados à prática da administração pública; e explicar as relações entre esses fenômenos para que políticas e programas possam ser projetados e comportamentos construtivos possam ser incentivados a promover o bem público.

Bruno (2018) atribui ao caráter dual da AP, uma complexidade organizacional intrínseca, já que setor público é tanto um meio de entrega quanto um elemento de autogovernança social, devendo conter os conflitos de valores não resolvidos e a ambivalência moral da sociedade. Para esse autor, a estrutura burocrática é uma maneira de lidar com essas tensões: a padronização de procedimentos é a resposta à complexidade dos processos organizacionais e à necessidade de transparência na administração pública. No entanto, conforme Secchi (2009), a impessoalidade, preconizada pela lógica burocrática, pode gerar um descuido com as características e necessidades individuais.

Grimmelikhuijsen, Tummers e Pandey (2017) fazem uma crítica, ressaltando que o campo da administração pública é metodologicamente subdesenvolvido em comparação a outras disciplinas. O próprio conceito de administração pública é considerado amplo, complexo e sem uma definição clara e consistente (MATIAS-PEREIRA, 2008), o que pode acarretar desvio de foco nos estudos sobre o tema.

Especificamente na América Latina, as ciências administrativas, de uma forma geral, tiveram em seus primórdios forte “[...]predomínio do enfoque jurídico (ou da concepção legalista) da administração pública” (WAHRLICH, 1979, p. 33). Na primeira metade da década de 1970, Hopkins (1974) considerava que administração pública era uma das áreas menos desenvolvidas das ciências sociais nessa parte do mundo.

Como pertence ao grupo das ciências sociais, cabe resgatar, sucintamente, alguns aspectos desse campo do conhecimento, com especial atenção à sua inserção no contexto latino-americano.

2.4 Ciências sociais e a América Latina

O campo de estudo das ditas ciências sociais se refere a uma mesma realidade objetiva, que pode ser caracterizada, de modo abrangente, como sendo a sociedade (DAMIÃO, 2015). De acordo com Giddens (2008, p. 6), os estudos realizados, de forma objetiva e sistemática sobre a sociedade e sobre o comportamento humano, iniciaram-se no final do século XVIII, sendo, portanto, relativamente novos. Para esse autor, uma mudança fundamental para que isso tenha ocorrido foi a aplicação da ciência para se tentar responder às questões do mundo, no lugar de crenças religiosas, superstições etc. Nesse sentido, Eriksson (1988, apud SOYDAN, 2012) sustenta que a análise sociológica da sociedade se originou fundamentalmente durante a era do iluminismo. No entanto, foi apenas no século XIX que o modelo de racionalidade da ciência moderna se estendeu às ciências sociais (SANTOS, 2008).

Em termos históricos, as revoluções francesa e industrial contribuíram para a necessidade de se desenvolver novas formas de estudo e análise das sociedades, já que alteraram radicalmente a forma como essas se organizavam, seja em termos de liberdades cívicas, seja em termos econômicos e do trabalho (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006). Desta forma, de acordo com Giddens (2008, p. 7), “[...]a destruição dos modos de vida tradicionais levou os pensadores a desenvolver uma nova concepção dos mundos natural e social”.

Sob a ótica das ciências sociais, a ideia de ser humano centrada no indivíduo biológico deixa de ser preponderante, dando lugar à noção de “[...]ser humano constituído pela posição que ocupa em um quadro de relações sociais estabelecidas com base na cultura e na história” (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 64). Assim, as ciências sociais têm como unidade básica o ato social e supõem ser possível, ao homem, compreender suas intenções e

interpretar a conduta de outros (COLTRO, 2000). Ao questionar sobre o que constitui uma ciência social hoje, Dubnick (2018) ressalta que, para muitos, o fato de se fazer “pesquisa científica” sobre a vida social é fator determinante, sendo o termo “científico” a característica definidora da ciência social.

As ciências sociais são compostas de diferentes áreas interdisciplinares que integram teorias, fundamentos e conceitos de diversas disciplinas (RICCIO; MENDONÇA NETO; SAKATA, 2007). Esses conjuntos de saberes integrados deram origem a algumas disciplinas, tais como economia, direito, administração, administração pública, dentre outras.

Historicamente, o pensamento social na América Latina sofreu forte influência europeia (NUNES, 2005). O desenvolvimento dessas ciências relaciona-se aos contextos históricos e políticos característicos dessa região, ligados aos processos de expansão capitalista, da industrialização e dos poderes mundiais (LANGDON, 2014). As ciências sociais, especialmente a sociologia, projetaram-se na América Latina entre as décadas de 1930 e 1950, “[...]período no qual há, por parte de frações da burguesia local, um esforço de industrialização substitutiva de desenvolvimento capitalista independente e de modernização social” (NUNES, 2005, p. 23). A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma comissão das Nações Unidas fundada em 1948 (WANDERLEY, 2015), e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), organismo da CEPAL criado em 1962 dedicado ao planejamento, gestão pública e capacitação (FIGUEIREDO, 1990), elaboraram propostas de políticas econômicas e de interpretação do desenvolvimento e mudança social, com base no conceito centro-periferia (SILVA, 2017).

Em meados da década de 1960, “[...]as ciências sociais haviam se autonomizado no sistema de educação superior, a partir do estabelecimento de carreiras e cursos de sociologia” (BLANCO, 2007, p. 89). De acordo com Miglievich-Ribeiro (2014), entre 1950 e 1970 houve, na América Latina, profícuo intercâmbio que gerou ideias e argumentos originais sobre alguns assuntos, tais como capitalismo dependente e subdesenvolvimento, que foram diminuindo de importância ao longo do tempo.

Ballestrin (2013) chama a atenção para o importante movimento latino-americano do final da década de 1990, chamado Grupo Modernidade/Colonialidade. Para essa autora, este foi um “[...]movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no

continente por meio da noção de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Neste sentido, Torres, Romão e Teodoro (2012, p. 16) ressaltam que “A história das ciências sociais na América Latina está vinculada a um complexo grupo de fenômenos” e complementam, enfatizando que “[...]o pensamento vinculado às ciências sociais, tanto epistemológica quanto teoricamente, está enviesado por distintas ideologias, paradigmas teóricos e racionalidades políticas e científicas que existiram ou existem ainda na região” (TORRES; ROMÃO; TEODORO, 2012, p. 16). Já Trindade (2018) sustenta que as ciências sociais, nessa parte do mundo, sujeitaram-se ao contexto sociopolítico de cada nação, tendo uma orientação reformista e crítica.

Para Domingues (2008), a economia política era imprescindível para a maior parte da sociologia latino-americana nos anos 1960 e 1970, em conexão com o marxismo ou com as teorias da dependência. No entanto, “[...]as teorias da dependência ganharam corações e mentes e transformaram as ciências sociais latino-americanas em mundiais” (MARTINS, 2011, p. 266).

Especificamente no Brasil, a institucionalização das Ciências Sociais ocorreu em períodos distintos, tendo um primeiro grupo de intelectuais (juristas, engenheiros e médicos) atuado entre 1870 a 1930, fundamentando suas reflexões em “[...]fatores biológicos e no referencial evolucionista” (SILVA; SILVA, 2012, p. 98). Entre 1945 e 1964, as ciências sociais se ocuparam de assuntos políticos a partir de diferentes enfoques disciplinares, privilegiando estudos sobre o Estado brasileiro (VILLAS BÔAS, 1991). Cesco, Moreira e Lima (2014, p. 61) sustentam que a sociologia, a antropologia e a ciência política formam a “tríade clássica das ciências sociais brasileiras”. Para Forjaz (1997), as ciências sociais conquistaram, aos poucos, seu espaço nas agências governamentais de fomento, como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à medida em que se ampliava a comunidade de cientistas sociais.

Corrêa (1987, p. 21) identifica três momentos das ciências sociais brasileiras: o primeiro, chamado de o momento da ‘grandes sínteses’, que se relacionava às avaliações globais da sociedade brasileira feitas por alguns intelectuais, tais como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre; o segundo, de transição, em que se verificava a realidade brasileira no campo, estimulada por um interesse externo e pela ânsia de autoconhecimento por parte da intelectualidade nacional; e o terceiro, iniciado com a reforma universitária no final da década de 60, expressa pelos cursos de pós-graduação.

2.5 Administração pública no Brasil

A AP brasileira é conhecida pela sua abrangência, complexidade e alto nível de heterogeneidade (CAVALCANTE, 2018). De acordo com Motta (2013), a AP, assim como a ciência política, tem sua origem no direito, e apenas nas décadas de 1940/1950 ganhou autonomia como campo de produção de conhecimento. Na década de 1950, surgem as primeiras escolas de administração, que formam administradores públicos privados no país (FADUL; SILVA; SILVA, 2012).

Para Coelho (2019), entre as décadas de 1990 e 2000, houve uma revalorização e expansão do curso de graduação em AP no Brasil, em grande parte, motivada pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e a agenda de reforma do estado, que preconizava um novo modelo de gestão pública que necessitava de administradores públicos com um novo perfil.

Apesar da AP brasileira ter avançado em relação às estruturas, métodos e procedimentos, não houve “[...]desenvolvimento de um arcabouço teórico que dê conta de analisar e compreender a complexidade inerente às diversas dimensões da administração pública brasileira” (FADUL; SILVA, 2009, p. 359).

São vários os autores que analisaram, historicamente, os modelos de administração pública predominantes em cada época. Grande parte deles identifica três modelos de administração pública que se destacaram, cada um, em determinado período histórico, sendo esses os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial ou da Nova Gestão Pública (NGP) (BRESSER PEREIRA, 1996; SOETERS; TESSEMA, 2004; GOMES; OLIVEIRA, 2010; COSTA, 2012; ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012). Esses modelos são descritos a seguir.

2.6 Administração pública patrimonialista

O Estado moderno, surgido a partir da segunda metade do século XV, foi, na sua gênese, politicamente absolutista, economicamente mercantilista e administrativamente patrimonialista (GOMES; OLIVEIRA, 2010). O modelo de administração pública patrimonialista era o modelo característico das monarquias absolutistas, nas quais o patrimônio do rei e patrimônio público se confundiam, numa evidente mistura entre o que é público e o que é privado (COSTA, 2012). De acordo com Campante (2003), o controle do estado se dá de forma personalista e a partir da

centralização de poder e da administração que beneficia a camada político-social que o sustenta. Para esse autor, em uma sociedade patrimonialista, a ascensão social ocorre fundamentalmente por favoritismo e o sistema jurídico “[...]costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal” (CAMPANTE, 2003, p. 155).

De acordo com Soeters e Tessema (2004), o modelo patrimonialista não prevê uma divisão precisa ou regular de trabalho, ficando a posição do funcionário local não condicionada a um saber racional especializado, mas sim à sua autoridade social no seu distrito administrativo, sendo esse o motivo pelo qual a camada possuidora, principalmente de terras, ser capaz de monopolizar as posições locais (WEBER, 2004).

Costa (2012) sustenta que o conceito de patrimonialismo é uma variação da dominação tradicional de Weber (2004), sendo “[...]patrimonial toda dominação que, originariamente inspirada pela tradição, é exercida em virtude de um direito pessoal” (COSTA, 2012, p. 51). Para o entendimento do conceito de dominação em Weber (1982; 2004), é necessário resgatar um pouco dos estudos deste teórico alemão acerca do Estado moderno. Ao estudar o conceito de Estado, Weber (1982) sustenta que não é possível definir o Estado em termos de seus fins, mas apenas “[...]em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física” (WEBER, 1982, p. 98). Nas palavras dele, “Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima)” (WEBER, 1982, pp. 98-99). Ao procurar as legitimações da obediência, Weber (1982) encontrou três tipos “puros”: tradicional, carismático e legal, ressaltando que esses tipos “puros” raramente são encontrados na realidade, mas sim variantes e combinações desses tipos.

Originalmente, a administração patrimonial cuidava especificamente das necessidades puramente pessoais, sobretudo privadas, da gestão patrimonial do senhor. A obtenção de um domínio "político", isto é, do domínio de um senhor sobre outros senhores, não submetidos ao poder doméstico, significa então a agregação ao poder doméstico de outras relações de dominação, diferentes, do ponto de vista sociológico, somente em grau e conteúdo, mas não na estrutura (WEBER, 2004, p. 240).

Neste sentido, fica clara a existência de uma estrutura de dominação patrimonialista, que dá sustentação a esse tipo de administração pública. Tal modelo, no entanto, se mostrará conflitante com o capitalismo industrial surgido no século XIX, que necessita,

fundamentalmente, da clara separação entre o Estado e o mercado, entre o público e o privado e entre o político e o administrador público (BRESSER PEREIRA, 1996).

No Brasil, de acordo com Andrews e Bariani (2010), várias características observadas atualmente na administração pública se originaram no período colonial, como o patrimonialismo, o clientelismo e o formalismo. De acordo com esses autores, tais características foram herdadas dos sistemas português e espanhol, sendo reforçadas e alteradas nos períodos do Império e da República Velha no Brasil (ANDREWS; BARIANI, 2010). Para Andrade, Castro e Pereira (2012), na história do Estado brasileiro, prevalecem aspectos patrimonialistas, que se desenvolvem como instrumentos que visam a manutenção do poder.

Costa (2012) observa que a formação do povo brasileiro se reflete em um conjunto de fatores que caracterizam formas de agir e de pensar, tanto de pessoas quanto de instituições. A sociedade brasileira tem suas origens na miscigenação étnica, social, religiosa e cultural, que caracterizam o Brasil desde os tempos em que era uma colônia de Portugal, sendo o patrimonialismo um dos traços mais marcantes (COSTA, 2012). Neste ponto, vale a ressalva de Campante (2003), quando observa que patrimonialismo é um conceito que se refere ao estado, ou seja, é necessário que haja um Estado para haver patrimonialismo. Antes de 1808, ano da chegada da família real ao Brasil, patrimonialista era o Estado português (CAMPANTE, 2003).

Em relação à abordagem da academia e dos pesquisadores brasileiros nesse contexto, Keinert (1994; 1998) identifica que o período de 1900 a 1930 foi marcado pela preponderância do paradigma da Administração Pública como Ciência Jurídica, conforme será visto mais adiante.

2.7 Administração pública burocrática

Conforme já citado, o modelo de administração pública patrimonialista não era compatível com o capitalismo industrial nascente no início do século XIX. As ideias acerca de uma Administração Pública mais eficiente avançaram, de acordo com Motta (2013), com o advento da revolução industrial e com o enfraquecimento dos poderes aristocratas e absolutistas. Para esse autor, já no século XVIII, em razão de uma incipiente burocracia pública na Prússia, já havia preocupações de gestão com foco no controle, nas finanças públicas e nas comunicações das ordens públicas (MOTTA, 2013).

O chamado modelo burocrático, no entanto, surge buscando combater as práticas de corrupção, clientelismo e nepotismo, que eram facilitadas pelo modelo patrimonialista (MEDEIROS, 2006). Foi necessário para que houvesse adequação do aparelho do Estado à nova realidade do capitalismo já avançado. É forjado no contexto de avanço do modo de produção capitalista, que exigia uma clara separação do espaço público do privado, e baseia-se na relação de poder racional-legal de Max Weber (COSTIN, 2010). Esse tipo de dominação, de acordo com o próprio Weber (1982), é

[...] o domínio em virtude da “legalidade”, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham (WEBER, 1982, p. 99).

De acordo com Faria e Meneghetti (2011), Weber estudou o processo de racionalização da sociedade na transição da era medieval para a idade moderna. Segundo esses autores, Weber analisou

[...] o desencantamento do mundo, baseado no cálculo utilitário de consequências, substitui a mediação das relações sociais que antes estavam baseadas na tradição e no carisma. Uma racionalidade instrumental-legal se institui e modifica as relações na sociedade, fazendo com que a burocracia moderna se consolide como razão materializada desse processo histórico (FARIA; MENEGHETTI, 2011, p. 426).

Tragtenberg (1997) ressalta que Weber aceita a função necessária da burocracia em uma sociedade de massa, mas combate o seu domínio sobre a sociedade. Para Weber, a burocracia é irracional quando atinge outras esferas além daquelas que lhe são próprias (TRAGTENBERG, 1997).

Segundo Medeiros (2006), Weber considerava que a dominação legal da forma mais pura é exercida, por via de um quadro administrativo burocrático, com as seguintes características básicas:

- a) atribuições de funcionários fixadas oficialmente por regras ou disposições administrativas;
- b) hierarquia e funções integradas em um sistema de mando, de tal modo que, em todos os níveis, haja uma supervisão dos inferiores pelos superiores;
- c) atividades administrativas se manifestam e se baseiam em documentos escritos;
- d) as funções pressupõem aprendizado profissional, com treinamento especializado;
- e) o trabalho do funcionário exige que ele se consagre inteiramente ao cargo que ocupa (dedicação plena e tarefas específicas);

f) acesso à profissão é ao mesmo tempo acesso a uma tecnologia particular (COVRE apud MEDEIROS, 2006, p. 146).

De forma mais simples, Bresser Pereira (1980) sustenta que a racionalidade da burocracia se expressa a partir de três características básicas: são sistemas sociais formais; sistemas sociais impessoais e sistemas sociais dirigidos por administradores profissionais. Desta forma, a administração pública burocrática se tornou importante “[...]em função da previsibilidade e precisão no tratamento das questões organizacionais” (GOMES; OLIVEIRA, 2010, p. 106).

O modelo weberiano, segundo Secchi (2009), instituiu um alto padrão de conhecimento entre os trabalhadores nos diversos tipos de organização, sendo um dos fatores mais importantes a divisão entre planejamento e execução, a partir da qual a política fica responsável pela elaboração dos objetivos e à administração pública cabe transformar as decisões em ações concretas.

No Brasil, foi no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), que foram feitas as primeiras tentativas de se burocratizar a administração pública, com a implementação da chamada Reforma Burocrática, que visava a profissionalização do funcionalismo público (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012). De acordo com Cavalcante e Carvalho (2017), de 1930 a 1945 foram criados vários órgãos e empresas estatais, além de ocorrer, no período, atuação do estado na reestruturação do funcionalismo público. Com base no modelo weberiano clássico, a proposta de reforma da administração pública tinha como base a profissionalização da burocracia, sendo adotadas, para isso, algumas regras que valorizassem a meritocracia no funcionalismo público federal, como concurso público, estabilidade no emprego e organização de carreiras (CAVALCANTE; CARVALHO, 2017).

Em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão diretamente subordinado à presidência da República, que tinha o objetivo de “[...]diminuir a ineficiência do funcionalismo público federal e reorganizar a administração pública” (RABELO, 2011). O DASP foi fundamental para o funcionamento do governo. Nele, uma elite técnica ficou “[...]responsável pela reestruturação de todo o funcionalismo público federal, e que tentou promover mudanças no trabalho, principalmente na forma de ingresso, carreira e organização das repartições públicas, centralizando decisões” (RABELO, 2011, p. 132). Souza (2017) sustenta que a missão do DASP, além de recrutar e formar uma burocracia

profissionalizada, era de “[...]eliminar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, ou seja, gerar capacidade” (SOUZA, 2017, p. 32).

Na visão de Rabelo (2011), o DASP conseguiu desenvolver uma elite técnica que desagradou antigas oligarquias, que demandavam práticas clientelistas. A tarefa do grupo, no entanto, não foi fácil e não obteve o esperado sucesso, pois demandou negociações e foi alvo de resistência por parte do funcionalismo federal (RABELO, 2011).

Após o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas, houve um período caracterizado por uma ideologia desenvolvimentista (1946-1964), quando se implementou a chamada “administração para o desenvolvimento”, principalmente por meio de projetos de cooperação internacional, que também realizaram treinamento de professores de administração nos EUA (KEINERT, 1994). Apesar da tentativa de retomada de propostas iniciais do DASP no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), não houve, nesse período, alterações relevantes na burocracia federal (CAVALCANTE; CARVALHO, 2017). É justamente nesse período que “[...]a administração começa a adquirir contornos de campo de conhecimento: ocorre um aumento na produção de textos de caráter teórico-conceitual e uma presença marcante de traduções, importações destinadas a auxiliar sua estruturação” (KEINERT, 1994, p. 44).

Uma importante instituição federal criada em 1955 foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que tinha o objetivo de oferecer ensino pós-universitário (WANDERLEY, 2016). Os integrantes do ISEB possuíam variadas origens e formações, “[...]reunidos numa instituição que tinha o objetivo pensar os problemas do Brasil e a partir do diagnóstico, propor soluções” (GOMES, 2011, p. 41). De acordo com Bresser Pereira (2004), esse instituto pode ser considerado uma escola de intelectuais que se reuniam para pensar o Brasil, mas que não estavam exatamente preocupados com pesquisas acadêmicas, mas sim em participar da vida pública. Com o golpe militar de 1964, o ISEB “[...]foi fechado, em uma das primeiras medidas do novo governo” (WANDERLEY, 2015, p. 246).

Após o golpe de 1964, a país vivia um período sob regime militar que duraria até o ano de 1985. No ano de 1967, foi editado o decreto-lei no. 200, considerado a segunda reforma administrativa do país (CAVALCANTE; CARVALHO, 2017). Para Bresser Pereira (2007), esta foi a reforma desenvolvimentista. Tal decreto transferiu para agências governamentais descentralizadas, que tinham flexibilidade para o recrutamento de seus quadros técnicos, várias

atividades públicas (SOUZA, 2017). De acordo com Costa (2008), prescrevia cinco princípios fundamentais:

- o planejamento (princípio dominante);
- a expansão das empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas), bem como de órgãos independentes (fundações públicas) e semi-independentes (autarquias);
- a necessidade de fortalecimento e expansão do sistema do mérito, sobre o qual se estabeleciam diversas regras;
- diretrizes gerais para um novo plano de classificação de cargos;
- o reagrupamento de departamentos, divisões e serviços em 16 ministérios: Justiça, Interior, Relações Exteriores, Agricultura, Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento, Transportes, Minas e Energia, Educação e Cultura, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Saúde, Comunicações, Exército, Marinha e Aeronáutica (p. 850).

De acordo com Keinert (1994), o modelo Estado-Empresa demandava e absorvia os quadros formados nos moldes da gestão empresarial. A década de 1970, na qual as empresas estatais passaram a ser administradas com foco na competência e racionalidade técnica, assistiu ao declínio do administrador público e apogeu do papel do tecnocrata, “[...]exacerbação máxima da racionalidade funcional e dos princípios desenvolvimentistas” (FISCHER, 1984, p. 283).

Para Costa (2008), o modelo de crescimento se caracterizou pela expansão da administração indireta. No início dos anos 1980, o regime militar e a expansão acelerada e fragmentada do setor governo mostram sinais de esgotamento, tendo como um dos sinais a alta da inflação, que gerou a chamada crise fiscal (SOUZA, 2017). Apesar dos avanços, houve aumento do “[...]fosso entre o Estado tecnocrático e moderno na administração indireta e o Estado burocrático, formal e defasado da administração direta” (CAVALCANTE; CARVALHO, 2017, p. 6). Para Bresser Pereira (2007), ocorre o rompimento da aliança da burguesia nacional com os militares, levando à adesão dos empresários às forças que lutavam pela redemocratização, que chegariam ao poder em 1985.

2.8 Nova gestão pública

A partir dos anos 1980, uma nova filosofia ou conjunto de ideias conhecida como *New Public Management* (HOOD, 1991), ou Nova Gestão Pública (NGP), orientou a gestão na administração pública (GONZALEZ; LLOPIS; GASCO, 2013). Embora a NGP promova valores e objetivos de natureza econômica, o conceito é multifacetado e contém elementos

diferentes, pois implica na busca de um modelo de gestão profissional, que torna o controle ativo e visível sobre organizações públicas (GONZALEZ; LLOPIS; GASCO, 2013). Para Iacovino, Barsanti e Cinquini (2017), a NGP compreende um conjunto de teorias e estudos sobre a modernização das administrações públicas por meio da introdução de lógicas de gestão específicas pertencentes ao setor privado. Já para Secchi (2009, p. 354), “[...]é um modelo normativo pós-burocrático para a estruturação e a gestão da administração pública baseado em valores de eficiência, eficácia e competitividade”.

A transição da administração burocrática para a gerencial, segundo Bresser Pereira (2017), foi uma clara resposta à necessidade de se aumentar a eficiência ou diminuir os custos dos grandes serviços sociais, tais como educação, saúde e previdência social que o Estado passara a exercer a partir do final da segunda guerra mundial. Para Lima, Jacobini e Araújo (2015), as mudanças propostas pelo advento da NGP focalizaram primeiramente a redução do tamanho do Estado, por meio de privatizações e terceirizações, sendo posteriormente direcionadas à melhor capacidade institucional de gestão. Tais reformas eram inspiradas na iniciativa privada e tinham foco em alguns assuntos, tais como avaliação de desempenho, contratos de gestão, produtividade e eficiência (LIMA; JACOBINI; ARAUJO, 2015).

A grande ambição da NGP, de acordo com Danneels e Viaene (2105), era justamente a melhoria em processos, eficiência e eficácia. A NGP não se refere, no entanto, apenas à implementação de novas técnicas, mas sim a um novo conjunto de valores retirados do setor privado (DENHARDT; DENHARDT, 2000). Nesse sentido, Meijer (2012) enfatizou a importância da satisfação do cliente, tendo como ideia básica que os funcionários públicos não apenas se esforçassem para seguir procedimentos formais, mas também deveriam se esforçar para atender os clientes, apresentando o setor privado como um ideal norteador para tornar os cidadãos mais satisfeitos com os serviços do setor público.

De acordo com Eckerd e Snider (2017), embora o uso da expressão *New Public Management* seja relativamente recente, as ideias subjacentes a ela não são necessariamente novas. Para esses autores, o ponto central é que melhores resultados políticos podem ser alcançados por meio de mais medição e maior adesão às filosofias do mercado. Na sua forma mais extrema, segundo Osborne (2006), refere-se à superioridade das técnicas de gestão do setor privado em relação as da administração pública e com a suposição de que a aplicação de tais técnicas aos serviços públicos leva automaticamente a melhorias na eficiência e eficácia desses serviços. Ou seja, pode-se “[...]resumir a preocupação central da Nova Gestão Pública

como a combinação entre a flexibilização da gestão e o aumento da responsabilização da administração pública” (SANO; ABRUCIO, 2008, p. 66). No entanto, o entusiasmo por uma reforma orientada pela NGP, geralmente, não é compartilhado por aqueles que estudam organizações públicas (ECKERD; SNIDER, 2017).

Drechsler (2005) argumenta que a NGP se constitui na transferência de negócios, princípios de mercado e técnicas de gestão do setor privado para o público, com base em uma compreensão neoliberal de estado e economia. O objetivo, segundo este autor, é um estado mínimo em que qualquer atividade pública é diminuída e, se for caso, exercida de acordo com os princípios de eficiência do negócio, sendo popularmente designada por alguns conceitos, tais como gerenciamento de projetos, orientação ao cliente, abolição de carreiras do serviço público, despolitização, gestão da qualidade total, terceirização dentre outros (DRECHSLER, 2005). O cidadão passa a ser entendido, portanto, como um cliente dos serviços governamentais. O conceito de cidadão confundido com o de cliente atrapalha, segundo López e Gulías (2015), o conceito de cidadania e minimiza, na prática, os direitos democráticos dos cidadãos.

Bowrey, Hui e Smark (2017) chamam a NGP de ideologia e destacam que, pelo menos, desde o início do século XIX, discussões significativas sobre a implementação de reformas do setor público baseadas em princípios de eficiência e eficácia, sustentados pelas noções de racionalidade econômica e gerencialismo, têm moldado a discussão sobre a gestão das operações governamentais. Esses autores ressaltam que o impulso para privatizar as operações governamentais, devido aos benefícios do setor privado (ou fraquezas no setor público), sempre será controverso e se baseará mais na ideologia do que nas práticas que proporcionam um melhor atendimento ao público (BOWREY; RUI; SMARK, 2017). De acordo com Danneels e Vianen (2015), a NGP parece nunca ter realmente alcançado os benefícios prometidos. Para Cavalcante e Camões (2017), a inconsistência da NGP e as premissas de fragmentação e competição entre as unidades administrativas, acabaram gerando uma incapacidade no Estado de lidar com sua própria complexidade de coordenação governamental.

Esse movimento é identificado no Brasil, principalmente, com a reforma federal de 1995/98, impulsionada pelo professor Luiz Carlos Bresser Pereira (BOLLIGER; DIAS, 2014), que liderou os debates acerca da reforma do Estado, que tinha explícita a proposta de inaugurar a “administração gerencial” (COSTA, 2008). As referidas reformas do Estado tinham como discurso a crítica à rigidez burocrática e a necessidade de mudanças (FERREIRA et al., 2014) e devem ser entendidas “[...]dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa

de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, para se tornar seu promotor e regulador” (COSTA, 2008, p. 863).

Bresser Pereira (2017) sustenta que a reforma no Brasil não tinha cunho neoliberal, pois justamente buscou fortalecer o Estado e não enfraquecê-lo. Na sua visão, a reforma gerencial, ao tornar eficientes os serviços sociais e científicos prestados pelo Estado, permite a legitimação política do estado social, entendido como a “[...]forma mais eficiente de reduzir a desigualdade e aumentar a segurança dos cidadãos e suas famílias” (BRESSER PEREIRA, 2017, p. 153). A reforma gerencial, ainda segundo Bresser Pereira (2017), mudou as condições de oferta dos grandes serviços sociais, tornando-se um componente fundamental da legitimação do estado social combatido pelo neoliberalismo, já que permitiu que esses grandes serviços sociais fossem administrados com eficiência.

De acordo com Oliveira (2015), o fato de a NGP ter surgido no Brasil logo após a longa Ditadura Militar (1964-1985), fez com que essas reformas neoliberais fossem confundidas com a ampliação da participação na vida política, acesso a direitos básicos e ao pleno exercício da cidadania. No entanto, ainda que no início a NGP tenha tido uma boa receptividade, em função da propagada melhoria de desempenho nos serviços públicos, para a maioria da população houve uma mudança muito pequena no acesso e na qualidade desses serviços, causando uma decepção pelo fracasso nos resultados práticos obtidos (MOTTA, 2013). Ou seja, a NGP produziu resultados muito aquém do que havia prometido (SALM; MENEGASSO, 2009).

Moreira e Alves (2009) chamam a atenção para o fato de que no final do século XX houve um aumento do interesse pelo tema da administração pública. Esses autores ressaltam que o aumento do interesse pelas funções do Estado se deu justamente quando se “[...]assistia a um movimento de afirmação da economia de mercado e de preocupação em compreender os seus mecanismos de funcionamento” (MOREIRA; ALVES, 2009, p. 12). Nesse sentido, de acordo com Cavalcante (2017), as reformas de gestão pública continuam se mantendo como assunto de pesquisa há quase quatro décadas.

Em paralelo a todas essas mudanças que ocorreram na administração pública, não apenas no Brasil, mas em grande parte dos países de todo o mundo, a abordagem acadêmica sobre esse campo também alterou seu foco e seus pontos de vista. Algumas pesquisas realizadas sustentam tal afirmação, além de contribuírem com outras descobertas do campo em estudo e estão relacionadas a seguir.

2.9 Após a nova gestão pública

Há uma discussão, tanto na academia quanto em outras instâncias profissionais e governamentais, acerca de um novo modelo de AP que venha a suceder a NGP. Neste sentido, algumas abordagens são apresentadas por diferentes autores, de forma a identificar ou mesmo propor um novo modelo, algumas vezes chamado de paradigma, que esteja sendo gestado, ou esteja em curso, no âmbito da AP, especificamente a partir do final do século XX. Estudos nas últimas três décadas demonstraram como as práticas de implementação mudaram entre as preferências tradicionais por práticas de governança hierárquica ou governamental, em direção a uma orientação baseada no mercado inspirada na NGP e, atualmente, rumo a novas reformas e escolhas da sociedade civil (HOWLETT; KEKEZ; POOCHAROEN, 2017).

Para López e Gulías (2015), o debate sobre como gerenciar serviços e organizações públicas tem levado a diversas contribuições de diferentes disciplinas nas ciências sociais, estando enquadradas em três paradigmas fundamentais: Administração Pública Clássica (ou Velha Gestão Pública), a Nova Gestão Pública (NGP) e, mais recentemente, o Novo Serviço Público (NSP).

Sendo considerada uma das principais ideias de um modelo Pós-NGP, o NSP é apresentado por Denhardt e Denhardt (2000) como um conjunto de ideias acerca do papel da AP no sistema de governança, que coloca os cidadãos no centro. Para esses autores, a comparação da NGP com a “velha gestão pública” será sempre uma forma de identificar e ressaltar os benefícios da NGP, já que a forma “velha” passou a ser identificada como sinônimo de burocracia, hierarquia e controle. Desta forma, a “velha gestão pública” teria seus fundamentos teóricos e epistemológicos primários baseados na teoria política, a NGP na teoria econômica e o NSP na teoria democrática. De acordo com os ideais do NSP, o governo não deve ser administrado como um negócio, mas sim como uma democracia (DENHARDT; DENHARDT, 2007).

Denhardt e Denhardt (2000) apresentam 7 lições práticas que estão em linha com o conjunto de ideias do NSP. São elas: 1) Servir em vez de dirigir, pois o papel cada vez mais importante do servidor público é ajudar os cidadãos a articular e atender seus interesses comuns, no lugar de tentar controlar ou orientar a sociedade em novas direções; 2) o interesse público é o objetivo, não o subproduto, já que os administradores públicos devem contribuir para a construção de uma noção coletiva e compartilhada de interesse público e não a busca por

soluções rápidas orientadas por escolhas individuais; 3) pensar estrategicamente e agir democraticamente, pois políticas e programas que atendem às necessidades do público podem ser alcançados, de maneira mais eficaz e responsável, por meio de esforços coletivos e processos colaborativos; 4) servir cidadãos, não clientes, entendendo que o interesse público resulta de um diálogo sobre valores compartilhados, e não da agregação de interesses pessoais individuais; 5) saber que a prestação de contas (*accountability*) não é simples e os servidores públicos devem estar atentos ao direito estatutário e constitucional, aos valores da comunidade, às normas políticas, padrões profissionais e interesses dos cidadãos; 6) valorizar as pessoas, não a produtividade, pois as organizações públicas e as redes nas quais participam têm maior probabilidade de sucesso a longo prazo se forem operadas por meio de processos de colaboração e liderança compartilhada com base no respeito por todas as pessoas; e 7) valorizar a cidadania e o serviço público acima do empreendedorismo, já que o interesse público é melhor promovido por servidores públicos e cidadãos comprometidos em fazer contribuições significativas para a sociedade, em vez de gerentes empresariais que agem como se o dinheiro público fosse deles (DENHARDT; DENHARDT, 2007).

Outra perspectiva, apresentada como uma teoria, é proposta por Osborne (2006). Esse autor sustenta que é possível e desejável que se desenvolva uma teoria da Nova Governança Pública, baseada na existência de um estado plural e pluralista e que busca entender o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas nesse contexto. Estado plural é entendido quando vários atores interdependentes contribuem para a prestação de serviços públicos, já no estado pluralista vários processos informam o sistema de formulação de políticas. Como consequência dessas duas formas de pluralidade, o foco está nas relações interorganizacionais e na governança dos processos, enfatizando a eficácia e os resultados do serviço (OSBORNE, 2006). Brunet e Aubry (2016) sustentam que, passadas algumas décadas de dominação, a NGP está lentamente dando lugar a essa nova e emergente escola de pensamento.

Sob a Nova Governança Pública, o processo de governo administrativo é caracterizado pela colaboração, e não pela concorrência, como na NGP (TORFING; TRIANTAFILLOU, 2013). Para Arrona et al. (2018), assim como as administrações hierárquicas tradicionais, baseadas em regras e altamente especializadas e compartimentadas, carecem de flexibilidade para se adaptar às mudanças emergentes, a lógica gerencialista da NGP, baseada na racionalização, atomização de atividades e lógica do setor privado, também não é adequada

para orientar uma ação pública em contextos políticos pluralistas por natureza. Em contraste, a Nova Governança Pública se apoia na ideia de que a natureza complexa e perversa atual dos problemas políticos precisa incluir visões e conhecimentos divergentes para enquadrar e resolver problemas (ARRONA et al. 2018).

A Nova Governança Pública, para Torfing e Triantafillou (2013), embora promissora, permanece conceitualmente subdesenvolvida, sendo mais um conceito empírico do que analítico. Como o novo paradigma, enfatiza o pluralismo, atribui grande importância aos vínculos entre organizações internas e externas e presta atenção à governança organizacional (XU; SUN; SI, 2015). Desta forma, visa aprimorar a negociação entre autoridades públicas em vários níveis e promover a interação entre *stakeholders* públicos e privados, por meio da formação de redes, parcerias e contratos relacionais, objetivando trocar e reunir ideias e recursos públicos e privados por meio de interações negociadas para melhorar a governança efetiva e democrática, além de facilitar o aprendizado mútuo e criar propriedade conjunta de soluções novas e inovadoras (TORFING; TRIANTAFILLOU, 2013). Para Howlett, Kekez e Poocharoen (2017), em grande parte do pensamento da Nova Governança Pública sobre o governo contemporâneo está a ideia e o fenômeno da coprodução, definidos por Osborne, Radnor e Strokosch (2016) como o envolvimento voluntário ou involuntário de usuários de serviço público em qualquer projeto, gerenciamento, entrega e/ou avaliação de serviços públicos.

Considerando que a onda de NGP na mudança organizacional do setor público foi baseada fundamentalmente em alguns temas, tais como fragmentação, competição e incentivo, Dunleavy et al. (2006) apresentam a alternativa da Governança da Era Digital (GED), que envolve, segundo os autores, funções de reintegração na esfera governamental, reorganizando as hierarquias corporativas; adoção de estruturas holísticas e orientações para as necessidades, com governança ágil e com esforços para simplificar, reprojeter, transformar e mudar os relacionamentos agência/cliente; e digitalização progressiva dos processos administrativos, estabelecendo canais eletrônicos como genuinamente transformadores (LONGO, 2011). A GED surgiu da crença de que os sistemas de tecnologia da informação (TI) podem e devem servir a um propósito maior do que apenas afetar os processos de retaguarda, devendo evoluir para definir a maneira como o governo e a sociedade interagem (DANNEELS; VIAENE, 2015). Pode ser entendida como uma alternativa baseada na integração da TI para promover melhores

relacionamentos entre as unidades administrativas e a sociedade civil (CAVALCANTE; CAMÕES, 2017).

O pensamento sobre a necessidade potencial de um novo paradigma de governança em uma era digital em que paradigmas tradicionais centrados no governo não parecem mais adequados, não é novo e é apoiado por vários estudiosos (MEIJER; LIPS; CHEN, 2019). Embora reconheçam que qualquer mudança esteja repleta de complexidades, complicações e dificuldades, Tassabehji, Hackney e Popovič (2016) consideram que o potencial das tecnologias digitais está disponível para transformar o governo, o tornando mais ágil, menos complexo institucionalmente, mais simplificado e automatizado administrativamente, mais receptivo aos cidadãos e mais capaz de socializar as soluções de problemas. O ambiente de múltiplos *stakeholders* da era digital permite novas maneiras de trabalhar e novos relacionamentos, afetando como os cidadãos se organizam em torno dos interesses, como se relacionam entre si e com o governo, como as empresas interagem com os clientes e como as instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos interagem (CARGNELLO; FLUMIAN, 2017).

Margetts e Dunleavy (2013) ressaltam que os estudos científicos e organizacionais da Web estão convergindo rapidamente na gestão pública e nos serviços públicos, abrindo uma extensa agenda para o redesenho futuro da organização e intervenções estatais. Atualmente, os governos possuem novas maneiras de personalizar e prestar serviços aos cidadãos, podendo usar as mídias sociais para compartilhar informações, além de ter acesso a plataformas colaborativas para facilitar a interação com grupos dentro e fora do governo (CLARKE; LINDQUIST; ROY, 2017). No entanto, de acordo com Höchtl, Parycek e Schöllhammer (2016), embora exista um consenso de que as tecnologias da informação e da comunicação desafiarão fundamentalmente a conduta da governança, ainda existe uma lacuna de pesquisa sobre como o processo de formação e implementação de políticas será afetado. Para esses autores, a falta de atenção para a tecnologia nas ciências políticas é um paradoxo, já que a formulação atual de políticas modernas se refere frequentemente à tecnologia como o principal ímpeto para a mudança de políticas, mas a literatura enfatiza o estudo de estruturas institucionais, padrões de interação, desenvolvimentos socioeconômicos e ideias para entender as escolhas políticas, tratando a tecnologia como sendo apenas uma ferramenta.

Uma outra proposta alternativa à NGP é o chamado Estado NeoWeberiano (*Neo-Weberian State*) apresentada por Pollitt e Bouckaert (2004). A principal crítica desta abordagem é que a NGP não prevê um estado forte (DUNN; MILLER, 2007). De acordo com Larrouqué

(2018), a ideia do Estado NeoWeberiano não deve ser confundida com a Nova Governança Pública, que transmite uma visão desencarnada do poder político e até negativo das instituições administrativas, mas sim relacionado a um período pós-neoliberal, que corresponde a uma reabilitação da política e uma reavaliação do papel do Estado como piloto fundamental da ação pública. Byrkjeflot, Gay e Greve (2018) destacam a importância contínua do Estado dentro do qual a política democrática ocorre, tendo a burocracia como sua principal forma político-administrativa. Para esses autores, a importância de reinvocar Weber é clara e suficiente para estudiosos da administração pública, sinalizando a importância duradoura e formativa do estado e da burocracia para a estrutura e conduta da administração pública. Dentre as novas características “Weberianas”, destacam-se a orientação externa aos cidadãos, baseada principalmente em uma cultura profissional de qualidade e serviço; consulta pública complementar e envolvimento direto dos cidadãos, que prevê uma série de procedimentos para consulta pública, bem como representação direta das opiniões dos cidadãos; orientação para resultados, que incentiva uma maior orientação para a obtenção de resultados, incorporando monitoramento, avaliação e gerenciamento de desempenho; e profissionalismo gerencial, a partir da ampliação das habilidades profissionais para incorporar habilidades gerenciais com uma orientação à gestão organizacional, a fim de atender às necessidades dos cidadãos (BYRKJEFLOT; GAY; GREVE, 2018).

Mais recentemente, a Gestão para o Valor Público (GVP) tem se apresentado como um paradigma emergente da AP. De acordo com Stoker (2006), ao contrário da administração pública tradicional e da NGP, esta abordagem não busca restringir a política, mas a vê como central para o desafio da gestão. Kelly, Mulgan e Muers (2002) sustentam que o valor público se refere ao valor criado pelo governo por meio de serviços, regulamentação de leis e outras ações. Segundo esses autores, em uma democracia, esse valor é finalmente definido pelo próprio público, sendo determinado pelas preferências dos cidadãos, expresso por diversos meios e refratado pelas decisões dos políticos eleitos.

De acordo com Wallmeier, Helmig e Feeney (2019), o chamado “valor público” está emergindo como uma solução e um novo paradigma, devido às deficiências e debates em andamento sobre a NGP e as formas tradicionais de burocracia. Esses autores acreditam que o foco nas reformas baseadas no mercado levou a uma integração insuficiente dos valores e preocupações dos cidadãos nas reformas, na formulação de políticas e na prestação de serviços, fazendo com que haja a necessidade de um novo paradigma que vá além das dicotomias e

ideologias existentes. Segundo Cavalcante e Camões (2017), a percepção dos cidadãos, considerados participantes ativos e usuários na criação da política do governo, é central no GVP, sendo seu envolvimento e colaboração um elemento fundamental da administração pública.

Como pode ser percebido nos estudos relatados, são diversas as propostas de abordagens, modelos e/ou paradigmas que visam substituir a NGP. Motta (2013) sugere que as novas propostas no âmbito da AP direcionam para o controle e participação comunitários, e não para mais controles centrais. Para esse autor, as novas propostas surgidas após o NGP parecem ter mais consciência acerca dos limites da inserção de mecanismos baseados na lógica do mercado na gestão pública. Para Arrona et al. (2018), desde que a Ciência Política passou pela chamada mudança do governo para a governança, há mais de duas décadas, a ideia de que as estratégias coletivas horizontais e cooperativas de solução de problemas deveriam substituir as abordagens tradicionais de cima para baixo do governo permeou muitos campos e práticas acadêmicas.

Cavalcante (2018) pesquisou as tendências a partir de uma ampla revisão de literatura, em que identificou os princípios e as diretrizes mais frequentes da AP pós-NGP. Esses princípios e diretrizes, em ordem decrescente em relação à frequência que apareceram na revisão de literatura, foram: colaboração e parceria; rede; abordagem integrada e holística da gestão pública; *accountability*; participação e engajamento; liderança; coordenação e controle; governo eletrônico e tecnologia da informação e comunicação (TIC); e fortalecimento da burocracia pública (CAVALCANTE, 2018).

2.10 Pesquisas em Administração Pública

Algumas pesquisas sobre a produção científica do campo da AP no Brasil já foram realizadas. Essas pesquisas ajudaram a mapear o campo, identificar características e apontar tendências, oferecendo subsídios que contribuem para o desenvolvimento dos estudos do campo. Algumas dessas pesquisas são apresentadas a seguir.

Um dos trabalhos pioneiros no levantamento da produção acadêmica da área de administração pública no Brasil é o de Machado-da-Silva, Amboni e Cunha (1989). Esses autores realizaram pesquisa a partir de 185 artigos apresentados ou publicados na divisão de administração pública dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Administração (ANPAD) e artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP), ambos no período de 1983 a 1988. Como resultado, identificaram que a produção é fragmentada e não cumulativa; sem encadeamento sistemático de abordagens, assuntos e metodologias, o que dificulta o acúmulo de conhecimento; mais prescritiva que analítica, ou seja, mais voltadas às questões práticas do que ao desenvolvimento teórico; com poucos artigos com resultados confiáveis; utilização de metodologias pouco elaboradas ou pouco adequadas aos objetivos; e pouca utilização de literatura estrangeira recente.

Keinert (1994) identificou quatro paradigmas dominantes no campo de conhecimento da administração pública no Brasil, de 1900 a 1992. Na pesquisa, foram considerados artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP) e na Revista do Serviço Público (RSP). Para essa autora, de 1900 a 1929 predominou o entendimento da Administração Pública como Ciência Jurídica, quando a preocupação dos estudiosos era diferenciar Direito Administrativo de Administração Pública. De 1930 a 1979, foi predominante o paradigma da Administração Pública como Ciência Administrativa, influenciado fortemente pelos princípios da administração científica que emergia no início desse período no Brasil. Como trata-se de um longo período, este paradigma foi dividido em três fases: O Estado Administrativo (1930-1945), a Administração para o desenvolvimento (1946-1964) e o Intervencionismo Estatal (1965-1979). Após o período, foi identificado o Paradigma da Administração Pública como Ciência Política, que predominou na academia brasileira de 1980 a 1989. Por fim, a partir de 1989, foi identificado o predomínio do que a autora chamou de Paradigma Emergente da Administração Pública como Administração Pública, com características embrionárias, à época, de fortalecimento da cultura democrática e da participação da sociedade na administração da coisa pública.

Pacheco (2003) analisou a produção acadêmica brasileira sobre administração pública no período de 1995 a 2002. Foram pesquisados artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP), Revista do Serviço Público (RSP) e os apresentados nos encontros da ANPAD. Uma característica dos trabalhos pesquisados foi a grande variedade de temas abordados nas pesquisas do campo de administração pública. Foi apontada a tendência de autorreferência dos pesquisadores e a adoção de teorias desenvolvidas em outras disciplinas de forma acrítica. Foi identificado também, o predomínio dos estudos de caso, poucos estudos comparados e poucos que utilizam abordagem histórica.

Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2008) avaliaram a produção científica em administração pública e gestão social entre os anos de 2000 e 2005, a partir dos artigos publicados nos anais do EnANPAD. Foram analisadas, dentre outras, informações referentes ao número de autores por artigo, instituição de origem, estado de origem, tipo, método e estratégia de pesquisa. Como resultado, foi identificado que houve grande aumento no número de artigos publicados de 2000 a 2004, tendo diminuído um pouco em 2005. O número médio de autores por artigo foi de 1,94, tendo aumentado com o passar dos anos, chegando a 2,06 no biênio 2004-2005 e a grande maioria de artigos foi do tipo teórico-empírico utilizando método quantitativo. As instituições que mais publicaram foram, em ordem decrescente, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP), Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Peci et al. (2011) analisaram artigos publicados em periódicos da área de administração no período de 2000 a 2010. Esses autores resgataram a visão paradigmática de Keinert (1994), atualizada pela contribuição de Lan e Anders (2000) que realizaram pesquisa similar, incluindo a perspectiva institucional sob a avaliação paradigmática, junto com a orientação cognitiva e metodológica. Desta forma, as categorias finais da pesquisa de Peci et al. (2011) foram 10: Legal; Gerencialismo; Política; Ética; Histórica; Cultural; Governança; Institucionalismo; Políticas Públicas; e, Epistemológico. Dentre os resultados, foi identificado que quase 60% dos trabalhos eram orientados cognitivamente por dois paradigmas: Gerencialismo (29,6%) e Governança (28,4%). No entanto, os autores consideram que a AP no Brasil não é um campo orientado paradigmaticamente.

Fadul, Silva e Cerqueira (2011), motivados principalmente pela percepção das fragilidades conceituais e teóricas do campo da AP, realizaram análise de artigos publicados nos anais dos Encontros de Administração Pública e Governança (EnAPGs) nos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010. O objetivo foi investigar a pertinência, representatividade e contribuição para o desenvolvimento da área de AP. Os artigos foram categorizados em 8 temas, sendo mais de 50% da produção concentrada em dois temas: “Organizações públicas e as funções gerenciais”, com 26,90% dos artigos, e “Políticas públicas e sociais”, com 25,87%. Os resultados mostraram grande variedade de assuntos abordados, não se desenvolvendo, no entanto, de modo sistemático sobre conceitos, teorias ou objetos de pesquisa. Indicaram também a ausência de discussão e aprofundamento teóricos mais efetivos, não contribuindo para o fortalecimento do campo.

Ribeiro (2014) realizou estudo bibliométrico com artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP) entre os anos de 2000 e 2011. Foram utilizadas análises bibliométrica e de redes sociais. O estudo teve o objetivo de explorar as características da produção acadêmica publicada na RAP no período citado. Observou-se que os autores Jorge Vianna Monteiro, T. Diana L. V. A. de Macedo-Soares e Sergio Proença Leitão são os pesquisadores mais profícuos, seguidos de Francisco Marcelo Barone, Hermano Roberto Thiry-Cherques, Sylvia Constant Vergara, Djalma Freire Borges, Marcelo Milano Falcão Vieira, Maria Arlete Duarte de Araújo e Reginaldo Souza Santos. A FGV/RJ foi a instituição que mais publicou nos 12 anos de pesquisa. Dentre os autores mais citados, Monteiro, J. V. aparece em primeiro lugar e Bresser Pereira, L. C. em segundo. Os demais mais citados, em ordem decrescente foram: Macedo-Soares, T. D. L. V. A., Bourdieu, P., Spink, P. K., Mintzberg, H., Porter, M., Foucault, M., Vergara, S. C., Leitão, S. P., Clegg, S. R., Morgan, G., Hardy, C., Weber, M. e Yin, R. K.

Smolski et al. (2017) realizaram pesquisa bibliométrica com artigos publicados na Revista de Administração Pública no período de 2003 a 2016, buscando estudar as características da produção acadêmica sobre a AP no Brasil ao longo desses anos. Os artigos publicados nos 14 anos analisados foram agrupados em quatro triênios e um biênio e foram analisados, dentre outros, número de artigos, autores mais profícuos, número de autores por artigos, nacionalidade, sexo, formação, titulação, área de atuação, território explorado (*locus*) e bases teóricas utilizadas (*focus*). Os autores concluíram que o campo está em evolução e se consolidando, e que está se modificando em relação ao perfil dos autores, das bases teóricas utilizadas e dos territórios explorados. Os autores mais profícuos, em ordem decrescente, foram Sérgio Proença Leitão, Reginaldo Souza Santos, Pedro Cavalcante, Sylvia Constant Vergara, Hermano Roberto Thiry-Cherques e Frederico Lustosa da Costa.

3 DIMENSÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica, como qualquer atividade humana, tem sua dimensão social. Para Morin (1996, p. 26) “É absolutamente indubitável que qualquer conhecimento se forma numa cultura dada, a partir de um *stock* de noções, de crenças, de ideias, de um vocabulário etc. Portanto, há uma inscrição histórica e sociocultural em todo conhecimento”. Lèvy (1999, p. 22) sustenta que “[...]é impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo”. Nesse sentido, a sociologia da ciência tem sua origem justamente no entendimento de que existe uma relação entre o conhecimento científico e o contexto social no qual é produzido, e que tal relação deve ser investigada (PALÁCIOS, 1994). A forma como cientistas se relacionam, interagem e se organizam é importante para a compreensão da produção do conhecimento científico (VANZ; STUMPF, 2010).

Para Berger e Luckmann (1985), o conhecimento é desenvolvido e transmitido por pessoas em situações sociais. Esses autores advogam que o início da sociologia do conhecimento está na afirmação de Marx de que a consciência humana é determinada pelo social. Outros conceitos de Marx herdados pela sociologia do conhecimento foram o de ideologia – ideias usadas para interesses sociais – e o de falsa consciência – pensamento alienado da realidade do ser. Merton (1967), apontando que os problemas da sociologia do conhecimento já eram discutidos há tempos, cita Bacon: “A compreensão humana não é apenas luz, ela está impregnada de vontade e de sentimento; daí derivam as ciências que se poderiam chamar ‘ciências como se gostaria’” (BACON apud MERTON, 1967, p. 82). No entanto, foi o filósofo alemão Max Scheler que, na década de 1920, forjou o termo sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1985). Maia (2015) ressalta que esta foi uma das primeiras grandes áreas de especialização da Sociologia, sendo de forte inspiração alemã.

Antes de avançar na discussão das ideias de alguns dos principais autores que fundaram a sociologia do conhecimento ou sociologia da ciência, é importante destacar o contexto em que se deram tais estudos.

3.1 Círculo de Viena

Na década de 1920, portanto no período entre guerras, o grupo de pensadores conhecido como Círculo de Viena fundou o chamado “positivismo lógico”, “empirismo lógico” ou neopositivismo. Esse grupo considerava a racionalidade ou cognição absolutamente separada do contexto social, entendendo que a boa ciência é a que segue com rigor os procedimentos lógicos e conceituais (TRIGUEIRO, 2014), dando extrema importância à matemática como linguagem primordial da ciência. Desta forma, para os neopositivistas, um discurso logicamente consistente veicula um conhecimento, sendo critério da ciência a questão da validade (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990). Dito de outra forma, para alcançar a verdade, a verificabilidade empírica seria fundamental, já que separaria a ciência da metafísica (SILVA, 2009).

De acordo com Lacerda (2009), o Círculo de Viena buscava a unificação das ciências a partir da utilização de uma linguagem neutra para expressar diferentes fenômenos por meio dos mesmos símbolos e operações lógicas. A linguagem é identificada como local privilegiado da investigação filosófica, pois “[...]o sucesso da ciência depende da boa utilização da linguagem, cabendo à filosofia definir os critérios pelos quais se pode julgar quando a linguagem está sendo bem utilizada, de modo a produzir resultados cientificamente válidos” (ÁVILA, 2012, p. 35).

Assim como os positivistas, os neopositivistas entendiam que conceitos morais, ideológicos ou políticos, tais como liberdade e justiça, não estão no âmbito de atuação das ciências, já que distorcem análises objetivas, sendo desprovidos de significados científicos (TEIXEIRA; PACHECO, 2005; TRIGUEIRO, 2014).

3.2 Robert King Merton

Robert K. Merton foi um dos autores pioneiros em relação à abordagem sociológica sobre a ciência, ainda que impregnada de elementos positivistas (RIBEIRO, 2008). Mesmo influenciado pelo ideal de ciência afastada de qualquer subjetividade, para esse autor as opções teóricas, metodológicas e problemas de pesquisa são selecionados a partir de valores culturais e sociais do indivíduo, não devendo, contudo, interferir no resultado e no juízo de construir conhecimento empiricamente comprovado (TRIGUEIRO, 2014).

Os estudos de Merton entendiam a ciência numa concepção essencialista, possuidora de valor autônomo, e seus objetivos eram investigar as condições sociais, políticas e culturais nas quais se desenvolvia (RODRIGUES JÚNIOR, 2002). Em seu texto *Sociologia do*

Conhecimento, Merton considera as abordagens de Marx, Scheler, Mannheim, Durkheim e Sorokin e afirma que todas as abordagens concordam que existe uma base existencial, já que o pensamento não pode ser imanentemente determinado (MERTON, 1967). De acordo com Mattedi (2004, p. 46), “[...]para Merton, a referência ao contexto social pode ser empregada para explicar a emergência e a disseminação da ciência, mas não permitiria explicar o conteúdo do conhecimento científico”. Nesse contexto, o conhecimento legitimado socialmente seria dividido entre os estudos internos, baseados na filosofia e nas concepções neopositivistas, e os estudos externos, sob responsabilidade da sociologia da ciência (SILVA, 2009).

De acordo com Ávila (2012), o predomínio da abordagem de Merton na sociologia da ciência fez com que tal abordagem se tornasse modelo teórico e metodológico, com limites estreitos e bem delimitados. Para esse autor, a abordagem mertoniana coloca a ciência em um patamar superior, mais objetivo, sendo o único lugar legítimo de atuação da sociologia o plano secundário institucional (ÁVILA, 2012).

Merton também criticou o modelo burocrático de forma incisiva, ressaltando seus efeitos negativos, chamados de disfunções burocráticas, sobre as organizações e outras esferas da vida (SECCHI, 2009).

3.3 Karl Mannheim

Reconhecido como o fundador da sociologia do conhecimento, Mannheim sustenta a ideia de que o conhecimento está relacionado à realidade social, evidenciando a relação entre conhecimento e sociedade (SILVA, 2009). Para Mannheim, de acordo com Villas Bôas (2002, p. 126), “[...]era preciso mostrar a vinculação oculta do pensamento com o ser, questionando com isso os critérios de aferição da verdade e da correção (*Richtigkeit*) das ideias”. Ao formular uma teoria da determinação social do conhecimento, Mannheim (apud ÁVILA, 2012, p. 41) “[...]procura descrever e analisar as formas pelas quais as relações sociais influenciam o pensamento”. É necessário, então, demonstrar que o conhecimento não se desenvolve autonomamente, a partir de uma lógica interna, mas sim que é influenciado por fatores considerados externos, como as estruturas sociais (ÁVILA, 2012).

Mannheim reivindica também a validade e legitimidade do conhecimento histórico-social, baseado na ideia de que a concepção científico-natural da razão é falha, e de que o tipo de conhecimento das ciências da natureza é apenas um tipo específico de conhecimento, e não

um modelo absoluto (FERREIRA; BRITTO, 1994). Segundo Maia (2015, p. 552), Mannheim “[...]contribuiu para consolidar uma poderosa narrativa sobre a gênese da *intelligentsia* moderna, tida como um estrato social que, por sua educação e socialização, poderia produzir narrativas sintéticas numa sociedade plural e pautada pela secularização”.

3.4 Thomas Samuel Kuhn

Para Assis (1993), o trabalho de Kuhn alterou a forma dicotômica método/sociedade, que dedicava papéis bem distintos à filosofia e a sociologia da ciência. Esse autor sustenta que os sociólogos da ciência, a partir de então, passam a utilizar os resultados encontrados em suas pesquisas para descrever os métodos usados pela comunidade científica, e não mais para apenas descrever o comportamento de tais comunidades. Desta forma, acaba-se com a dicotomia método/sociedade (ASSIS, 1993). Hochman (1994) ressalta que a comunidade científica, na visão de Kuhn, exerce o monopólio da prática científica estabelecida, existindo autoridade – já que os membros são sancionados pela comunidade - e hierarquia – pois alguns membros estão capacitados a treinar os mais novos nos padrões da comunidade. Desta forma, não há como diferenciar, na história da ciência, o que é ou foi uma teoria verdadeira de uma teoria falsa, já que a verdade em um paradigma não necessariamente é verdade em outro (TRIGUEIRO, 2014), não havendo na obra de Kuhn a intenção de se estabelecer critérios para definir o que é ciência do que não é ciência (KEINERT, 1998).

A noção de paradigma em Kuhn (1970) está intimamente relacionada ao contexto social, já que se constitui no que é compartilhado pelos membros de uma comunidade científica, sendo a comunidade científica definida como indivíduos que compartilham um mesmo paradigma. Keinert (1998) define paradigma como sendo

[...] o conjunto de regras, normas, crenças, valores e teorias que direcionam a ciência produzida por uma determinada comunidade científica em um período de tempo específico, o qual fornece a esta mesma comunidade soluções modelares nas quais surgem as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica (KEINERT, 1998, p. 38).

O sucesso de um paradigma, de acordo com Kuhn (1970), é uma promessa de sucesso detectável em exemplos selecionados e ainda incompletos. Neste sentido, a ciência normal consiste na atualização dessa promessa, ou seja, o período durante o qual o paradigma estabelecido vigora, ao ampliarem-se os conhecimentos daqueles fatos que o paradigma mostra como particularmente relevantes, aumentando a correlação entre esses fatos e as previsões do

paradigma, e por uma maior articulação do paradigma em si (KUHN, 1970). A ciência normal, no entanto, pode ser abalada a partir do momento em que algum problema não consegue ser explicado pelo paradigma vigente. Nesse caso, o problema pode ser considerado uma anomalia. De acordo com Kuhn (1970), o reconhecimento da anomalia sugere que, de alguma forma, a natureza violou o paradigma induzido.

Um paradigma passa a ser questionado quando não consegue dar respostas satisfatórias às anomalias que surgem, ocorrendo as crises paradigmáticas. As crises podem terminar de três formas: a ciência normal prova ser capaz de lidar com o problema provocador de crises; o problema resiste mesmo a novas abordagens aparentemente radicais, caracterizando-se que não há solução no estado atual de seu campo; ou surge um novo candidato à paradigma e com a batalha subsequente à sua aceitação. A transição de um paradigma em crise para um novo a partir do qual uma nova tradição de ciência normal pode surgir, está longe de ser um processo cumulativo, alcançado por uma articulação ou extensão do antigo paradigma. Em vez disso, é uma reconstrução do campo de novos fundamentos, uma reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do campo, bem como muitos de seus métodos e aplicações de paradigma. Esse processo de transição para um novo paradigma é chamado de revolução científica (KUHN, 1970).

Enquanto a ciência normal é entendida como um processo cumulativo e linear, a revolução científica é entendida como um processo descontínuo, não cumulativo, “[...]dado por um salto não quantificável entre o velho e o novo, o que obviamente desmonta com a visão positivista de cumulatividade” (KEINERT, 1998, p. 37). Um conceito fundamental para esse entendimento é o de incomensurabilidade, que se refere à impossibilidade de se traduzir os conceitos-chave de uma teoria nos termos de outra, ou seja, quando há revoluções científicas ocorrem alterações na percepção de mundo, havendo descontinuidade na justificação racional do progresso das teorias científicas (CUPANI, 2000; LENZI, 2017). Desta forma, a ideia de que um paradigma é incomensurável com o paradigma anterior leva ao entendimento de que o novo não é derivado do velho, não havendo, portanto, relação de superioridade, já que não há como compará-los (KEINERT, 1998).

É importante ressaltar que o paradigma compartilhado por uma comunidade científica, “[...]é aberto o suficiente para a resolução de problemas emergentes, o que dá à comunidade alguma flexibilidade para incorporar novos participantes, temas e questões, desde que dentro

de uma certa delimitação paradigmática estabelecida pela própria comunidade” (KEINERT, 2014, p. 171).

3.5 Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu produziu uma vasta obra, abordando alguns temas, tais como ciência, cultura, educação, esporte, arte, literatura, dentre outros. É um dos teóricos mais influentes e citados do mundo (MEDEIROS, 2013). Neste estudo, interessa discutir as noções de campo, *habitus* e capital, que precisam ser entendidas em conjunto, dentro de um sistema teórico (CATANI, 2011).

A noção bourdieana de campo seria o equivalente ao paradigma de Kuhn e pode ser entendido como macroestrutura social que acomoda as percepções dos grupos (SANTOS, 2010). Refere-se a um espaço relativamente autônomo, composto por alguns agentes, tais como instituições e pessoas, que compartilham um universo com leis mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004). A ideia de campo surge para identificar o espaço intermediário entre as interpretações internalistas e as externalistas das produções culturais, tais como a filosofia, a ciência ou a arte (BOURDIEU, 2004). Dito de outra forma, “[...]ele se coloca a meia distância entre o subjetivismo, que desconsidera a gênese social das condutas individuais, e o estruturalismo, que desconsidera a história e as determinações dos indivíduos” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 29). Sobre essas interpretações, nas próprias palavras de Bourdieu (2004, p. 21), “[...] é preciso escapar a alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas”.

Além das estruturas objetivas, ocorrem disputas no campo, já que os agentes sociais não são elementos passivos conduzidos pelas forças do campo (BOURDIEU, 2004). Dessa forma, o *habitus* pode ser entendido como o conjunto de disposições específicas de indivíduos e grupos (THIRY-CHERQUES, 2006). Refere-se à dimensão individual do agente, que “[...]apesar de internalizar as representações da estrutura social, age sobre elas, não sendo apenas o seu reflexo ou resultado mecânico dos condicionamentos sociais” (ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009).

O campo se caracteriza por lutas entre os agentes que concorrem por interesses específicos, como as que ocorrem em torno da autoridade científica no campo da ciência, ou em torno da legitimidade ou autenticidade das obras artísticas no campo da arte (LIMA, 2010). As decisões são tomadas em função das estratégias que visam o aumento do capital simbólico

(ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009). A autoridade científica e a legitimidade de obras artísticas são exemplos de capitais simbólicos de seus respectivos campos. Neste sentido, “[...]cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004, p. 26). Para Garcia (1996), as lutas no campo se dão em razão da disputa por determinadas formas de capital simbólico. De acordo com Bourdieu (2004, p. 22-23), “[...]todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.

4 METODOLOGIA

Com vistas a atingir ao objetivo de descrever como se desenvolveu o campo de estudo de Gestão Pública na academia brasileira a partir de 1988, este estudo caracteriza-se como bibliográfico, adota abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando técnicas de análise de conteúdo e de análises bibliométrica. Tais análises possibilitam a investigação aprofundada de determinado campo científico, permitindo o estudo da estrutura intelectual que dá suporte aos estudos da área.

4.1 Escopo da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, já que se utiliza de documentos originais - artigos científicos publicados - como fonte. A seleção dos artigos atende aos seguintes critérios: a) ter sido publicado em periódico indexado na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), da ANPAD; b) ter nos campos título, resumo ou palavra-chave as expressões “administração pública” ou “gestão pública”; c) ter sido publicado entre os anos de 1988 e 2017; d) ter sido publicado em periódico classificado no sistema Qualis da CAPES de 2013-2016 (a mais recente, portanto) no extrato B2 ou superior na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; e e) ter sido publicado em periódico classificado na base SPELL como sendo na área de conhecimento “administração”.

Cogitou-se utilizar outras bases acadêmicas, tais como a *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science*. No entanto, a base SPELL foi escolhida em razão de ser uma base conceituada na área de administração nacional, indexando periódicos de excelência na área, sendo considerada a mais adequada aos objetivos desse estudo. Um dos principais motivos é a presença dos dois periódicos que mais publicam sobre AP no Brasil, confirmado nessa pesquisa: a RAP - Revista de Administração Pública e a RSP - Revista do Serviço Público. A RAP é indexada apenas nas bases *Scopus* e *Scielo*, enquanto a RSP é indexada apenas na base *Web of Science*. Ambas fazem parte da base SPELL

A utilização da base SPELL gerou também uma limitação, já que essa base indexa apenas periódicos nacionais. Desta forma, a produção nacional publicada em periódicos estrangeiros não foi considerada. Na busca feita com os parâmetros citados, essa base retornou 1229 artigos.

Uma outra limitação, que só foi percebida durante o processo de coleta e tratamento dos dados, foi a menor disponibilidade de ferramentas que auxiliam as análises bibliométricas, se comparadas às bases *Scopus* e *Web of Science*.

4.2 Estudos métricos

Estudos métricos nas áreas da ciência surgiram em razão da necessidade de se avaliar as atividades inerentes à produção e à comunicação científicas (NORONHA; MARICATO, 2008). Apesar de existirem diferentes abordagens e denominações de técnicas utilizadas nos estudos métricos, neste estudo serão utilizadas as técnicas bibliométricas e cientométricas.

A diferença entre bibliometria e cientometria não é muito clara na literatura, não havendo consenso e nem clareza acerca do que difere uma da outra. Esses termos, no entanto, fazem parte do que se pode chamar, genericamente, de estudos métricos, ou seja, relacionados à avaliação da informação produzida (OLIVEIRA; GRACIO, 2011). Ao pesquisarem o campo da bibliometria, cientometria e informetria, Hood e Wilson (2001) concluíram que essas três palavras são usadas para descrever parte ou a totalidade do que chamaram de disciplina. Para esses autores, cada um desses termos possui uma gama de definições que lhes foram aplicadas pelos autores que trabalham neste campo, indicando uma sobreposição considerável no significado dos termos, mas não sendo, necessariamente, sinônimos (HOOD; WILSON, 2001).

Para alguns autores, a cientometria é um subcampo da bibliometria (ARAÚJO, 2006), sendo, portanto, menos abrangente. Outros autores consideram o inverso, posicionando a bibliometria como conceito mais restrito, como Spinak (1998), para quem a cientometria vai além das técnicas bibliométricas, pois também examina o desenvolvimento e as políticas científicas. Esta última abordagem é a que será considerada nesta pesquisa.

4.3 Bibliometria

A bibliometria, de acordo com Ferreira (2010), surgiu a partir da necessidade observada de se pesquisar e avaliar a produção e a comunicação científica. Consiste na “[...]aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)” (ARAÚJO, 2006, p. 12). Para Spinak (1998), a bibliometria é uma disciplina com um alcance multidisciplinar que analisa um dos

aspectos mais relevantes e objetivos da comunidade científica, que é a comunicação impressa. Silva, Hayashi e Hayashi (2011, p. 113) sustentam que “[...]o princípio da bibliometria constitui em analisar a atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações”. Os indicadores bibliométricos são, dessa forma, “[...]medidas quantitativas baseadas na produção bibliográfica realizada por pesquisadores e seus grupos de pesquisa” (MUGNAINI; JANNUZZI; QUONIAM, 2004, p. 124). Araújo e Alvarenga (2011) ressaltam que publicações científicas são objetos bibliométricos por excelência, e lembram que as análises desses objetos de determinado campo auxiliam a compreensão desse campo.

Neste estudo, portanto, as análises bibliométricas serão as análises quantitativas da produção pesquisada, tais como a quantidade de artigos - por periódicos, por autor, por ano – quantidade de autores por artigo, autores que mais publicam, dentre outros. Tais análises proporcionaram uma ideia geral da produção acadêmica em AP no período estudado. Cabe ressaltar que os dados básicos dos artigos, como título, resumo e autores, foram manipulados a partir de uma planilha Excel, o que gerou a necessidade de verificação de cada campo da tabela, pois, conforme já citado, os recursos da base SPELL são mais limitados que o de bases, tais como *Scopus* e *Web of Science*.

4.4 Cientometria

A cientometria, também denominada de cienciométrica, tem conceito próximo à bibliometria, e refere-se, segundo Mingers e Leydesdorff (2015), ao estudo dos aspectos quantitativos do processo de ciência como sistema comunicacional. Para esses autores, apesar da cientometria estudar vários aspectos da dinâmica da ciência e da tecnologia - que incluem formas de medir a qualidade e o impacto da pesquisa, compreender os processos de citações, mapeamentos de campos científicos e o uso de indicadores na política e gerenciamento de pesquisas - na prática, ela se desenvolveu principalmente em torno de um ponto central, que é o da citação (MINGERS; LEYDESDORFF, 2015). Para Vanti (2002), a cientometria se constitui como disciplina e está sendo muito utilizada para a mensuração do conhecimento científico. A cientometria aplica técnicas bibliométricas à ciência, mas vai além, pois também examina o desenvolvimento e as políticas científicas (SPINAK, 1998).

Em relação às análises de citação, Vanz e Caregnato (2003) entendem que são úteis para medir a visibilidade e o impacto de autores em uma comunidade científica, permitindo a

verificação sobre as linhas de pensamento predominantes, além de possibilitar a mensuração das fontes utilizadas, tais como o tipo de documento, idioma e periódicos mais citados. Esses indicadores permitem o conhecimento sobre como se dá a comunicação científica de uma área ou de um campo, facilitando seu mapeamento, evidenciando, também, as teorias e metodologias consolidadas (VANZ; CAREGNATO, 2003).

Para Mingers e Leydesdorff (2015), o ato de citar uma pesquisa possibilita as ligações necessárias entre pessoas, ideias, periódicos e instituições para constituir um campo ou rede empírica, que podem ser analisados quantitativamente, além de viabilizar uma ligação no tempo, entre as publicações anteriores citadas e publicações posteriores citantes. Small (2004) ressalta que quando um artigo é citado, aumenta o interesse de outros autores no artigo e a probabilidade de citá-lo em algum momento posterior também aumenta. Nesse sentido, a citação atua como uma referência especializada. A operação deste mecanismo de *feedback*, uma vez iniciado, aumentará a desigualdade das citações, concentrando a atenção em um número menor de fontes selecionadas, podendo este ciclo ser quebrado pelo surgimento de um novo trabalho que captura a atenção da fonte mais antiga, substituindo-a efetivamente (SMALL, 2004).

A análise de citação parte da premissa de que os autores citam outros trabalhos que são relevantes para o desenvolvimento de suas pesquisas (RAMOS-RODRIGUEZ; RUIZ-NAVARRO, 2004). Desta forma, pode-se considerar que as referências utilizadas em um artigo de pesquisa são uma indicação de seu impacto na literatura (FEREIRA, 2011).

Nessa pesquisa, como a base SPELL não oferece ferramentas que automatizam a análise das referências, estas foram coletadas dos artigos um a um, copiadas para uma planilha Excel, e a partir daí, manipuladas, colocadas em ordem alfabética, selecionadas e contadas. Um problema adicional é a forma como as referências são escritas, nem sempre seguindo as normas corretamente. Também ocorrem erros de grafia e forma diferentes como os sobrenomes compostos são apresentados. O melhor exemplo disso é o nome de Luiz Carlos Bresser Pereira, encontrado de várias formas diferentes, como “Pereira, Luiz Carlos Bresser”, “Bresser Pereira, Luiz Carlos”, “Bresser-Pereira, Luiz Carlos” dentre outras.

4.5 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de métodos na interseção das tradições qualitativas e quantitativas (DURIAU; REGER; PFARRER, 2007). Para Vergara (2008), trata-se de uma técnica de tratamento de dados que busca identificar o que tem sido abordado sobre um determinado assunto. De acordo com Bardin (2010), a leitura minuciosa dos dados tem por finalidade a diminuição da incerteza e a identificação de conteúdos e estruturas que sugiram aquilo que se deseja comprovar. O objetivo “[...]é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2010, p. 48).

As primeiras descrições da análise de conteúdo foram desenvolvidas para uma abordagem quantitativa, tendo sofrido mudanças ao longo do tempo, passando a ser utilizada, também, de modo mais interpretativo no contexto de uma abordagem qualitativa (GRANEHEIM; LINDGREN; LUNDMAN, 2017). A flexibilidade analítica é ressaltada por Duriau, Reger e Pfarrer (2007), que exemplificam com a possibilidade de ser realizada em dois níveis: em um nível o conteúdo manifesto do texto pode ser capturado e revelado a partir de técnicas estatísticas, e, em outro nível, o pesquisador se interessa no conteúdo latente e no significado mais profundo do texto, o que pode exigir mais interpretação. De forma parecida, Guerra (2006) afirma que a análise de conteúdo possui duas dimensões, uma descritiva e outra interpretativa, sendo a descritiva focada no que é narrado e a interpretativa decorrente das interrogações do pesquisador frente a uma questão.

Mozzato e Grzybovski (2011) destacam o grande potencial da técnica de análise de conteúdo para o desenvolvimento teórico na área da administração, especialmente nas pesquisas de abordagem qualitativa. Neste sentido, Krippendorff (2004) sustenta que abordagens qualitativas da análise de conteúdo, também chamadas de interpretativas, têm suas raízes na teoria literária, nas ciências sociais (interacionismo simbólico, etnometodologia) e na erudição crítica (abordagens marxistas, estudos culturais britânicos, teoria feminista). Para esse autor, essas abordagens compartilham algumas características, como a exigência de leitura cuidadosa de quantidades relativamente pequenas de matéria textual; envolverem a interpretação de textos dados em novas narrativas (analíticas, desconstrutivas, emancipatórias ou críticas) que são aceitas em comunidades acadêmicas específicas, às vezes opostas às tradições de pesquisa positivistas; e o reconhecimento do trabalho em círculos hermenêuticos em que participam seus próprios entendimentos condicionados social ou culturalmente (KRIPPENDORFF, 2004).

A análise de conteúdo foi feita com base nos conceitos de *locus* e *focus* utilizados por Keinert (1998) e desenvolvidos por Golembiewski (1974) e Henry (1975). O conceito de *locus* é entendido como o “onde” institucional do campo (*institutional where*), ou aos contextos que são concebidos para produzir os fenômenos de interesse (GOLEMBIEWSKI, 1974). Refere-se ao objeto material abordado (FADUL; SILVA, 2009) e pode ser caracterizado pelos “[...]fenômenos empíricos que constituem o objeto da análise, o que define o território que deve ser explorado” (DURAN, 2017, p. 709).

Já o *focus* remete aos objetivos analíticos da administração pública, o "que" de preocupação para os especialistas, ou enfoque especializado (*specialized what*). Para Duran (2017, p. 709), pode ser entendido como a “[...]perspectiva teórica assumida pelos autores que produziram os textos, ou seja, aos conceitos utilizados para realizar a seleção e interpretação dos fatos e que permitem a definição dos posicionamentos a respeito das questões abordadas”. De acordo com Keinert (1998, p. 22), o *focus* representa “[...]os possíveis ‘modelos teóricos’ que compõem o campo de Administração pública”.

Com base nos estudos de Mezzomo e Laporta (1994), Keinert e Vaz (1994), Keinert (1998), Zouain e Fleury (2003), Duran (2017) e Smolski et al (2017), o *locus* dos estudos foi selecionado dentre os seguintes: Administrativo; Econômico; Ensino e Pesquisa; Estudos Organizacionais; Infraestrutura; Organização sociopolítica; Políticas Públicas; Recursos Humanos; Reforma Administrativa e Modernização; e Social. Durante a análise, foram incluídas três categorias: Inovação; Desenvolvimento sustentável; e Governo eletrônico / TI.

Com base nos mesmos estudos, o *focus* foi selecionado dentre os seguintes: Ciências administrativas; Ciências econômicas; Ciências jurídicas; Ciências políticas; Epistemologia; Psicologia e Sociologia. Além desses, foi incluída também a categoria História, que se mostrou um *focus* relevante nos estudos analisados.

4.6 Estrutura da pesquisa

A análise dos dados da pesquisa divide-se basicamente em três partes, relacionadas a seguir.

A primeira parte da pesquisa refere-se a uma análise exploratória do perfil da produção selecionada, verificando indicadores bibliométricos como ano da publicação e periódicos em

que os artigos foram publicados. Esta primeira parte da pesquisa propiciará uma visão geral do perfil da produção do campo, evidenciando alguns dados, como autores mais profícuos, periódicos mais utilizados, temas mais abordados, dentre outros.

A segunda parte da pesquisa pode ser chamada de dimensão intelectual e visa identificar as principais referências utilizadas no campo, a partir dos textos e autores citados. Para isso, é utilizada a análise de citação. Esta parte investiga as fontes utilizadas no campo da gestão pública nos últimos 30 anos, permitindo um mapeamento das obras e autores que dão suporte teórico à área.

A terceira e última parte busca identificar o que Keinert (1998) denominou de paradigma emergente: “O Público Enquanto Interesse Público”, que se estabeleceu no campo de administração pública no Brasil a partir do final da década de 1980, bem como destacar suas principais características, tendo como base a técnica de análise de conteúdo, nos moldes como desenvolvido por Keinert (1998). Esta pesquisadora sustenta que a partir da década de 1990, começou a delinear-se uma compreensão mais ampla do conceito de público, não mais diretamente relacionado ao estado e definido por uma localização institucional, mas sim entendido como um valor. Dentre as características apontadas, destacam-se a relação Estado-Sociedade do tipo Sociocêntrica; o estilo de gestão pública Pós-Burocrática; a discussão do papel do Estado, democratização, gestão participativa, movimentos sociais, terceiro setor etc.; ênfase na questão da reforma do estado; visão integradora, holística, intersetorial; admissão da existência de conflitos e de interesses divergentes; controle social direto; dentre outras. Desta forma, uma hipótese desse trabalho é que tais características serão encontradas nos artigos estudados.

5 RESULTADOS

A seleção inicial dos artigos, realizada na base SPELL, foi realizada considerando os seguintes parâmetros:

- a. Conter as expressões “administração pública” ou “gestão pública” no título, resumo ou palavras-chave;
- b. Ter sido publicado entre os anos de 1988 e 2017;
- c. Ter sido publicado em revista classificada no estrato Qualis B2 ou superior na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, considerando a avaliação do período 2013-2016;
- d. Ter sido publicado em revista na área de conhecimento de Administração, da Base SPELL.

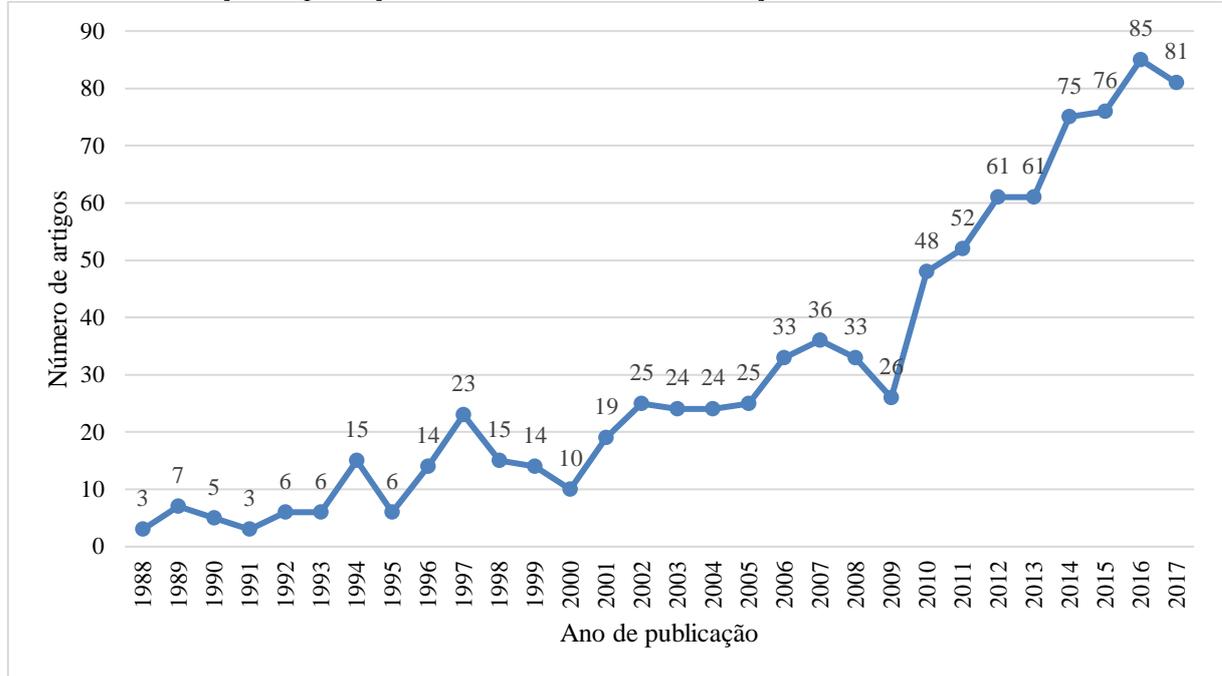
Essa busca retornou um total de 1.229 artigos. Desses artigos, 318 foram descartados por serem considerados fora do escopo da pesquisa. Esses artigos descartados, apesar de terem as palavras no título, resumo ou palavra-chave e satisfazerem as demais condições da pesquisa, não abordavam a questão da AP. Grande parte deles referia-se à AP no resumo, apenas como uma forma de contextualizar a pesquisa relatada ou exemplificar alguma situação específica do estudo. Por exemplo, estudos de diversas áreas do conhecimento com alunos ou professores de um curso superior em uma instituição pública. Também foram descartados alguns artigos bibliométricos ou de revisão de literatura que não discutiam a questão da administração pública. Como resultado, o número total de artigos analisados diminuiu para 911.

A primeira análise feita com os 911 artigos diz respeito à quantidade de artigos publicados e ao crescimento desse quantitativo. Ao longo dos 30 anos, percebe-se claramente o incremento no número de artigos publicados sobre o tema, principalmente no período mais recente.

Nota-se que a quantidade de artigos publicados tem aumentado ao longo do tempo, embora se perceba, também, uma certa irregularidade, com alguns anos de “pico” na produção, seguidos de queda, como nos anos de 1989, 1994, 1997 e 2007. Nos anos iniciais, a quantidade de artigos publicados por ano oscilou entre 3 e 7 artigos. Houve um “pico” na produção em 1997, com a publicação de 23 artigos, só superado em 2002 com 25 artigos publicados. Em

2003 e 2004 foram publicados 24 artigos em cada um desses anos, número que significou o limite mínimo, pois a partir desses anos o número de artigos publicados foi sempre maior que esse (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da produção acadêmica sobre Administração Pública



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

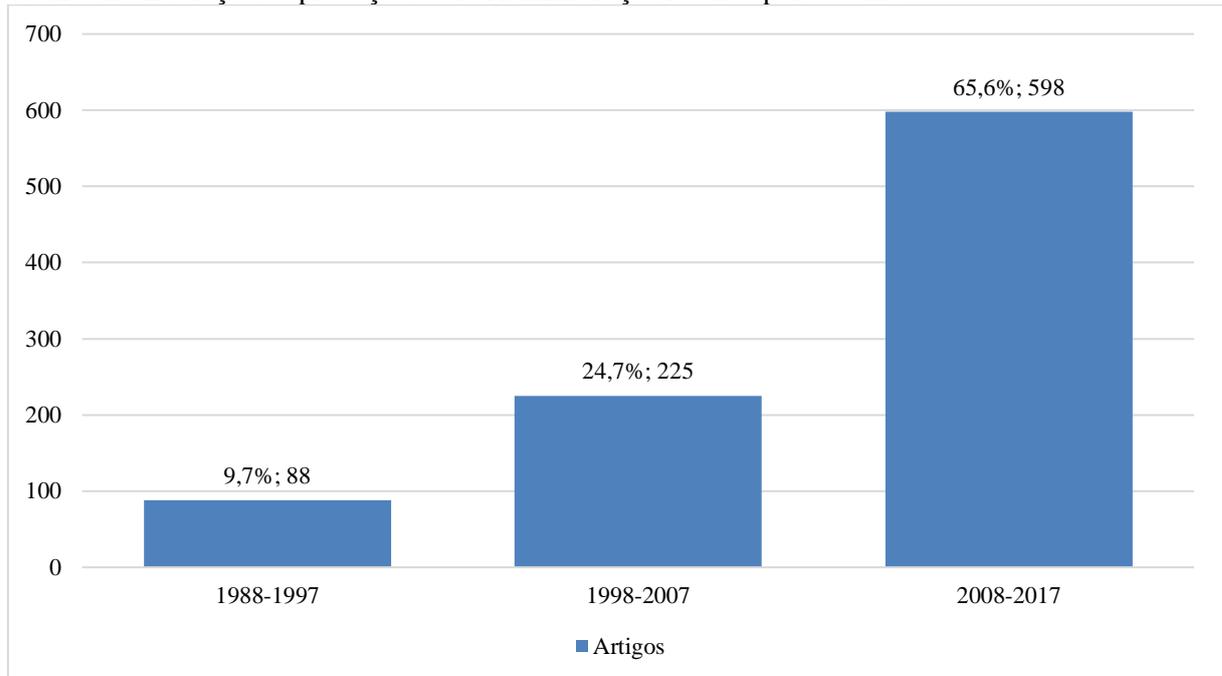
A partir de 2009, se verifica um crescimento vertiginoso e constante na quantidade de artigos publicados, havendo uma pequena queda apenas em 2017, último ano pesquisado. De certa forma, no último decênio foi que se verificou a grande evolução quantitativa de pesquisas sobre AP no Brasil. Cabe ressaltar que o crescimento no número de publicações certamente é reflexo do aumento do interesse sobre o tema estudado, em conjunto com a expansão da pós-graduação *stricto-sensu* no país (FERREIRA; CHAVES, 2018; MAGALHÃES; REAL, 2018; MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015). Outro fator que pode ter contribuído para o aumento da produção é fruto de uma política que valoriza o “produtivismo acadêmico” dos anos recentes (CAFÉ; RIBEIRO; PONCZEK, 2017; LEITE, 2017).

De qualquer forma, durante o período estudado, nos seis últimos anos, que representam 20% do tempo, foram publicados 439 artigos, o que representa 48.2% da produção dos 30 anos pesquisados.

Para efeito de comparação e também como forma de identificar algumas características específicas do período, o intervalo de 30 anos estudado, de 1988 a 2017, foi dividido em 3 decênios, com o objetivo de identificar mudanças na comparação desses três períodos.

Apesar de ser esperado que o decênio mais recente teria o maior número de artigos publicados em decorrência do crescimento identificado a partir de 2009, é surpreendente que esse decênio seja responsável por praticamente dois terços de toda a produção do período (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução da produção sobre Administração Pública por decênio



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O primeiro decênio estudado foi responsável por menos de 10% da produção do período. Essa discrepância no quantitativo da produção acadêmica justifica a necessidade de dividir as análises por decênio, de forma que permita a verificação dos indicadores dos períodos de forma isolada.

5.1 Produção por periódico

Foi realizada a análise dos periódicos por decênio. No primeiro período, de 1988 a 1997, os 88 artigos sobre AP foram publicados em 7 periódicos diferentes, uma média de 12,6 artigos por periódico e desvio-padrão de 12,8 (Tabela 1).

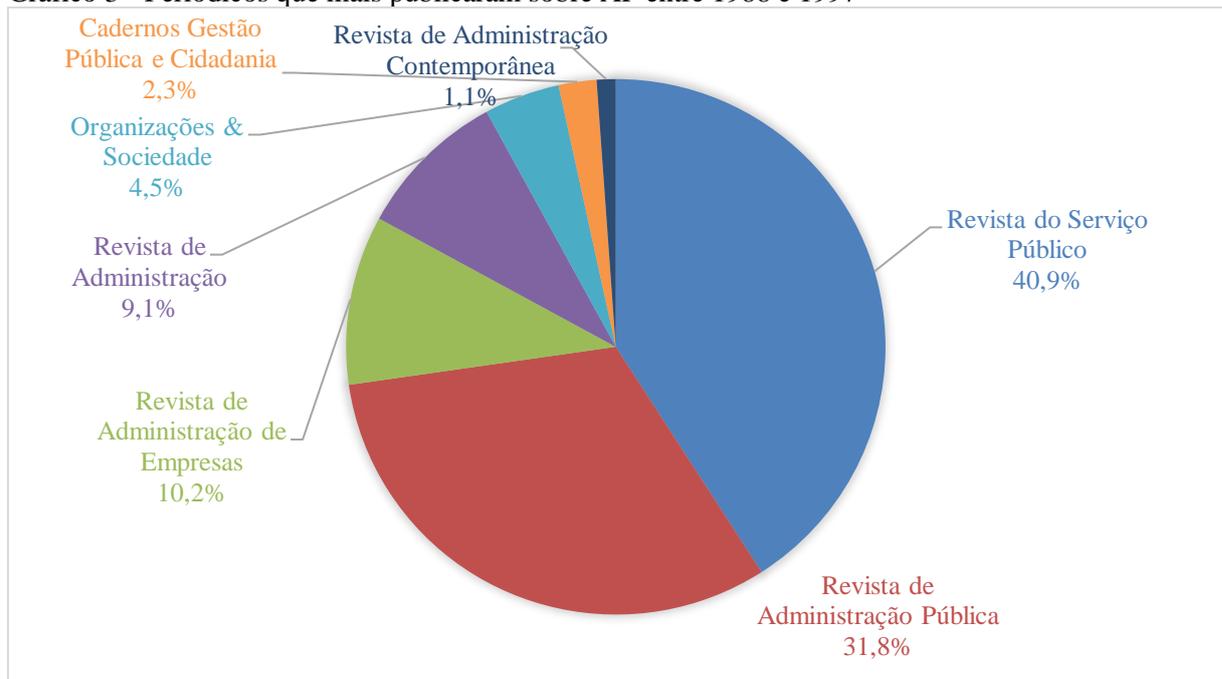
Tabela 1 – Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 1997

Periódico	Artigos	%	% acumulado
Revista do Serviço Público	36	40,9%	40,9%
Revista de Administração Pública	28	31,8%	72,7%
Revista de Administração de Empresas	9	10,2%	83,0%
Revista de Administração	8	9,1%	92,0%
Organizações & Sociedade	4	4,5%	96,6%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	2	2,3%	98,9%
Revista de Administração Contemporânea	1	1,1%	100,0%
Total	88		100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Percebe-se, no entanto, uma grande concentração em dois periódicos (Revista do Serviço Público e Revista de Administração Pública), que, juntos, responderam por mais de 70% da produção total do período. Outros dois periódicos aparecem com participação relevante, mas abaixo da média (Revista de Administração de Empresas e Revista de Administração), tendo cada um em torno de 10% da produção (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 1997



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No segundo decênio estudado, que vai 1998 a 2007, os 225 artigos foram publicados em 30 diferentes periódicos, mais de quatro vezes o número de periódicos do período anterior,

o que mostra uma média de 7,5 artigos por periódico, com desvio-padrão de 13,0. Essa é a menor média de artigo por periódico do período, podendo indicar que esse decênio foi o que apresentou a maior pulverização da produção (Tabela 2). Um total de nove periódicos publicaram apenas um artigo sobre o tema estudado, o que pode indicar uma tendência de revistas dedicadas a temas diversos, publicarem pesquisas sobre AP. A tabela completa dos periódicos que publicaram nesse decênio está disponível no Apêndice A.

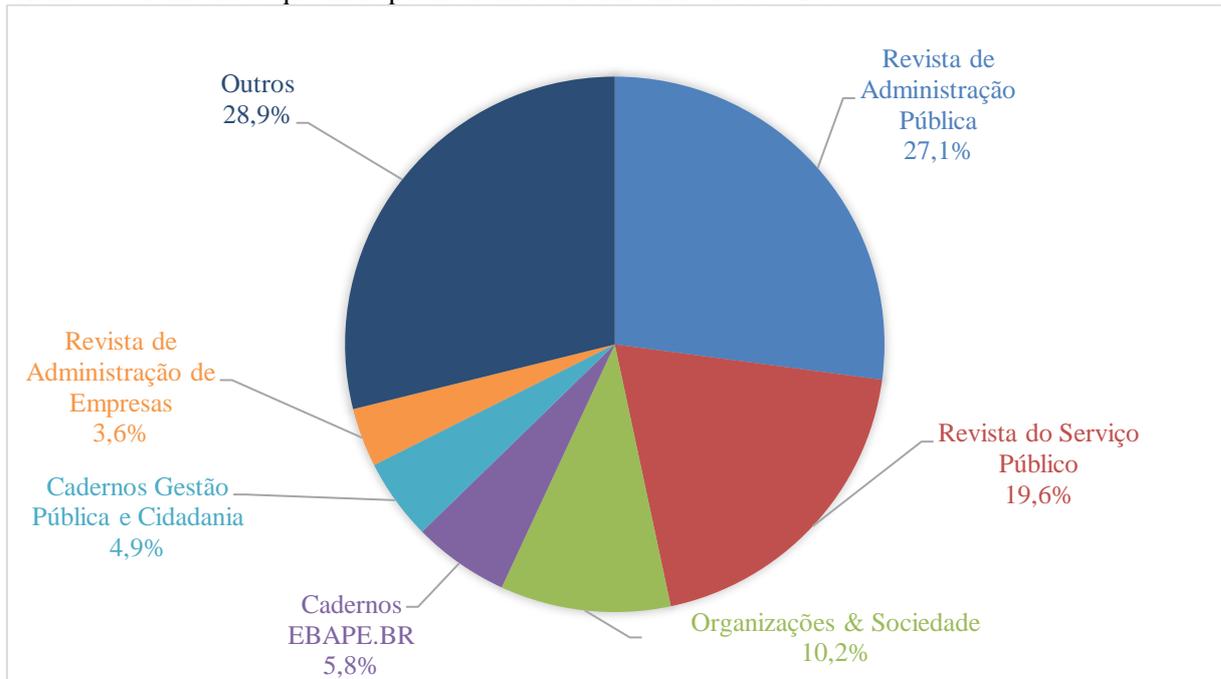
Tabela 2 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007

Periódico	Artigos	%	% acumulado
Revista de Administração Pública	61	27,1%	27,1%
Revista do Serviço Público	44	19,6%	46,7%
Organizações & Sociedade	23	10,2%	56,9%
Cadernos EBAPE.BR	13	5,8%	62,7%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	11	4,9%	67,6%
Revista de Administração de Empresas	8	3,6%	71,1%
Revista de Administração	7	3,1%	74,2%
Contabilidade, Gestão e Governança	5	2,2%	76,4%
Revista Ciências Administrativas	5	2,2%	78,7%
Revista de Administração Contemporânea	5	2,2%	80,9%
Outros	43	19,1%	100,0%
Total	225		100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os dois periódicos que mais publicaram continuaram os mesmos, mas inverteram a posição, ficando a Revista de Administração Pública como a revista que mais publicou no período e a Revista do Serviço Público como a segunda. A participação das duas em relação ao total diminuiu, respondendo nesse decênio por pouco menos da metade da produção. Os seis periódicos que mais publicaram responderam por pouco mais de 70%, o que evidencia menor concentração na produção, embora ainda seja grande (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O terceiro decênio, que vai 2008 a 2017, contou com 52 periódicos, 22 a mais que o anterior, demonstrando ampliação no alcance do tema da AP. Foram publicados 598 artigos, uma média de 11,5 artigos por periódico, média próxima à do primeiro decênio estudado, e desvio-padrão de 17,0 (Tabela 3). A média ter aumentado pode indicar uma consolidação do tema nos periódicos que publicam sobre AP, apesar do desvio-padrão ter aumentado. Apenas quatro revistas publicaram somente um artigo. A tabela completa dos periódicos que publicaram nesse decênio está disponível no Apêndice B.

Tabela 3 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017

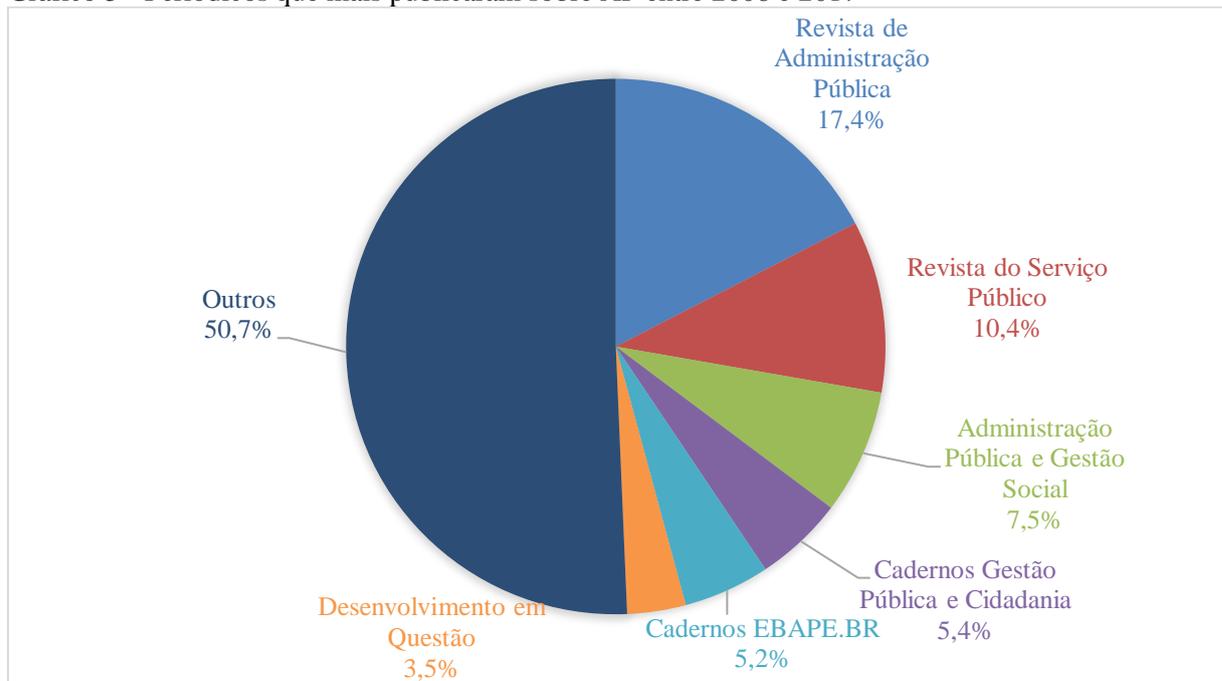
Periódico	Artigos	%	% acumulado
Revista de Administração Pública	104	17,4%	17,4%
Revista do Serviço Público	62	10,4%	27,8%
Administração Pública e Gestão Social	45	7,5%	35,3%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	32	5,4%	40,6%
Cadernos EBAPE.BR	31	5,2%	45,8%
Desenvolvimento em Questão	21	3,5%	49,3%
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	16	2,7%	52,0%
Organizações & Sociedade	14	2,3%	54,3%
REAd. Revista Eletrônica de Administração	14	2,3%	56,7%
Revista de Ciências da Administração	14	2,3%	59,0%
Outros	245	41,0%	100,0%

Total	598	100%
--------------	------------	-------------

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As duas primeiras posições em relação aos periódicos que mais publicaram se mantiveram, mas concentrando menos de 30% da produção. Os seis periódicos que mais publicaram responderam por pouco menos da metade da produção, mostrando que a concentração em periódicos diminuiu consideravelmente (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Por fim, a produção referente aos 30 anos mostra uma concentração em periódicos diretamente focados na Administração Pública, como não poderia ser diferente. A relação dos dez periódicos que mais publicaram sobre AP no período estudado encontra-se na Tabela 4. A relação completa encontra-se no Apêndice C.

Tabela 4 – Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017

Periódico	Artigos	%	% acumulado
Revista de Administração Pública	193	21,2%	21,2%
Revista do Serviço Público	142	15,6%	36,8%
Administração Pública e Gestão Social	45	4,9%	41,7%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	45	4,9%	46,7%
Cadernos EBAPE.BR	44	4,8%	51,5%

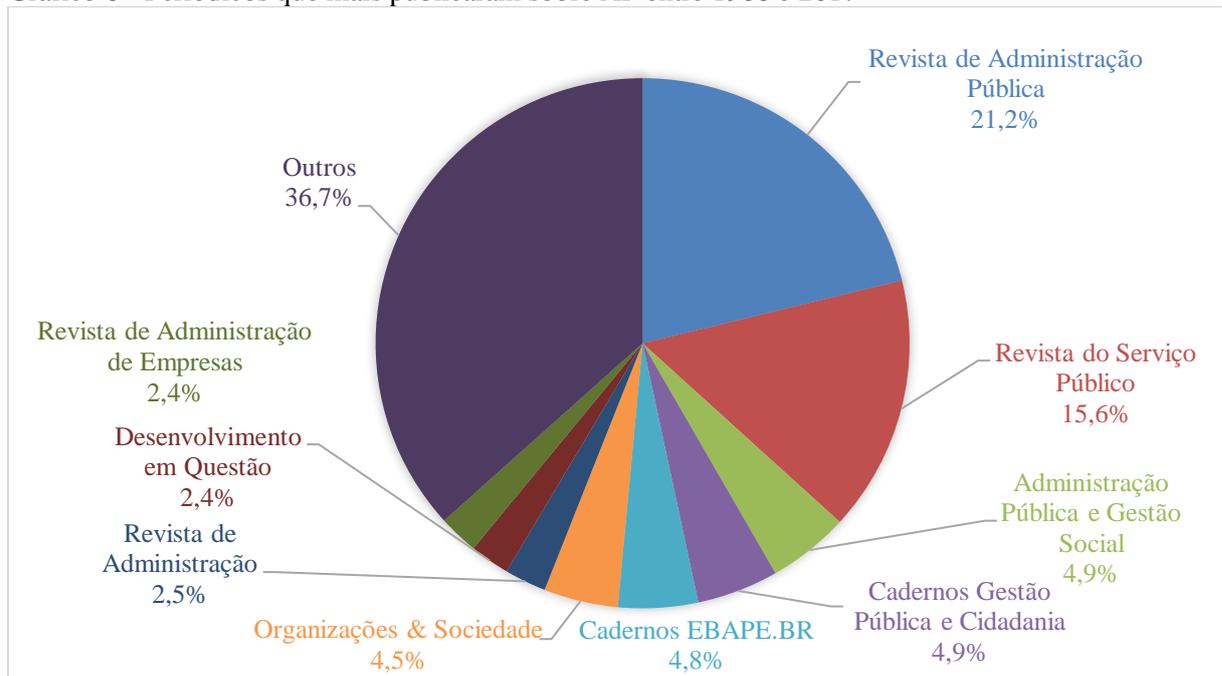
Organizações & Sociedade	41	4,5%	56,0%
Revista de Administração	23	2,5%	58,5%
Desenvolvimento em Questão	22	2,4%	60,9%
Revista de Administração de Empresas	22	2,4%	63,3%
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	19	2,1%	65,4%
Outras	315	34,6%	100,0%
Total	911	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Apesar de serem relacionados 52 periódicos que publicaram sobre AP, percebe-se uma concentração da produção. Mais de um terço da produção está concentrada em dois periódicos (Revista de Administração Pública e Revista do Serviço Público). Os cinco periódicos que mais publicam foram responsáveis por mais da metade da produção. No entanto, conforme já visto, essa concentração diminuiu ao longo do tempo.

A média de artigos por periódico, quando se analisa todo o período, aumenta consideravelmente, ficando em 17,5, já que o número de periódicos é o mesmo do último decênio, 52, e a quantidade de artigos é bem maior. Em razão disso, o desvio-padrão também apresenta um grande aumento, ficando em 32,3 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Periódicos que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

5.2 Produção por autor

A análise da produção por autor também foi feita, inicialmente, tendo como base os três decênios. No primeiro, foram identificados 109 autores. Destes, três publicaram três artigos e 12 publicaram dois artigos (Tabela 5).

Tabela 5 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 1997

Autor	Qtde. artigos
Gileno Fernandes Marcelino	3
José Constantino Nalda García	3
Tânia Margarete Mezzomo Keinert	3
Ciro Campos Christo Fernandes	2
Élvia Mirian Cavalcanti Fadul	2
Fernando Guilherme Tenório	2
Gilberto Guerzoni Filho	2
José Antonio Gomes de Pinho	2
Luiz Carlos Bresser Pereira	2
Maristela Afonso de André	2
Marta Ferreira Santos Farah	2
Mercejane Wanderley Santana	2
Moema Miranda de Siqueira	2
Paulo Eduardo Garrido Modesto	2
Sonia Margarida Bandeira Cerqueira	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Nesse período, a média de autores por artigo foi de 1,44 autores, indicando pouca cooperação entre os pesquisadores. Dos três autores que mais publicaram no período, Gileno Fernandes Marcelino debate principalmente questões relacionadas às reformas do estado, a produção de José Constantino Nalda García tem foco maior em Recursos Humanos, e Tânia Margarete Mezzomo Keinert pesquisa, fundamentalmente, os paradigmas dos estudos em AP no Brasil, conforme já citado.

No decênio seguinte, de 1998 a 2007, 354 autores publicaram seus trabalhos sobre AP. Nesse período, três autores se destacaram dos demais: Luiz Carlos Bresser Pereira, Marta Ferreira Santos Farah e Peter Spink (Tabela 6). Uma relação mais abrangente dos autores que mais publicaram está disponível no Apêndice D.

Tabela 6 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007

Autor	Qtde. artigos
Luiz Carlos Bresser Pereira	7
Marta Ferreira Santos Farah	6
Peter Spink	6
Denis Alcides Rezende	3
Francisco Sobreira Neto	3
Gileno Fernandes Marcelino	3
José Francisco Salm	3
Marcelo Milano Falcão Vieira	3
Maria Ester Menegasso	3
Tomás de Aquino Guimarães	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A média de autor por artigo aumentou em relação ao período anterior, ficando em 1,80 autores por artigo, o que ainda pode ser considerado um número baixo, que ainda indica pouca cooperação entre os pesquisadores.

Dos autores que se destacaram, Luiz Carlos Bresser Pereira tem a sua produção fortemente relacionada à reforma do estado, Marta Ferreira Santos Farah tem uma produção mais abrangente, com focos em políticas públicas, governo local e reforma do estado. Já Peter Spink tem produção com foco em gestão pública e cidadania.

No decênio mais recente, de 2008 a 2017, 1270 autores publicaram 598 artigos. A liderança em artigos publicados é de José Roberto Pereira, que tem como principal tema de sua produção no período, a questão da gestão social, seguido de Magnus Luiz Emmendoerfer, que tem produção em empreendedorismo e outros assuntos, Josiel Lopes Valadares, também com forte presença da questão do empreendedorismo em sua produção, Marco Aurélio Marques Ferreira e Ana Alice Vilas Boas (Tabela 7). Uma relação mais abrangente dos autores que mais publicaram neste decênio está disponível no Apêndice E.

Tabela 7 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017

Autor	Qtde. artigos
José Roberto Pereira	15
Magnus Luiz Emmendoerfer	10
Josiel Lopes Valadares	8
Marco Aurélio Marques Ferreira	7
Ana Alice Vilas Boas	6

Edson Arlindo Silva	5
João Souza Neto	5
Marcelo Alvaro da Silva Macedo	5
Marta Ferreira Santos Farah	5
Ricardo Corrêa Gomes	5

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A média de autor por artigo deu um salto, passando para 2,64 autores por artigo no decênio, o que demonstra um aumento na cooperação e colaboração entre os pesquisadores de AP do Brasil.

A análise dos 30 anos de produção revela os autores mais prolíficos de todo o período estudado (Tabela 8).

Tabela 8 - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017

Autor	Qtde. artigos
José Roberto Pereira	15
Marta Ferreira Santos Farah	13
Magnus Luiz Emmendoerfer	10
Luiz Carlos Bresser Pereira	9
Josiel Lopes Valadares	8
Denis Alcides Rezende	7
Élvia Mirian Fadul	7
Marco Aurélio Marques Ferreira	7
Ricardo Corrêa Gomes	7
Ana Alice Vilas Boas	6
Gileno Marcelino	6
Peter Spink	6
Tomás de Aquino Guimarães	6
Ciro Campos Christo Fernandes	5
Edson Arlindo Silva	5
Fernanda Filgueiras Sauerbronn	5
João Souza Neto	5
José Antonio Gomes de Pinho	5
Marcelo Alvaro da Silva Macedo	5
Marcelo Milano Falcão Vieira	5
Mozar José de Brito	5

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao se considerar os 30 anos pesquisados, a média de autores por artigo foi de 2,32. Como comparação, a pesquisa de Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2008), já citada, realizada de 2000 a 2005, identificou a média de 1,94 autores por artigo, chegando a 2,06 no biênio 2004-2005. Já a pesquisa de Ribeiro (2014), também já citada, realizada de 2000 a 2011, identificou a menor média nos anos de 2001 e 2004, que ficou em 1,67 e a maior média em 2011, que ficou em 2,54. Nesses dois estudos, se verificou uma tendência ao aumento do número de autores por artigo com o passar do tempo. Esses números estão em linha com a presente pesquisa e demonstram o crescimento do número de autores por artigo na área de AP do Brasil.

Uma relação mais abrangente dos autores mais prolíficos, considerando todo o período de 30 anos da pesquisa, está disponível no Apêndice F.

5.3 Autores mais citados

Para melhor identificação do *locus* e do *focus* dos estudos, foi realizada, além da análise de conteúdo dos artigos, levantamento das referências utilizadas, de modo a identificar as principais fontes nas quais se basearam os estudos. A partir dessa análise conjunta, foi realizada a categorização dos artigos.

São apresentadas, a seguir, as principais referências utilizadas nos estudos, também divididas por decênio.

No primeiro decênio, os 88 artigos tiveram 901 referências, o que dá uma média de 10,2 referências por artigo. São apresentados os 18 autores mais referenciados nos estudos. Todos têm produção focada em áreas correlatas à administração pública. Desses 18, pelo menos oito autores têm em seus estudos foco na questão da reforma do estado, dentre eles os quatro primeiros mais referenciados.

Com exceção de Celso Antônio Bandeira de Mello, cuja obra pode ser situada no campo do Direito; Max Weber, que pode ser considerado um clássico das ciências sociais (WAIZBORT, 2012); e Guerreiro Ramos, que também tem vasta obra nas ciências sociais, todos os outros abordam, prioritariamente, questões relacionadas diretamente à administração pública (Tabela 9). Uma relação mais abrangente dos autores referenciados está disponível no Apêndice G.

Tabela 9 - Autores mais citados entre 1988 e 1997

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	22
DINIZ, Eli	10
MARTINS, Luciano	10
MELO, Marcus André B. C. de	9
WEBER, Max	9
OSBORNE, David	8
ABRUCIO, Fernando Luiz	7
MATUS, Carlos	7
PRZEWORSKI, Adam	7
MOTTA, Paulo Roberto	6
REZENDE, Fernando	6
SOUTO-MAIOR, Joel	6
WAHRLICH, Beatriz M. de Souza	6
BARZELAY, Michael	5
GUERREIRO RAMOS, Alberto	5
KETTL, Donald F.	5
MELLO, Celso Antônio Bandeira de	5
O'DONNELL, Guilherme	5

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O perfil dos autores mais referenciados nos estudos do período de 1988 a 1997 mostra uma clara preocupação com questões relacionadas à reforma do estado e com o papel da administração pública no cenário que se apresentava, a partir da promulgação da constituição de 1988. O ambiente à época, indicava uma forte tendência à reconfiguração do papel do estado e do governo, com o fim da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição, indicando amplas possibilidades de democratização e participação popular nas decisões governamentais e de políticas públicas. Destaca-se também que a maioria dos autores referenciados é brasileira, cinco são norte-americanos ou europeus e dois autores latino-americanos.

No decênio seguinte, de 1998 a 2007, os 255 artigos tiveram 5.188 referências, média de 20,3 referências por artigo. Além de autores com o perfil bem próximo ao decênio anterior, aparecem na lista dos 20 mais referenciados, um autor cujo campo de estudo principal é metodologia, Robert Yin, e também dois autores do campo da administração de empresas, Henry Mintzberg e Peter Drucker. Voltam a aparecer tanto Max Weber quanto Guerreiro Ramos. Neste decênio, aparece também o nome de Boaventura de Sousa Santos, outro autor

com vasta obra nas ciências sociais, como um dos 20 mais citados (Tabela 10). Uma relação mais abrangente dos autores referenciados está disponível no Apêndice H.

Tabela 10 - Autores mais citados entre 1998 e 2007

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	111
FARAH, Marta Ferreira Santos	37
SPINK, Peter K.	35
OSBORNE, David	31
KLIKSBERG, Bernardo	25
WEBER, Max	24
MINTZBERG, Henry	23
ABRUCIO, Fernando Luiz	21
DRUCKER, Peter F.	20
HOOD, Christopher	20
YIN, Robert K.	20
DINIZ, Eli	19
DRAIBE, Sonia	18
TENÓRIO, Fernando Guilherme	18
GUERREIRO RAMOS, Alberto	16
ARRETCHE, Marta Teresa da Silva	15
PRZEWORSKI, Adam	15
SANTOS, Boaventura de Sousa	15
CUNILL GRAU, Nuria	14
PINHO, José Antonio Gomes	14

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O segundo decênio estudado apresentou, portanto, a consolidação de Luiz Carlos Bresser Pereira como autor mais citado, o aumento nas referências a autores da área de administração de empresas, indicando, possivelmente em razão das reformas da NGP, uma tendência ao gerencialismo na administração pública. Quanto à nacionalidade dos autores, há nove brasileiros, nove europeus ou norte-americanos e dois latino-americanos. Percebe-se, portanto, um aumento da influência de autores europeus e norte-americanos nos estudos em AP nesse decênio.

Outra característica importante da análise de citação é a presença de um autor que aborda a questão metodológica, indicando que os estudos em AP começavam a se preocupar com essa questão. No caso específico, pode-se afirmar que a técnica de estudo de caso estava

despontando como a mais utilizada em estudos sobre AP. Destaca-se também o crescimento da média de referências por artigo, que praticamente dobrou em relação ao decênio anterior.

No terceiro e último decênio estudado, de 2008 a 2017, os 598 artigos tiveram um total de 28.690 referências, o que dá a média de 48,0 referências por artigo. Houve, mais uma vez a liderança da Luiz Carlos Bresser Pereira como autor mais citado. Dos 20 autores mais citados, cinco têm como foco estudos em questões metodológicas, são eles: Antonio Carlos Gil, Robert K. Yin, Sylvia Constant Vergara, Laurence Bardin e Joseph F. Hair Jr. Dois autores têm foco em administração de empresas, Henry Mintzberg e Robert S. Kaplan; e quatro na área de ciências sociais: Alberto Guerreiro Ramos, Max Weber, Jürgen Habermas e Boaventura de Sousa Santos (Tabela 11). Uma relação mais abrangente dos autores referenciados está disponível no Apêndice I.

Tabela 11 - Autores mais citados entre 2008 e 2017

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	265
TENÓRIO, Fernando Guilherme	147
PAES DE PAULA, Ana Paula	132
GUERREIRO RAMOS, Alberto	125
GIL, Antônio Carlos	95
YIN, Robert K.	95
ABRUCIO, Fernando Luiz	94
VERGARA, Sylvia Constant	94
BARDIN, Laurence	92
WEBER, Max	83
MINTZBERG, Henry	75
HAIR JR., Joseph F.	73
FISCHER, Tânia D.	72
HABERMAS, Jürgen	67
MATIAS-PEREIRA, José	60
KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo	58
OSBORNE, David	56
KAPLAN, Robert S.	55
SANTOS, Boaventura de Sousa	55
HOOD, Christopher	54

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Esse decênio apresenta a consolidação da preocupação com questões metodológicas nos estudos em AP, podendo-se perceber que além do estudo de caso, as pesquisas em AP passaram a utilizar mais a análise de conteúdo, representada pelas referências à Laurence Bardin, e técnicas quantitativas, representadas pelas referências a Joseph F. Hair Jr. Percebe-se, também, o predomínio de referências a autores brasileiros, 11 dentre os 20 mais referenciados, a forte presença de autores europeus ou norte-americanos, com nove autores, e a ausência de autores latino-americanos não brasileiros. A média de referências por artigo mais que dobrou quando comparada ao decênio anterior.

A relação dos autores mais citados de todo o período é bem similar à relação do último decênio. Como esse decênio contém quase um terço do total da produção estudada, não surpreende tal similaridade. Os 911 artigos tiveram o total de 34.779 referências, média de 38,2 referências por artigo. Os cinco autores da área de metodologia e os quatro das ciências sociais estão presentes na relação final do período de 30 anos estudado. Da área de administração de empresas, aparece apenas um nome (Tabela 12). Uma relação mais abrangente dos autores referenciados está disponível no Apêndice J.

Tabela 12 - Autores mais citados entre 1988 e 2017

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	398
TENÓRIO, Fernando Guilherme	165
GUERREIRO RAMOS, Alberto	146
PAES DE PAULA, Ana Paula	139
ABRUCIO, Fernando Luiz	122
WEBER, Max	116
YIN, Robert K.	115
GIL, Antonio Carlos	102
MINTZBERG, Henry	100
VERGARA, Sylvia Constant	99
OSBORNE, David	95
BARDIN, Laurence	94
FARAH, Marta Ferreira Santos	89
FISCHER, Tânia D.	85
HABERMAS, Jürgen	83
HAIR JR., Joseph F.	74
HOOD, Christopher	74

SPINK, Peter K.	71
SANTOS, Boaventura de Sousa	70
PINHO, José Antônio Gomes de	69

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na relação consolidada do período, a valorização das questões metodológicas ao longo do tempo também deve ser ressaltada. No primeiro decênio estudado, não havia, entre os mais citados, qualquer autor com produção acerca dessas questões. No segundo decênio já havia o nome de um autor na lista dos 20 mais citados e no terceiro e no consolidado já aparecem cinco autores com esse foco em sua produção.

Também chama a atenção a liderança de autores brasileiros como os mais citados, já que metade da lista dos 20 mais citados é formada por brasileiros, incluindo os que ocupam as cinco primeiras posições. A forte influência europeia e norte-americana também é evidenciada nessa lista.

Um ponto que merece atenção é a ausência de autores latino-americanos não brasileiros dentre os mais citados. A história dos países da América Latina tem muitos pontos em comum. A exploração colonial ibérica, os processos de independência, a dependência externa, os golpes militares, os governos autoritários, as reformas neoliberais e uma série de outros fatores que, em maior ou menor grau, se relacionam com a questão da AP e que foram vivenciados por diversos países dessa região.

As Ciências Sociais nos países da América Latina tiveram trajetória muito parecida. A CEPAL e o ILPES são exemplos de que houve, na região, espaço para compartilhamento e trocas de ideias sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento social e econômico latino-americano. Desta forma, é surpreendente que não haja, entre os autores mais citados, referência a algum autor latino-americano não brasileiro, havendo, no entanto, referências a autores norte-americanos e europeus.

Esse fato pode indicar que, mesmo convivendo em realidades tão próximas às dos países da América Latina, os pesquisadores brasileiros buscam suas fontes, prioritariamente, entre os próprios autores brasileiros, e depois, em autores norte-americanos e europeus. Curiosamente, um dos autores dentre os 20 mais citados, Boaventura de Sousa Santos, tem uma vasta produção que contesta e critica, justamente, essa “colonialidade” (SANTOS, 2007; SANTOS; MENESES, 2013).

O principal objetivo de se realizar a análise de citação, foi o de auxiliar a identificação do *locus* e do *focus* de cada estudo, feita principalmente a partir da análise de conteúdo, que será vista a seguir.

5.4 O *Locus* dos estudos

Conforme já explicitado, a análise de conteúdo dos artigos foi realizada tendo-se, como base, o *Locus* e o *Focus* de cada pesquisa. Os dados dessa análise também são apresentados a partir dos três decênios do período.

O estudo do *locus* das pesquisas em AP evidencia algumas características importantes, e até surpreendentes. O *locus* da Reforma Administrativa foi o que sofreu maior alteração, passando de 47,7% da produção no primeiro decênio, caindo para 26,2% no segundo e reunindo 6,4% dos estudos no terceiro decênio. Esta variação deixa muito clara a relevância desse tema no final da década de 80 e na década de 90, mas que foi perdendo importância com o passar do tempo. Mesmo com a diminuição da Reforma Administrativa como assunto principal, o nome de Luiz Carlos Bresser Pereira, seu principal representante, continuou como o mais citado, mesmo no último decênio. Apesar da acentuada queda no percentual de estudos, este ainda foi o segundo colocado dentre os *loci* do período completo estudado, com 15,3% dos estudos.

Por outro lado, a *locus* administrativo foi o que mais ganhou espaço ao longo do tempo, sendo o mais utilizado nos 30 anos estudados. Esse *locus* está presente nos estudos que abordam o cotidiano da administração pública, a prática de seus gestores e o modo como se dá a organização e o fluxo de processos de trabalho. O fato de a pesquisa não ter sido realizada com revistas focadas na AP, mas sim com revistas da área de administração em geral, pode ter influenciado esse indicador. Em torno de metade da produção analisada foi publicada em revista que não é da área de AP. Essa característica, possivelmente, faz com que muitos artigos tenham essa característica do *locus* da pesquisa, ou seja, de trabalhos que investigam o dia a dia de organizações, dos processos etc. Ressalta-se que o percentual de artigos publicados em revistas com foco em AP diminuiu ao longo do tempo, o que reforça a possibilidade.

O *locus* políticas públicas aparece em terceiro lugar no número total de artigos do período estudado. Teve uma participação pequena no primeiro decênio, mas cresceu de importância nos seguintes, ficando em segundo lugar no último período.

O *locus* de Recursos Humanos foi o que mais surpreendeu. Ficou em segundo lugar no primeiro decênio, perdendo apenas para a Reforma administrativa, e teve uma acentuada queda de interesse no período de 1998 a 2007. No último decênio, resgatou parte de sua importância nos estudos acadêmicos (Tabela 13).

Tabela 13 - *Locus* dos estudos

<i>Locus</i>	1988-97	%	1998-07	%	2008-17	%	Total	%
Administrativo	11	12,5%	37	16,4%	130	21,7%	178	19,5%
Reforma Administrativa	42	47,7%	59	26,2%	38	6,4%	139	15,3%
Políticas Públicas	6	6,8%	33	14,7%	73	12,2%	112	12,3%
Recursos Humanos	17	19,3%	12	5,3%	56	9,4%	85	9,3%
Social	6	6,8%	20	8,9%	52	8,7%	78	8,6%
Estudos Organizacionais	1	1,1%	12	5,3%	53	8,9%	66	7,2%
Organização Sociopolítica	3	3,4%	15	6,7%	45	7,5%	63	6,9%
Governo Eletrônico/TI	0	0,0%	8	3,6%	46	7,7%	54	5,9%
Desenvolvimento Sustentável	0	0,0%	4	1,8%	37	6,2%	41	4,5%
Ensino e Pesquisa	2	2,3%	11	4,9%	25	4,2%	38	4,2%
Econômico	0	0,0%	9	4,0%	24	4,0%	33	3,6%
Inovação	0	0,0%	5	2,2%	19	3,2%	24	2,6%
Total	88		225		598		911	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Todos os outros *loci* apresentaram incremento de sua relevância nos estudos pesquisados do primeiro para o segundo decênio. E com exceção dos *loci* Social e Ensino e Pesquisa, que tiveram pequenos decréscimos, os outros também apresentaram incremento do segundo para o terceiro decênio. Tal comportamento mostra uma certa diversificação nos estudos em AP, no que se refere ao *locus* considerados nas pesquisas. Reforça essa ideia, o fato de, no primeiro decênio, os três *loci* mais presentes nas pesquisas representavam quase 80% dos estudos, tendo caído para 57,3% no segundo decênio e ficado em 43,3% no terceiro.

No estudo de Keinert (1998), foram considerados três grupos de *loci*: Estruturação do Estado, Políticas Setoriais e Ensino e Pesquisa. O *locus* Estruturação do Estado era formado por diversos *loci*, tais como Organização Administrativa, Organização Política, Finanças Públicas, Recursos Humanos, Reforma Administrativa/Modernização, dentre outros. Os *loci* Administrativo, Reforma administrativa e Recursos Humanos do presente estudo representam esse grupo. O *locus* Políticas Setoriais de Keinert (1998) inclui os *loci* Saúde/Previdência,

Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Políticas Sociais, dentre outros. Os *loci* Políticas Públicas, Social e Desenvolvimento Sustentável deste estudo representam esse grupo.

Nas duas publicações analisada por Keinert (1998), RSP e RAP são identificados ao longo período de predomínio do *locus* Estruturação do Estado. Segundo a autora, “Os *loci* destacados no grupo Estruturação do Estado são, exatamente, aqueles mais envolvidos com o processo de constituição de um novo arcabouço institucional para o Estado brasileiro” (KEINERT, 1998, p. 31). No entanto foi identificado um deslocamento, a partir da década de 1980, do *locus* Estruturação do Estado para o *locus* Políticas Setoriais, “[...]caracterizado por sua atuação e interação com a sociedade” (KEINERT, 1998, p. 24). Tal mudança, porém, ocorreu de forma irregular, com muita instabilidade.

Smolski et al. (2017), em estudo com artigos publicados na RAP de 2003 a 2016, identificaram o *locus* Estudos Organizacionais como o mais presente nas publicações, com 14,8%, embora perdendo participação ao longo do tempo. Em segundo lugar, aparece o *locus* Política de Saúde, com 6,2%, seguido pelo *locus* Outras Políticas Públicas, com 6,0% e Políticas Públicas (Geral), com 5,9%.

Em face dos três estudos comparados, percebe-se que os *loci* utilizados não são os mesmos e que o próprio conceito de *locus* precisa ser melhor definido. Mezzomo e Laporta (1994) consideraram 39 *loci* categorizados em sete grupos: 1) social; 2) administrativo; 3) infraestrutura; 4) produção científica; 5) econômico; 6) organização sociopolíticas; e 7) outros. Keinert (1998) considerou os mesmos 39 *loci*, mas dividiu em três grupos já citados. Já Smolski et al. (2017) consideraram 31 *loci*. Este estudo buscou simplificar as categorias de *locus*, propondo o estudo com base nos 12 utilizados.

De qualquer forma, os resultados da análise do *locus* dos artigos indicam um não alinhamento com os resultados de Keinert (1998) e de Smolski et al. (2017). Provavelmente, a aparente indefinição do conceito de *locus*, ou a dificuldade de identificá-lo, gera categorizações diferentes, que acabam por dificultar comparações. No entanto, vale lembrar que, de acordo com Mezzomo e Laporta (1994), para a construção dos paradigmas estudados, foi privilegiado o *focus* em relação ao *locus*, pois “[...]não obstante o *locus* ter sido o ponto de partida tradicional para identificar o campo de administração pública, a abordagem baseada no *focus* pode ser mais útil aos nossos propósitos” (MEZZOMO; LAPORTA, 1994, p. 7).

5.5 O *focus* dos estudos

A análise do *focus* utilizado nas pesquisas em AP apresenta os possíveis modelos teóricos sobre os quais se assentam os estudos em AP (KEINERT, 1998). Desta forma, os dois *foci* que mais estiveram presentes nos estudos foram a Ciência administrativa e a Ciência política, com percentuais muito próximos. No primeiro decênio, ambos estavam presentes exatamente no mesmo número de artigos. No segundo decênio, a ciência política teve um artigo a mais que a ciência administrativa e no terceiro decênio a Ciência administrativa apresentou quantidade maior de artigos. Esses dois juntos responderam por 70,5% dos estudos no primeiro decênio; 76,9%, no segundo e 86,1%, no terceiro (Tabela 14).

Tabela 14 - *Focus* dos estudos

<i>Focus</i>	1988-97	%	1998-07	%	2008-17	%	Total	%
Ciência administrativa	31	35,2%	86	38,2%	281	47,0%	398	43,7%
Ciência política	31	35,2%	87	38,7%	234	39,1%	352	38,6%
Sociologia	13	14,8%	20	8,9%	21	3,5%	54	5,9%
Ciência econômica	4	4,5%	17	7,6%	14	2,3%	35	3,8%
Ciência jurídica	6	6,8%	5	2,2%	20	3,3%	31	3,4%
História	0	0,0%	6	2,7%	9	1,5%	15	1,6%
Epistemologia	3	3,4%	2	0,9%	8	1,3%	13	1,4%
Psicologia	0	0,0%	2	0,9%	11	1,8%	13	1,4%
Total	88		225		598		911	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Outros três *foci* que apresentavam alguma relevância nos estudos no primeiro decênio estudado (Sociologia, Ciência econômica, Ciência jurídica), tiveram participação bem menor no último decênio. Esses dados mostram que no que se refere ao *locus* dos estudos, houve, ao longo do tempo, uma concentração nos dois primeiros já citados.

Chama atenção a diminuição de utilização do *foci* Sociologia, que, no primeiro decênio, estava presente em quase 15% dos estudos, e no decênio mais recente, em apenas 3,5% dos artigos.

Keinert (1998) identifica, assim como no *locus*, um longo período de predomínio do *focus* Ciência Administrativa. Esse *focus* também se deslocou nos anos 1980, emergindo o *focus* Ciência Política, mas assim como no caso do *locus*, essa mudança ocorreu de forma irregular, com altos e baixos.

Smolski et al. (2017) identificaram o ápice de *focus* Ciências Administrativas no triênio 2006-2008, quando chegou a 64,7%, chegando a 48,6% no triênio 2015-2017. O *focus* Ciências Políticas, de acordo com esses autores, teve seu ápice no triênio 2012-2014, quando alcançou 15,3% ficando em segundo lugar. No cômputo geral de todo o período, terminou em quarto lugar, com 9,9% dos artigos.

Assim como a análise do *locus*, aqui também vale o ressaltar o perfil das revistas nas quais os artigos foram publicados. Em torno de metade dos artigos analisados foram publicados em revistas da área de administração, e não de AP. Assim como essa característica pode ter influenciado o aumento de artigos que utilizam o *locus* administrativo, é possível que também influencie no aumento do *focus* Ciência Administrativa.

5.6 Paradigmas dos estudos

Para a caracterização do paradigma científico que embasou os estudos em AP no período selecionado, levou-se em conta a categorização do *locus* e do *focus* dos estudos, além de uma análise com base no entendimento de Keinert (1994; 1998) e Keinert e Vaz (1994) dos paradigmas da AP brasileira. Assim sendo, buscou-se categorizar os estudos em termos dos quatro paradigmas propostos nesses estudos: paradigma da AP como Ciência Jurídica, caracterizado pelo legalismo; AP como Ciência Administrativa, caracterizada pela racionalização, eficiência, competência técnica; AP como Ciência Política, caracterizada pelo conflito de interesses e luta pelo poder; e AP como interesse público, caracterizada pela capacidade política junto à competência técnica e ampliando o entendimento do que é público, que vai além do estatal, envolvendo “[...]uma multiplicidade de atores, formas jurídicas e gerenciais” (KEINERT, 1998, p. 43) (Tabela 15).

Tabela 15 - Paradigmas dos estudos

Paradigma	1988-97	%	1998-07	%	2008-17	%	Total	%
Ciência política	27	30,7%	88	39,1%	307	51,3%	422	46,3%
Ciência administrativa	25	28,4%	58	25,8%	167	27,9%	250	27,4%
Interesse público	34	38,6%	75	33,3%	117	19,6%	226	24,8%
Ciência jurídica	2	2,3%	4	1,8%	7	1,2%	13	1,4%
Total	88		225		598		911	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O primeiro decênio estudado mostrou um certo equilíbrio entre os três principais paradigmas identificados, com a liderança do interesse público seguido pela ciência política e pela ciência administrativa.

Esse decênio, que começou em 1988, tem parte de sua produção analisada por Keinert (1998, p. 114) onde é identificado “[...]um paradigma emergente baseado nos novos desenvolvimentos em termos de administração pública e nas novas formas de participação da sociedade na construção e gestão do espaço público”. Para essa autora, esse paradigma vai na direção de um AP entendida como interesse público, não necessariamente relacionada diretamente ao poder estatal. A relação Estado-Sociedade passa a ser uma relação Sociocêntrica, ou seja, centrada no Social, no interesse público. Nos paradigmas anteriores, essa relação era Estadocêntrica, centrada no que era estatal (KEINERT, 1998).

Conforme visto na fundamentação teórica, no final dos anos 90 e início dos anos 2000 houve uma ebulição de novas abordagens em AP que preconizavam uma maior participação dos cidadãos, com variadas características de AP com enfoque Pós-Nova Gestão Pública, como as abordagens vistas como o Novo Serviço Público (DENHARDT; DENHARDT, 2000), Nova Governança Pública (OSBORNE, 2006), Governança da Era Digital (DUNLEAVY et al., 2006), Estado NeoWeberiano (POLLITT; BOUCKAERT, 2004) e Gestão para o Valor Público (STOKER, 2006). De certa forma, todas essas abordagens têm em comum a ideia de AP baseada em transparência, na responsabilização e na prestação e contas, tanto dos governantes como dos próprios cidadãos, entendidos como participantes ativos e interessados no universo público. Conforme Moreira e Alves (2009, p. 33), são necessárias “[...]novas formas de olhar para a ‘coisa pública’ que são essenciais para mudar e reformar ‘os nossos serviços’ no sentido de incrementar o valor público e a autonomia dos cidadãos”.

No segundo decênio, ocorre um grande aumento do paradigma da ciência política e uma queda dos outros dois. Já no terceiro e último decênio, o paradigma da AP como Ciência Política consolida-se como a base de mais da metade dos estudos, seguido pelo paradigma da AP como Ciência Administrativa com pouco menos de 30%, ficando o paradigma da AP como interesse público com pouco menos de 20%.

Os artigos analisados que se enquadraram no paradigma da Ciência Política, refletem pesquisas com algumas características, tais como disputa de poder, democratização, conflito de interesses e escassez de recursos (KEINERT, 1998). Desta forma, ainda que a maior parte do

focus dos artigos tenha sido identificado como sendo da Ciência Administrativa, são encontrados estudos que se baseiam no poder estatal, à equidade e à adequação social (KEINERT, 1994), que caracterizam o paradigma da Administração Pública como Ciência Política.

Como contraponto ao modelo burocrático, Keinert (1998) identifica duas vertentes: uma vertente gerencial e outra focada na participação cidadã e no controle social. Para a autora, “[...]estas duas vertentes, além de serem não-excludentes, aparecem conjuntamente nas experiências que procuram se contrapor ao modelo burocrático” (p. 111). Tal afirmação ajuda a explicar a aparente contradição entre o *focus* dos estudos e o paradigma que embasou esses estudos.

Apesar da suposição inicial da pesquisa não ter sido confirmada, é importante ressaltar que houve sim, a emergência de um paradigma da AP como interesse público. No entanto, tal paradigma não se consolidou, possivelmente em razão de alguns fatores que são debatidos nas considerações finais deste estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a AP tem sido pesquisada de forma sistemática, pelo menos, desde o final da década de 1930. Desde então, foram várias as abordagens, métodos, conceitos e paradigmas utilizados nos estudos.

O objetivo deste estudo foi verificar se houve, a partir de 1988, a emergência e consolidação de um novo paradigma na produção científica em administração pública no Brasil. Para responder essa questão, foi feito um levantamento de artigos publicados sobre o tema, de 1988 a 2017. Desse levantamento, foram identificados os periódicos que mais publicaram sobre o assunto, autores mais prolíficos e autores mais citados. Além disso, foi realizada análise de conteúdo para se identificar o *locus* e o *focus* dos artigos, para então identificar os paradigmas dominantes.

A produção acadêmica do campo de AP teve crescimento substancial ao longo dos 30 anos estudados. Quase dois terços dos artigos foram publicados no último decênio, o que demonstra a expansão do campo; 52 periódicos publicaram artigos sobre AP, o que demonstra, também, ampliação do alcance do tema, provavelmente em mais programas de pós-graduação e em mais eventos acadêmicos.

Houve também maior cooperação entre os pesquisadores. No primeiro decênio, a média de autores por artigo foi de 1,44. Esse número foi de 1,80 no segundo e 2,64 autores no terceiro decênio, ou seja, quase dobrando a média de autores por artigo. Esse aumento também sinaliza uma ampliação da abrangência do campo de AP no Brasil, possivelmente entre autores de diferentes instituições e entre orientadores e orientandos de programas de pós-graduação. A colaboração entre pesquisadores é vista como positiva na academia, pois potencializa troca de experiências e saberes, tendendo, dessa forma, a produzir pesquisa de melhor qualidade.

A análise das citações também identificou alguns achados interessantes. O fato dos cinco autores mais citados no período estudado serem brasileiros, indica a valorização de autores nacionais no campo de AP. É grande a influência de autores europeus e norte-americanos, que são metade dentre os 20 mais citados, e é pequena a influência de autores latino-americanos não brasileiros, que não aparecem entre os 20 mais citados. Essa influência latino-americana diminuiu ao longo do tempo, já que tanto no primeiro quanto no segundo decênio estudados, constam dois autores latino-americanos entre os mais citados em cada um. É possível que essa desvalorização seja reflexo da mudança no *focus* dos estudos. Houve grande

queda no *focus* sociologia e aumento no *focus* Ciência administrativa. A mudança nos paradigmas estudados também pode ter impactado essa alteração nas citações. Ressalta-se, portanto, o distanciamento da academia brasileira e seus autores, de seus pares latino-americanos, no âmbito dos estudos em AP.

Ainda em relação às citações, percebe-se grande valorização das questões metodológicas no terceiro decênio estudado. Conforme já citado, dos 20 autores mais referenciados, cinco abordam essas questões. Tal achado pode indicar amadurecimento do campo, que já foi tão criticado pela fragilidade metodológica de suas pesquisas. A quantidade de citações de obras que discutem metodologia, indica, no mínimo, aumento da preocupação com essa questão.

Em relação ao *locus* dos estudos pesquisados, o que se pode constatar é que esse conceito parece não estar ainda bem definido. A diversidade de categorizações do conceito utilizada nos diversos estudos consultados evidencia essa lacuna na literatura. Apesar disso, fica clara a grande diminuição de importância da Reforma Administrativa dos estudos em AP ao longo do tempo, bem como o aumento do *locus* Administrativo.

Em relação ao *focus* dos estudos, a comparação dos estudos mostra coerência em relação aos achados de Keinert (1998), quando essa autora identificou a emergência do *focus* da Ciência Política. Este estudo identifica essa emergência, mostra que houve um certo “embate” entre o *focus* da Ciência Administrativa e da Ciência Política nos dois primeiros decênios estudados, mas indica que essa emergência não se consolida, já que no decênio 2008-2017 e Ciência Administrativa volta a ser o *focus* líder dentre os artigos avaliados.

A suposição inicial, de que haveria um paradigma emergente, nos moldes de um paradigma de Administração Pública como interesse público, não foi confirmada. A maioria dos artigos pesquisados ainda contém forte presença de AP centrada no papel do Estado, ou seja, fazendo parte de uma matriz Estadocêntrica e não Sociocêntrica, conforme descrito por Keinert (1998).

Observa-se que o paradigma da Ciência Administrativa se manteve em patamar regular ao longo dos três decênios estudados. O paradigma da AP como interesse público, que tinha o maior percentual no primeiro decênio, perdeu força ao longo do tempo, ficando em terceiro lugar no último decênio. De modo inverso, o paradigma da AP como Ciência Política, aumentou

sua participação a cada decênio, chegando a responder por mais da metade dos artigos no último período analisado.

O paradigma emergente da Administração Pública como interesse público identificado por Keinert (1998, p. 114) era “[...]baseado nos novos desenvolvimentos em termos de administração pública e nas novas formas de participação da sociedade na construção e gestão do espaço público”. Tal característica não foi encontrada na maior parte dos artigos. Mais uma vez, cabe lembrar que metade das publicações que publicou os artigos analisados não tem foco na AP, mas sim na área de administração em geral. Dessa forma, o interesse de boa parte das revistas pode ser, prioritariamente, em questões gerenciais e processos operacionais, não “dando espaço” a discussões que extrapolem tais dimensões.

Uma análise histórica também é importante, para não dizer fundamental, na identificação desses paradigmas. O período em que Keinert (1998) identificou a emergência do paradigma da Administração Pública como interesse público, foi no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Este estudo também identificou, no primeiro decênio estudado, a emergência de um paradigma da Administração Pública como interesse público. O período de análise do estudo de Keinert (1998) foi até 1989 nas publicações da RSP e até 1992 nas publicações da RAP, ou seja, têm alguns anos em comum com o primeiro decênio da presente pesquisa.

O Brasil tinha saído de um ciclo de 21 anos de ditadura militar, a constituição “cidadã” tinha sido promulgada e as expectativas eram otimistas em relação ao futuro. A constituição de 1988 certamente teve um papel importante nos rumos das pesquisas em AP no Brasil, pois “[...]representou uma resposta às demandas sociais que clamavam por uma voz ativa na gestão pública, tendo decorrido 21 anos de ditadura militar, vividos no período de 1964 a 1985” (AGUIAR; CUNHA, 2017, p. 22) e tinha grande preocupação com a questão da inclusão e participação (PAULA; AFONSO, 2018).

Esse primeiro decênio, inclusive, foi um período bastante conturbado da política nacional. Nesses 10 anos, passaram quatro presidentes da República: José Sarney, que assumiu após Tancredo Neves falecer antes de tomar posse e foi o primeiro presidente civil após o golpe de 1964; Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito diretamente após a ditadura militar e que sofreu impeachment; Itamar Franco, que era vice-presidente e assumiu até o fim período do mandato de Collor; e Fernando Henrique Cardoso, eleito democraticamente, em

grande parte em decorrência do sucesso do Plano Real, implantado no governo Itamar Franco do qual era ministro da Fazenda.

É possível que esse contexto político do primeiro decênio tenha influenciado os estudos em AP no Brasil, especificamente a promulgação da Constituição e o processo de impeachment de Fernando Collor, que se deu a partir de grandes manifestações populares contra o seu governo. Tais fatos podem ter despertado um maior anseio por participação popular na vida política do país, influenciando a academia a um entendimento da AP a partir de um paradigma de interesse público.

Nos decênios seguintes, houve queda na participação do paradigma da Administração Pública como interesse público. O clima político no país foi menos turbulento. Durante todo o segundo decênio apenas dois presidentes governaram: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de algumas crises econômicas, o período foi de relativa tranquilidade política, com o sucesso do controle da inflação e crescimento econômico. Um fato que pode ter contribuído para o aumento do paradigma da Ciência Política nesse período foi o advento das privatizações, que ocorreram no governo Fernando Henrique Cardoso. Nos estudos sobre o assunto, fica evidente a disputa de poder e conflitos de interesses que permeou todo esse processo. E exatamente esse foco na disputa de poder pode ter enfraquecido o paradigma da AP como interesse público.

No último decênio estudado, que foi de 2008 a 2017, houve relativa tranquilidade na primeira metade. No entanto, a partir do que ficou conhecido como as “jornadas de junho” de 2013, houve um processo de ebulição na sociedade e na política nacional, que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, menos de dois anos após tomar posse para o segundo mandato ao qual foi reeleita. Pelo que foi verificado nos artigos analisados, não houve mudança na tendência de crescimento dos estudos baseados no paradigma da ciência política. Desta forma, este estudo não identificou a consolidação de um paradigma de Administração Pública como interesse público, nos moldes do que foi detalhado por Keinert (1998, p. 14), ou seja, como um paradigma baseado em “[...]uma visão de público enquanto espaço institucional complexo, mais amplo que o estatal[...]”, em que “[...]o espaço público passa a se identificar mais com a sociedade e menos com o estado” (KEINERT, 1998, p. 80).

6.1 Limitações da pesquisa

O perfil dos artigos selecionados na pesquisa foi diferente do perfil dos artigos de pesquisas semelhantes realizada anteriormente. Foram selecionados artigos que tinham, no título, resumo ou palavra-chave, as expressões “administração pública” ou “gestão pública”, indexados na base SPELL. Em razão dessas características, em torno de metade dos artigos analisados foi publicada em periódicos não dedicados à AP, mas sim à administração de empresas e áreas afins. Estudos semelhantes, tais como os de Machado-da-Silva, Amboni e Cunha (1989), Keinert (1994), Pacheco (2003), Fadul, Silva e Cerqueira (2011), Ribeiro (2014) e Smolski et al. (2017), selecionaram artigos apenas em periódicos e anais de eventos específicos da área de AP.

Em grande parte dos artigos aqui analisados, o foco não foi exatamente na AP, mas sim em processos inerentes a uma organização, pública ou privada. Artigos que investigaram os Recursos Humanos ou os processos gerenciais de uma empresa pública, mesmo sem discutir detalhadamente questão de AP, fizeram parte da amostra. Essa característica pode explicar o fato de alguns achados que não sejam comuns a outras pesquisas e pode ser considerada uma limitação.

Outra limitação deste estudo se refere às análises relacionadas à autoria e às citações dos artigos. A base SPELL não oferece ferramentas elaboradas para tais análises. Especificamente em relação às referências, foram relacionados apenas os nomes dos primeiros autores citados, sem identificação da obra. As referências poderiam ser analisadas mais detalhadamente, com a identificação de autores, coautores e obras citadas.

6.2 Estudos futuros

O desenvolvimento da análise dos artigos sobre AP permitiu que se identificassem algumas questões que podem ser melhor investigadas em futuros estudos. A Análise de Redes Sociais (ARS) é uma técnica que pode contribuir muito para o mapeamento do campo, podendo identificar a cooperação entre os autores e instituições, sendo abordada a dimensão social da produção científica pesquisada. Seria interessante analisar a produtividade e sua relação com a cooperação, bem como a estrutura dos relacionamentos e como tais relacionamentos impactam na produção ao longo do tempo no campo da AP.

Um outro foco importante que deve ser investigado é a questão metodológica preponderante nos estudos de AP. Este estudo identificou, a partir das referências dos artigos

pesquisados, o aumento da importância por questões metodológicas nos estudos ao longo do tempo. No último decênio pesquisado, cinco das 20 principais referências são de autores que abordam questões metodológicas. Esse aumento de relevância justifica estudos mais aprofundados com vistas a explorar melhor as opções metodológicas utilizadas nos estudos em AP, principalmente levando-se em conta que já houve muita crítica em relação às questões metodológicas do campo no país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ana Cláudia Donner; HELOU, Angela Regina Heinzen Amin; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. Possibilidades epistemológicas para a ampliação da Teoria da Administração Pública: uma análise a partir do conceito do Novo Serviço Público. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 608-620, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512013000400009>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/8426>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 67-86, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000700005>. Disponível em: https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abrucio_-_trajetoria_recente_da_gestao_publica.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.
- AGUIAR, Cristina Caetano de; CUNHA, Fábio Simão da. A participação social pós-constituição de 1988: o que se tem discutido a respeito?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 71, p. 21-36, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v22n71.64000>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/64000>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1679-39512012000100003>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5243>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- ANDRADE, Daniela Meirelles; CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho; PEREIRA, José Roberto. Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0034-76122012000100009>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7081>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison. As Marcas de Nascimento: A Administração Pública da Colônia à República Velha. In: ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison (Org). **Administração Pública no Brasil - Breve História Política**. São Paulo: Editora Unifesp, 2010.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p51>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/11965>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ARAÚJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; CRUZ, Monalise Pinto da. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 31-40, 2009. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/revistapct/article/view/14>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ARRONA, Ainhoa; ESTENSORO, Miren; LARREA, Miren; SISTI, Eduardo. When collaborative development meets New Public Governance: The case of Etorikizuna Eraikiz Territorial Development Lab in Gipuzkoa. **European Public & Social Innovation Review**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 33-45, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31637/epsir.18-1.4>. Disponível em: <https://pub.sinnergiak.org/index.php/esir/article/view/84>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, 1993. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000300004>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9632>. Acesso em: 16 maio 2019.

ÁVILA, Gabriel da Costa. Como conferir historicidade à ciência? Um retorno às contribuições de Ludwik Fleck e Karl Mannheim. In: MOLLO, Helena Miranda (org.). **Biografia e História das Ciências**: debates com a história da historiografia. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/45466/LIVRO_BiografiaHistoriaCienças.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

AZEVÊDO, Ariston; GRAVE, Paulo Sérgio. Prolegômenos a Toda a Administrologia Possível: Administração - O Que é Isto?. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 71, p. 695-712, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302014217100009>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12232>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4ª. Ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLANCO, Alejandro. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 89-114, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702007000100006>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12536>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOLLIGER, Sérgio; DIAS, Isabel de Meiroz. Participação colaborativa: o lugar do gestor público no processo de inovação aberta. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 7, 2014, Brasília. **Anais...**, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BOWREY, Graham; HUI, Freda; SMARK, Ciorstan. An 1831 discussion on New Public Management. **Accounting History**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 370-386, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1032373216686086>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1032373216686086>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, v. 120, n. 1, p. 7-40, 1996. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A organização burocrática. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; MOTTA, FERNANDO C. PRESTES. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000100002>. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=679>. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 9-30, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000100003>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/11692>. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 147-156, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612166376>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65932>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BRUNET, Maude; AUBRY, Monique. The three dimensions of a governance framework for major public projects. **International Journal of Project Management**, [s. l.], v. 34, n. 8, p. 1596-1607, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2016.09.004>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0263786316300904>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRUNO, Andreina. The “organizing” paradigm in public administration: learning by focusing on customer orientation. **Journal of Workplace Learning**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 186-198, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/jwl-01-2018-0027>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JWL-01-2018-0027/full/html>. Acesso em: 26 set. 2019.

BYRKJEFLOT, Haldor; GAY, Paul du; GREVE, Carsten. What is the ‘Neo-Weberian State’ as a Regime of Public Administration?. In: ONGARO, Edoardo; THIEL Sandra van. (Eds.). **The Palgrave handbook of public administration and management in Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 991-1009. DOI: https://doi.org/10.1057/978-1-137-55269-3_50. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/978-1-137-55269-3_50. Acesso em: 17 jun. 2019.

- CAFÉ, Anderson Luis da Paixão; RIBEIRO, Núbia Moura; PONCZEK, Roberto Leon. A fabricação dos corpos dóceis na pós-graduação brasileira: em cena o produtivismo acadêmico. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 75-88, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p75>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n49p75>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005>. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=656>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; AFONSO, Yedda Beatriz Gomes de Almeida Dysman da Cruz Seixas Singer; GONCALVES, Andréa de Oliveira. Alberto Guerreiro Ramos: Contribuições da redução sociológica para o campo científico da administração pública no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 98-121, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n6p98-121>. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/7297>. Acesso em: 7 ago. 2019.
- CARGNELLO, Davide P.; FLUMIAN, Maryantonett. Canadian governance in transition: Multilevel governance in the digital era. **Canadian Public Administration**, [s. l.], v. 60, n. 4, p. 605-626, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/capa.12230>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/capa.12230>. Acesso em: 4 set. 2019.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim; JOSÉ, Herbert Antonio Age. Reforma e contra-reforma: a perversa dinâmica da administração pública brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, p. 97-111, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7779>. Acesso em: 9 ago. 2019.
- CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000100012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000100012. Acesso em: 23 ago. 2019.
- CAVALCANTE, Pedro. **Gestão Pública Contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2319). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8027>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- CAVALCANTE, Pedro. Innovations in the Federal Government During the Post-new Public Management Era. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 22, n. 6, p. 885-902, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170391>. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/1305>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura. Do the Brazilian innovations in public management constitute a new model?. **Revista de Administração e Inovação**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 90-96, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rai.2016.07.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S180920391631124X>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAVALCANTE, Pedro; CARVALHO, Paulo. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 1-26, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612144002>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65935>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 57-71, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100004. Acesso em: 5 set. 2019.

CLARKE, Amanda; LINDQUIST, Evert A.; ROY, Jeffrey. Understanding governance in the digital era: An agenda for public administration research in Canada. **Canadian Public Administration**, v. 60, n. 4, p. 457-476, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/capa.12246>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/capa.12246>. Acesso em: 16 jul. 2019.

COELHO, Fernando de Souza. A Fase Embrionária do Campo de Públicas: o Processo de Expansão e Diversificação do Ensino de Graduação de Administração Pública no Brasil Entre 1995 e 2006. **Revista Administração em Diálogo**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 240-167, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2019v21i2.42277>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/42277>. Acesso em: 22 set. 2019.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 37-45, 2000. Disponível em: http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/fenomenologia_modernidade.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

CORRÊA, Mariza. **História da antropologia no Brasil: 1930-1960**, Depoimentos. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, Campinas: UNICAMP, 1987.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000500003>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6656>. Acesso em: 10 jun. 2019.

COSTA, Gustavo Pereira da. **Heranças patrimonialistas, (dis)funções burocráticas, práticas gerenciais e os novos arranjos do Estado em rede**: entendendo a configuração atual da administração pública brasileira. 2012. 253 f. Tese (doutorado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9976>. Acesso em: 6 jun. 2019.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CUPANI, Alberto. La racionalidad de la ciência: de axioma a problema. **Revista Reflexão**, Campinas, n. 78, p. 37-45, 2000.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. A episteme de ponta-cabeça: os saberes subalternos e as novas perspectivas das Ciências Sociais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 38, p.145-162, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7353>. Acesso em: 8 jul. 2019.

DANNEELS, Lieselot; VIAENE, Stijn. Simple rules strategy to transform government: An ADR approach. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 516-525, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.09.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X15300113>. Acesso em: 21 ago. 2019.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Janet Vinzant. The new public service: Serving rather than steering. **Public Administration Review**, v. 60, n. 6, p. 549-559, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/0033-3352.00117>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/0033-3352.00117>. Acesso em: 2 ago. 2019.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Janet Vinzant. **The new public service: serving rather than steering** (Expanded Ed.). Armonk N.Y.: M.E. Sharpe, 2007.

DOMINGUES, José Maurício. **Latin America and contemporary modernity: a sociological interpretation**. New York: Routledge, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203932391>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9780203932391>. Acesso em: 18 jul. 2019.

DRECHSLER, Wolfgang. The Rise and Demise of the New Public Management. **Post-autistic Economics Review**, [s. l.], n. 33, p. 17-28, 2005. Disponível em: <http://www.paecon.net/PAERReview/issue33/Drechler33.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

DUBNICK, Melvin J. Demons, spirits, and elephants: Reflections on the failure of public administration theory. **Journal of Public and Nonprofit Affairs**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 59-115, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20899/jpna.4.1.59-115>. Disponível em: <http://www.jpna.org/index.php/jpna/article/view/177>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DUNLEAVY, Patrick; MARGETTS, Helen; BASTOW, Simon; TINKLER, Jane. New public management is dead – long live digital-era governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 467-494, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mui057>. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article-abstract/16/3/467/934257>. Acesso em: 22 set. 2019.

DUNN, William N.; MILLER, David Y. A critique of the new public management and the neo-Weberian state: advancing a critical theory of administrative reform. **Public Organization Review**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 345-358, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11115-007-0042-3>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11115-007-0042-3>. Acesso em: 22 set. 2019.

DURAN, Débora. A educação a distância no processo de formação continuada da administração pública: as contribuições da Revista do Serviço Público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 3, p. 705-736, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i3.1508>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1508>. Acesso em: 17 jul. 2019.

DURIAU, Vincent J.; REGER, Rhonda K.; PFARRER, Michael D. A content analysis of the content analysis literature in organization studies: Research themes, data sources, and methodological refinements. **Organizational research methods**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 5-34, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094428106289252>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1094428106289252>. Acesso em: 9 abr. 2019.

ECKERD, Adam; SNIDER, Keith. Does the program manager matter? New Public Management and defense acquisition. **The American Review of Public Administration**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 36-57, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074015596376>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0275074015596376>. Acesso em: 21 set. 2019.

FADUL, Élvia; SILVA, Lindomar Pinto da; CERQUEIRA, Lucas Santos. Análise do campo da administração pública através da produção científica publicada nos anais dos ENAPGs. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 59, p. 151-166, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.3753>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3753>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FADUL, Élvia Mirian Cavalcanti; SILVA, Mônica de Aguiar Mac-Allister da. Limites e possibilidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 351-365, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552009000300002>. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/685>. Acesso em: 4 ago. 2019.

FADUL, Élvia Mirian Cavalcanti; SILVA, Mônica de Aguiar Mac-Allister da; SILVA, Lindomar Pinto da. Ensaaiando interpretações e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1437-58, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0034-76122012000600002>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7130>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000300011>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 5, p. 424-439, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902011000500002>. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol51-num5-2011/burocracia-como-organizacao-poder-controle>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramZero**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 1-9, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11204>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FERREIRA, Luciana Rodrigues; CHAVES, Vera Lucia Jacob. A pós-graduação no Brasil: a expansão de doutores no novo Plano Nacional de Educação. **EccoS–Revista Científica**, [s. l.], n. 45, p. 291-312, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n45.7934>. Disponível em: [https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path\[\]=7934](https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path[]=7934). Acesso em: 4 jul. 2019.

FERREIRA, Luiz Otávio; BRITTO, Nara. Os Intelectuais no Mundo e o Mundo dos Intelectuais: uma leitura comparada de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim. In: PORTOCARRERO, Vera. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rnn6q/pdf/portocarrero-9788575414095-07.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FERREIRA, Manuel Portugal. A bibliometric study on Ghoshal's managing across borders. **Multinational Business Review**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 357-375, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/15253831111190180>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/1525383111190180/full/html>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; NAJBERG, Estela; FERREIRA, Cintia Braghetto; BERBOSA, Nelson Bezerra; BORGES, Cândido. Inovação em serviços de saúde no Brasil: análise dos casos premiados no Concurso de Inovação na Administração Pública Federal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1207-1228, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121602>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33357>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FIGUEIREDO, Ferdinando. As transformações do pós-guerra e o pensamento econômico da Cepal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 138-150, 1990. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/40-9.PDF>. Acesso em: 14 jun. 2019.

FISCHER, Tânia. Administração Pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 278-88, 1984. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901984000400038>. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol24-num4-1984/administracao-publica-como-area-conhecimento-ensino-trajetoria-brasileira>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/35cecilia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, p. 64-72, 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/804>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOLEMBIEWSKI, Robert T. Public administration as a field: Four developmental phases. **GPSA Journal: The Georgia Political Science Association**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 21-49, 1974. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-1346.1974.tb00827.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1747-1346.1974.tb00827.x>. Acesso em: 27 jul. 2019.

GOMES, Fabrício Augusto Souza. O intelectual na História: uma abordagem sobre o ISEB. **La Razón Histórica - Revista hispanoamericana de Historia de las ideas**, [s. l.], n. 15, p. 40-54, 2011. Disponível em: <https://www.revistalarazonhistorica.com/15-5/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

GOMES, Maria Lucineide Serpa; OLIVEIRA, Francisco Correia de. Modelos organizacionais de administração pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 12, n. 28, p. 105-126, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/17475>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/17475>. Acesso em: 17 maio 2019.

GONZALEZ, Reyes; LLOPIS, Juan; GASCO, Jose. Innovation in public services: The case of Spanish local government. **Journal of Business Research**, [s. l.], v. 66, n. 10, p. 2024-2033, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.02.028>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296313000520>. Acesso em: 11 jun. 2019.

GRANEHEIM, Ulla H.; LINDGREN, Britt-Marie; LUNDMAN, Berit. Methodological challenges in qualitative content analysis: A discussion paper. **Nurse Education Today**, [s. l.], v. 56, p. 29-34, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2017.06.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0260691717301429>. Acesso em: 9 abr. 2019.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; TUMMERS, Lars; PANDEY, Sanjay K. Promoting State-of-the-Art Methods in Public Management Research. **International Public Management Journal**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 7-13, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/10967494.2016.1169066>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10967494.2016.1169066>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**: sentidos e formas de uso. Parede: Principia, 2006.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 7-45, 1970. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/4830/3583>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HENRY, Nicholas. Paradigms of public administration. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 378-386, 1975. DOI: <https://doi.org/10.2307/974540>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/974540>. Acesso em: 17 ago. 2019.

HO, Alfred Tat-Kei. From performance budgeting to performance budget management: theory and practice. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 78, n. 5, p. 748-758, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12915>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/puar.12915>. Acesso em: 20 abr. 2019.

HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João; ROSSONI, Luciano; FERREIRA JÚNIOR, Israel. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-680, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000400002>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6649>. Acesso em: 29 jun. 2019.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rnn6q/pdf/portocarrero-9788575414095-10.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

HÖCHTL, Johann; PARYCEK, Peter; SCHÖLLHAMMER, Ralph. Big data in the policy cycle: Policy decision making in the digital era. **Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce**, [s. l.], v. 26, n. 1-2, p. 147-169, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/10919392.2015.1125187>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10919392.2015.1125187>. Acesso em: 13 jul. 2019.

HOOD, Christopher. A public management for all seasons?. **Public administration**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>. Acesso em: 14 mar. 2019.

HOOD, William W.; WILSON, Concepción S. The literature of bibliometrics, scientometrics, and informetrics. **Scientometrics**, Budapest, v. 52, n. 2, p. 291-314, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1017919924342>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/a:1017919924342>. Acesso em: 17 maio 2019.

HOPKINS, Jack W. Contemporary research on public administration and bureaucracies in Latin America. **Latin American Research Review**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 109-139, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2502492>. Acesso em: 12 jun. 2019.

HOWLETT, Michael; KEKEZ, Anka; POOCHAROEN, Ora-ORN. Understanding co-production as a policy tool: Integrating new public governance and comparative policy theory. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, [s. l.], v. 19, n. 5, p. 487-501, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1287445>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13876988.2017.1287445>. Acesso em: 17 jul. 2019.

IACOVINO, Nicola Mario; BARSANTI, Sara; CINQUINI, Lino. Public Organizations Between Old Public Administration, New Public Management and Public Governance: the Case of the Tuscany Region. **Public Organization Review**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 61-82, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11115-015-0327-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11115-015-0327-x>. Acesso em: 31 jul. 2019.

JACOBSON, Willow S.; PALUS, Christine Kelleher; BOWLING, Cynthia J. A woman's touch? Gendered management and performance in state administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 477-504, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mup017>. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article-abstract/20/2/477/1151828>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KEINERT, Tania Margaret Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901994000300004>. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol34-num3-1994/paradigmas-administracao-publica-no-brasil-1900-92>. Acesso em: 11 abr. 2019.

KEINERT, Tania Margaret Mezzomo. **Do aparelho estatal ao interesse público: crise e mudança de paradigmas na produção técnico-científica em administração pública no Brasil (1937-1997): análise de conteúdo dos artigos publicados na Revista do Serviço Público (1937-...) e Revista de Administração Pública (1967-...)**. 1998. 232 f. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo - SP, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4609>. Acesso em: 14 abr. 2019.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. O movimento “campo de públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 6, n. 4, p. 169-176, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v6i4.753>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4681>. Acesso em: 20 abr. 2019.

KEINERT, Tânia Mezzomo; VAZ, José Carlos. A Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 9-41, 1994. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v45i1.741>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/741>. Acesso em: 20 abr. 2019.

KELLY, Gavin; MULGAN, Geoff; MUERS, Stephen. **Creating Public Value: An analytical framework for public service reform**. London: Strategy Unit, UK Cabinet Office, 2002.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content Analysis: An introduction to its methodology**. 2a. Ed., Thousand Oaks - CA: Sage, 2004.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do CEAM**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>. Acesso em: 29 jul. 2019.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Augusto Comte e o “Positivismo” redescobertos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000300021>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/29365>. Acesso em: 25 jul. 2019.

LAMPROPOULOU, Manto; OIKONOMOU, Giorgio. Theoretical models of public administration and patterns of state reform in Greece. **International Review of Administrative Sciences**, [s. l.], v. 84, n. 1, p. 101-121, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0020852315611219>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020852315611219>. Acesso em: 17 jul. 2019.

LAN, Zhiyong; ANDERS, Kathleen K. A paradigmatic view of contemporary public administration research: an empirical test. **Administration & Society**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 138-165, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/00953990022019380>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00953990022019380>. Acesso em: 27 jun. 2019.

LANGDON, Esther Jean. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014194.22302013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401019. Acesso em: 4 jul. 2019.

LARROUQUÉ, Damien. ¿Qué se entiende por “Estado neweberiano”? Aportes para el debate teórico en perspectiva latinoamericana. **Revista del CLAD. Reforma y democracia**, v. 70, p. 5-28, 2018. Disponível em: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/070-febrero-2018/Larrouque.pdf>. Acesso em 22 jun. 2019.

LAVALLE, Adrian Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, v. 25, n. 46, p. 33-44, 2005.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou Perecer: a Esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 207-215, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p207>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/47688>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LENZI, Letícia. O problema da racionalidade da ciência no século XX e as implicações para um ensino crítico e reflexivo da ciência. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 15, p. 29-40, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23925/2178-2911.2017v15p29-40>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/28947>. Acesso em: 13 jun. 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Jean Marcel Cunto; JACOBINI, Juliana Perez Ruggiro; ARAUJO, Maria Arlete Duarte de. Reestruturação organizacional: os principais desafios para o Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1507-1530, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612134712>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/56596>. Acesso em: 9 jul. 2019.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. **Cógito**, Salvador, n. 11, p. 14-19, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v11/v11a03.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

LONGO, Justin. #OpenData: Digital-era governance thoroughbred or new public management Trojan horse?. **Public Policy & Governance Review**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 38-51, 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1856120. Acesso em: 18 jun. 2019.

LÓPEZ, María Pereira; GULÍAS, Erika Jaráiz. El Nuevo Servicio Público (NSP), un paradigma para la construcción de nuevos modelos metodológicos para el análisis de la administración pública. **RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 73-93, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15304/rips.14.2.2727>. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/rips/article/view/2727>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis; AMBONI, Nério; CUNHA, Vera Carneiro da. Produção Acadêmica em Administração Pública: Período 1983/88. EnANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 13. **Anais...** Belo Horizonte, 1989. p. 1599-1618.

MAGALHÃES, Ana Maria da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. Situando os debates sobre a avaliação da pós-graduação: os estudos do campo pelo campo. **EccoS–Revista Científica**, [s. l.], n. 46, p. 131-148, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n46.7947>.

Disponível em:

[https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path\[\]=7947](https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path[]=7947)

. Acesso em: 12 jul. 2019.

MAIA, João Marcelo E. História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPÉ.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, Edição Especial, Artigo 1, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395149072>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/49072>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-247820152060003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MARGETTS, Helen; DUNLEAVY, Patrick. The second wave of digital-era governance: a quasi-paradigm for government on the Web. **Philosophical Transactions of the Royal Society A**, [s. l.], v. 371, n. 1987, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsta.2012.0382>. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsta.2012.0382>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Joel; BOEMER, Magali Roseira; FERRAZ, Clarisse Aparecida. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 24, n. 1. p. 139-147, abr. 1990. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0080-6234199002400100139>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reecusp/article/view/136144>. Acesso em: 30 maio 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTEDI, Marcos Antônio. Artigo: Dilemas da simetria entre contexto social e conhecimento: a redefinição das modalidades de abordagem sociológica do problema do conhecimento. **Política & Sociedade**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 41-80, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2001>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amauru. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. Pierre Bourdieu, dez anos depois. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 29, n. 47, p. 315-328, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000100017>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/26551>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 37, p. 143-160, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302006000200008>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10840>. Acesso em: 3 jul. 2019.

MEIJER, Albert. Co-production in an Information Age: Individual and Community Engagement Supported by New Media. **Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 1156–1172, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9311-z>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-012-9311-z>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MEIJER, Albert Jacob; LIPS, Miriam; CHEN, Kaiping. Open Governance: A New Paradigm for Understanding Urban Governance in an Information Age. **Frontiers in Sustainable Cities**, [s. l.], v. 1, p. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3389/frsc.2019.00003>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/frsc.2019.00003/full>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MERTON, Robert. Sociologia do Conhecimento. In: MANNHEIM, Karl. MERTON, Robert K. WRIGHT MILLS, C. **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEZZOMO, Tânia Margarete; LAPORTA, Claudio Bucci. A RAP e a evolução do campo de administração pública no Brasil (1965-92). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 5-17, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8379>. Acesso em: 29 maio 2019.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181>. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MINGERS, John; LEYDESDORFF, Loet. A review of theory and practice in scientometrics. **European Journal of Operational Research**, [s. l.], v. 246, n. 1, p. 1-19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2015.04.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S037722171500274X>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MOREIRA, José Manuel; ALVES, André Azevedo. Gestão Pública: entre a visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da Governança Pública. **Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública**, [s. l.], v. 7, n. 11, p. 11-36, 2009. Disponível em: <http://www.revistaenfoques.cl/index.php/revista-uno/article/view/161>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MORIN, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, Edgar (Org.). **O Problema Epistemológico da Complexidade**. 2ªed. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902013000100008>. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol53-num1-2013/estado-arte-gestao-publica>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo de Martino; QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, 123-131, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000200013>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1054/>. Acesso em: 6 ago. 2019.

NORONHA, Daisy Pires; MARICATO, João de Melo. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. esp., p. 116-1001, 2008. DOI: DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p116>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1137>. Acesso em: 16 jun. 2019.

NUNES, Everardo Duarte. Ciências Sociais em Saúde: uma reflexão sobre sua história. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Orgs). **Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 19-31. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575413920>. Disponível em <http://books.scielo.org/id/w5p4j/02>. Acesso em: 25 abr. 2019.

NUNES, Ricardo da Costa; NUNES, Selene Peres Peres. Uma breve discussão sobre a fragilidade teórica nos campos da Administração Pública. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 134-147, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30781/repad.v2i1.5996>. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/5996/4280>. Acesso em: 24 jun. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015152440>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00625.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; GRACIO, Maria Cláudia Cabrini. Indicadores bibliométricos em ciência da informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base Scopus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.16-28, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000400003>. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1299>. Acesso em: 18 abr. 2019.

OLIVEIRA, Jose A. Puppim de. Brazilian Public Administration: Shaping and Being Shaped by Governance and Development. **Chinese Political Science Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 7-21, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41111-017-0052-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41111-017-0052-4>. Acesso em: 29 jul. 2019.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de; PEREIRA, José Roberto. Interesse público: significados e conexões. **Cadernos de Gestão Social**, [s. l.], vol. 4, n. 1, p. 13-23, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31602>. Acesso em: 29 jul. 2019.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 552-555, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672006000400015>. Disponível em: <http://reben.com.br/revista/artigos/?volume=59&ano=2006&numero=4&item=15>. Acesso em: 26 jun. 2019.

OROZCO, Omar Guerrero. La formulación de principios en la administración pública. **Convergencia**, Toluca, v. 16, n. 49, p. 15-35, 2009. Disponível em: <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1267>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OSBORNE, Stephen P. The new public governance? **Public Management Review**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14719030600853022>. Acesso em: 25 jul. 2019.

OSBORNE, Stephen P.; RADNOR, Zoe; STROKOSCH, Kirsty. Co-production and the co-creation of value in public services: a suitable case for treatment?. **Public Management Review**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 639-653, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2015.1111927>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14719037.2015.1111927>. Acesso em: 18 jul. 2019.

PACHECO, Regina Silvia. Administração pública nas revistas especializadas: Brasil, 1995-2002. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 63-71, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902003000400005>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37551>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PALÁCIOS, Manuel. O programa forte da sociologia do conhecimento e o princípio da causalidade. In: PORTOCARRERO, Vera. (Org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575414095>. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rmn6q/09>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** v. 1. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULA, Marcelo Torres de; AFONSO, Maria Lucia Miranda. Formação de jovens para a participação política e o exercício da cidadania. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, Petrolina, v. 8, n. 16, p. 56-78, 2018. Disponível em: <http://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/243>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PECI, Alketa; RIBEIRO, Agatha Justen Gonçalves; RODRIGUES, Frederico Bertholini Santos; FORNAZIN, Marcelo. Paradigmas Orientadores da Pesquisa em Administração Pública no Contexto Brasileiro. In: EnANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert. **Public Management Reform: A comparative analysis**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.

PRIOR, Hélder; SOUSA, João Carlos. A mudança estrutural do Público e do Privado. **Observatorio (OBS*)**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 01-16, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15847/obsOBS832014794>. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/794>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 132-142, 2011. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/109>. Acesso em: 18 jun. 2019.

RAMOS-RODRIGUEZ, Antonio-Rafael; RUIZ-NAVARRO, José. Changes in the intellectual structure of strategic management research: A bibliometric study of the Strategic Management Journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, [s. l.], v. 25, n. 10, p. 981-1004, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1002/smj.397>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/smj.397>. Acesso em: 10 jul. 2019.

REZENDE, Eurico. Administração e Produtividade. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 101, n. 3-4, p. 58-67, 1968. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v0i3-4.2690>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2690>. Acesso em: 9 jun. 2019.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. A crítica sociológica às abordagens epistemológicas tradicionais e o exercício da cidadania científica. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 1-7, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v30i1.1944>. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/1944>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RIBEIRO, Henrique Cesár Melo. Doze anos de estudo da Revista de Administração Pública à luz da bibliometria e da rede social. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 137-167, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2014.v20n1p167>. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/3404/pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RICCIO, Edson Luiz; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Movimentos de teorias em campos interdisciplinares: a inserção de Michel Foucault na contabilidade. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, 2^a. Edição Especial, p. 11-32, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552007000600002>. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/575>. Acesso em: 3 jul. 2019.

RICCUCCI, Norma M. The logic of inquiry in the field of public administration. In: MILLER, Gerald J.; YANG, Kaifeng. (Eds.). **Handbook of Research Methods in Public Administration**. 2a ed. New York: Taylor and Francis Group, 2008.

RODRIGUES JÚNIOR, Léo. Karl Mannheim e os problemas epistemológicos da sociologia do conhecimento: é possível uma solução construtivista? **Episteme**, Porto Alegre, n. 14, p. 115-138, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leo_Rodrigues/publication/266878575_KARL_MANNHEIM_E_OS_PROBLEMAS_EPISTEMOLOGICOS_DA_SOCIOLOGIA_DO_CONHECIMENTO_E_POSSIVEL_UMA_SOLUCAO_CONSTRUTIVISTA/links/551a9c780cf26cbb81a3099e.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os Modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares para a Coprodução do Bem Público. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 11, n. 25, p. 68-96, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2009v11n25p83>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/13078>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SANO, Hironobu; ABRUCIO, Fernando Luiz. Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 3, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000300007>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/36670>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SANTOS, Ana Cristina Batista dos. **Concepções de administração e administrador em tempos de capitalismo flexível: uma abordagem crítica**. 2013. 294 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Administração. Natal - RN, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12080>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], 78, p. 3-46, 2007. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.753>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/753>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Elinaldo L. O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 209-228, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395152841>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/52841>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, Raimundo Lima dos. Percepção da mudança em Kuhn e Bourdieu: aproximações e distanciamentos. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 11, p. 105-125, 2010. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/281>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 49-77, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6404>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SCHEID, Neusa Maria John; FERRARI, Nadir; DELIZOICOV, Demétrio. Concepções sobre a natureza da ciência num curso de ciências biológicas: imagens que dificultam a educação científica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 2, p. 157-181, 2007. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/470>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6691>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SILVA, Francismary Alves da. Descoberta versus Justificativa: a Sociologia e a Filosofia do conhecimento científico na primeira metade do Século XX. **Revista de Teoria da História**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 52-67, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5216/rth.v2i2.28469>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28469>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SILVA, Giuslane Francisca da. Exploração, colonialismo e democracia na América Latina na visão de Pablo González Casanova. **Revista Latino-Americana de História**, [s. l.], v. 6, n. 17, p. 43-59, 2017. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/629>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SILVA, Lindomar Pinto da; FADUL, Élvia. A produção científica sobre cultura organizacional em organizações públicas no período de 1997 a 2007: um convite à reflexão. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 651-669, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552010000400006>. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/770>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SILVA, Cinthia Lopes da; SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. **Impulso**, Piracicaba, v. 22, n. 54, p. 97-106, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v22n54p97-106>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/579>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SILVA, Victor Corrêa; TROTTMANN, Paula; COELHO, Fernando de Souza; SARTI, Flavia Mori. A produção científica em administração pública no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação para o período 2000-2010. In: EnANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

SMALL, Henry. On the shoulders of Robert Merton: Towards a normative theory of citation. **Scientometrics**, Budapest, v. 60, n. 1, p. 71-79, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1023/b:scie.0000027310.68393.bc>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:SCIE.0000027310.68393.bc>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SMOLSKI, Felipe Micaíl da Silva; DALCIN, Dionéia; VISENTINI, Monize Sâmara; BAMBERG, Joice; KERN, Juliana Strieder. Análise do perfil da produção científica da Revista de Administração Pública (RAP) no período 2003-16. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 6, p. 1139-1163, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170046>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/72850>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SOETERS, Joseph L.; TESSEMA, Mussie Teclemichael. Public management in developing countries: some notes on Eritrea. **International Review of Administrative Sciences**, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 623-635, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1177/0020852304048446>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020852304048446>. Acesso em: 5 jul.

SOUZA, Celina. Pesquisa em Administração Pública no Brasil: uma agenda para o debate. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 43-61, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7780>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 27-45, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150933>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65936>. Acesso em: 4 jul. 2019.

SOYDAN, Haluk. Understanding social work in the history of ideas. **Research on Social Work Practice**, [s. l.], v. 22, n. 5, p. 468-480, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1049731512441262>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1049731512441262>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientiométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-19651998000200006>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/795>. Acesso em: 19 jul. 2019.

STOKER, Gerry. Public value management: a new narrative for networked governance?. **The American Review of Public Administration**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 41-57, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074005282583>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0275074005282583>. Acesso em: 25 jun. 2019.

TASSABEHJI, Rana; HACKNEY, Ray; POPOVIČ, Aleš. Emergent digital era governance: Enacting the role of the 'institutional entrepreneur' in transformational change. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 223-236, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2016.04.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X16300338>. Acesso em: 17 jun. 2019.

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHECO, Maria Eliza Corrêa. Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração. **REGE. Revista de Gestão**, v. 12, n. 1, p. 55, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2005.36510>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36510>. Acesso em: 4 jul. 2019.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6803>. Acesso em: 4 jul. 2019.

TORFING, Jacob; TRIANTAFILLOU, Peter. What's in a name? Grasping new public governance as a political-administrative system. **International Review of Public Administration**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 9-25, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/12294659.2013.10805250>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/12294659.2013.10805250>. Acesso em: 22 jun. 2019.

TORRES, Carlos Alberto; ROMÃO, José Eustáquio; TEODORO, António. Redes institucionais na América Latina: construindo as Ciências Sociais Contemporâneas e a Educação. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, p. 13-32, 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/3079>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Os novos rumos dos estudos sociais de ciência e tecnologia; continuidade e ruptura na teoria social - implicações para o Brasil e a América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 24-41, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-016003702>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/50582>. Acesso em: 19 jun. 2019.

TRINDADE, Hélió Henrique Casses. "Disciplinarização" e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 210-256, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-020004707>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/76571>. Acesso em: 19 jun. 2019.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento.

Ciência da informação, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/970>. Acesso em: 2 jun. 2019.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/75>. Acesso em: 2 jun. 2019.

VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 42-55, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362010000200004>. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1105>. Acesso em 2 jun. 2019.

VENDRAMINI, Patrícia; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. As Competências do Administrador Público na Gestão Governamental: Análise e perspectivas da formação segundo a percepção de egressos da ESAG-UDESC. In: LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (Org.). **Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170091>. Acesso em: 18 maio 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos de Pesquisa em Administração**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VILLAS BÔAS, Glaucia. A tradição Renovada: reflexões sobre os temas das ciências sociais no Brasil, 1945-1969. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patricia (orgs.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Os Portadores da síntese: sobre a recepção de Karl Mannheim. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 13, p. 125-143, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75281>. Acesso em: 28 maio 2019.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. Evolução das ciências administrativas na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 31-68, 1979. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7496/5960>. Acesso em: 18 jun. 2019.

WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação: Max Weber hoje. **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-18, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702012000100001>. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/ts/article/view/48856>. Acesso em: 15 jun. 2019.

WALLMEIER, Franziska; HELMIG, Bernd; FEENEY, Mary K. Knowledge construction in public administration: A discourse analysis of public value. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 79, n. 4, p. 488-499, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.13005>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/puar.13005>. Acesso em: 10 jun. 2019.

WANDERLEY, Sergio. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395115852>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/15852>. Acesso em: 26 jul. 2019.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 913-936, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150061>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/64708>. Acesso em: 26 jul. 2019.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva - vol. II. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

XU, Runya; SUN, Qigui; SI, Wei. The third wave of public administration: The new public governance. **Canadian Social Science**, [s. l.], v. 11, n. 7, p. 11-21, 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.3968/7354>. Disponível em: <http://www.cscanada.net/index.php/css/article/view/7354>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ZOUAIN, Deborah Moraes; FLEURY, Sonia. **Análise do Perfil dos Artigos Publicados na Revista de Administração Pública – RAP – no Período 1992-2002**. Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2003. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/academico/pdf/RelRAP.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

APÊNDICE A - Periódicos que publicaram sobre AP entre 1998 e 2007

Periódico	Artigos	%	% acumul.
Revista de Administração Pública	61	27,1%	27,1%
Revista do Serviço Público	44	19,6%	46,7%
Organizações & Sociedade	23	10,2%	56,9%
Cadernos EBAPE.BR	13	5,8%	62,7%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	11	4,9%	67,6%
Revista de Administração de Empresas	8	3,6%	71,1%
Revista de Administração	7	3,1%	74,2%
Contabilidade, Gestão e Governança	5	2,2%	76,4%
Revista Ciências Administrativas	5	2,2%	78,7%
Revista de Administração Contemporânea	5	2,2%	80,9%
Gestão & Regionalidade	4	1,8%	82,7%
Revista Alcance	4	1,8%	84,4%
Revista de Ciências da Administração	4	1,8%	86,2%
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	4	1,8%	88,0%
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	3	1,3%	89,3%
Revista de Administração da Unimep	3	1,3%	90,7%
Revista de Administração Mackenzie	3	1,3%	92,0%
Revista de Negócios	3	1,3%	93,3%
Pensar Contábil	2	0,9%	94,2%
RAE-eletrônica	2	0,9%	95,1%
Revista Gestão & Tecnologia	2	0,9%	96,0%
BASE - Revista de Administração e Contab. da UNISINOS	1	0,4%	96,4%
Contextus - Revista Contemp. de Economia e Gestão	1	0,4%	96,9%
Desenvolvimento em Questão	1	0,4%	97,3%
Gestão e Sociedade	1	0,4%	97,8%
Organizações Rurais & Agroindustriais	1	0,4%	98,2%
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1	0,4%	98,7%
Revista de Gestão Social e Ambiental	1	0,4%	99,1%
Revista Gestão & Planejamento	1	0,4%	99,6%
Revista Ibero-Americana de Estratégia	1	0,4%	100,0%
Total	225		100,0%

APÊNDICE B - Periódicos que publicaram sobre AP entre 2008 e 2017

Periódico	Artigos	%	% acumul.
Revista de Administração Pública	104	17,4%	17,4%
Revista do Serviço Público	62	10,4%	27,8%
Administração Pública e Gestão Social	45	7,5%	35,3%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	32	5,4%	40,6%
Cadernos EBAPE.BR	31	5,2%	45,8%
Desenvolvimento em Questão	21	3,5%	49,3%
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	16	2,7%	52,0%
Organizações & Sociedade	14	2,3%	54,3%
REAd. Revista Eletrônica de Administração	14	2,3%	56,7%
Revista de Ciências da Administração	14	2,3%	59,0%
Contabilidade, Gestão e Governança	13	2,2%	61,2%
Revista de Gestão e Projetos	13	2,2%	63,4%
Reunir: Revista de Administração, Contabil. e Sustent.	12	2,0%	65,4%
Revista de Administração da UFSM	12	2,0%	67,4%
Revista Gestão & Tecnologia	12	2,0%	69,4%
Revista de Gestão	11	1,8%	71,2%
Gestão & Regionalidade	10	1,7%	72,9%
Gestão e Sociedade	10	1,7%	74,6%
Revista de Administração Contemporânea	10	1,7%	76,3%
Revista Gestão & Planejamento	10	1,7%	77,9%
Pensar Contábil	9	1,5%	79,4%
Revista Ciências Administrativas	8	1,3%	80,8%
Revista de Administração	8	1,3%	82,1%
Revista ADM.MADE	7	1,2%	83,3%
Revista de Administração e Inovação	7	1,2%	84,4%
Revista de Administração FACES Journal	7	1,2%	85,6%
Revista Pretexto	7	1,2%	86,8%
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	6	1,0%	87,8%
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	6	1,0%	88,8%
Contextus - Revista Contemp. de Economia e Gestão	5	0,8%	89,6%
Revista de Administração de Empresas	5	0,8%	90,5%
Revista de Administração Mackenzie	5	0,8%	91,3%
Future Studies Research Journal: Trends and Strategies	4	0,7%	92,0%
Journal of Information Systems and Technol. Management	4	0,7%	92,6%
Revista de Gestão Social e Ambiental	4	0,7%	93,3%

Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	4	0,7%	94,0%
Tecnologias de Administração e Contabilidade	4	0,7%	94,6%
Organizações Rurais & Agroindustriais	3	0,5%	95,2%
Revista Alcance	3	0,5%	95,7%
Revista de Administração da Unimep	3	0,5%	96,2%
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	3	0,5%	96,7%
Revista Gestão Organizacional	3	0,5%	97,2%
Revista Ibero-Americana de Estratégia	3	0,5%	97,7%
Brazilian Business Review	2	0,3%	98,0%
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	2	0,3%	98,3%
Revista de Gestão e Secretariado	2	0,3%	98,7%
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	2	0,3%	99,0%
Revista Organizações em Contexto	2	0,3%	99,3%
BASE - Revista de Administração e Contabil. da UNISINOS	1	0,2%	99,5%
RAE-eletrônica	1	0,2%	99,7%
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1	0,2%	99,8%
Revista de Negócios	1	0,2%	100,0%
Total	598		

APÊNDICE C - Periódicos que publicaram sobre AP entre 1988 e 2017

Periódico	Artigos	%	% Acumul.
Revista de Administração Pública	193	21,2%	21,2%
Revista do Serviço Público	142	15,6%	36,8%
Administração Pública e Gestão Social	45	4,9%	41,7%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	45	4,9%	46,7%
Cadernos EBAPE.BR	44	4,8%	51,5%
Organizações & Sociedade	41	4,5%	56,0%
Revista de Administração	23	2,5%	58,5%
Desenvolvimento em Questão	22	2,4%	60,9%
Revista de Administração de Empresas	22	2,4%	63,3%
GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	19	2,1%	65,4%
Contabilidade, Gestão e Governança	18	2,0%	67,4%
Revista de Ciências da Administração	18	2,0%	69,4%
Revista de Administração Contemporânea	16	1,8%	71,1%
Gestão & Regionalidade	14	1,5%	72,7%

REAd. Revista Eletrônica de Administração	14	1,5%	74,2%
Revista Gestão & Tecnologia	14	1,5%	75,7%
Revista Ciências Administrativas	13	1,4%	77,2%
Revista de Gestão e Projetos	13	1,4%	78,6%
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentab.	12	1,3%	79,9%
Revista de Administração da UFSM	12	1,3%	81,2%
Gestão e Sociedade	11	1,2%	82,4%
Pensar Contábil	11	1,2%	83,6%
Revista de Gestão	11	1,2%	84,9%
Revista Gestão & Planejamento	11	1,2%	86,1%
Revista de Administração Mackenzie	8	0,9%	86,9%
Revista ADM.MADE	7	0,8%	87,7%
Revista Alcance	7	0,8%	88,5%
Revista de Administração e Inovação	7	0,8%	89,2%
Revista de Administração FACES Journal	7	0,8%	90,0%
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	7	0,8%	90,8%
Revista Pretexto	7	0,8%	91,5%
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	6	0,7%	92,2%
Revista de Administração da Unimep	6	0,7%	92,9%
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	6	0,7%	93,5%
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	6	0,7%	94,2%
Revista de Gestão Social e Ambiental	5	0,5%	94,7%
Future Studies Research Journal: Trends and Strategies	4	0,4%	95,2%
Journal of Information Systems and Technology Management	4	0,4%	95,6%
Organizações Rurais & Agroindustriais	4	0,4%	96,0%
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	4	0,4%	96,5%
Revista de Negócios	4	0,4%	96,9%
Revista Ibero-Americana de Estratégia	4	0,4%	97,4%
Tecnologias de Administração e Contabilidade	4	0,4%	97,8%
RAE-eletrônica	3	0,3%	98,1%
Revista Gestão Organizacional	3	0,3%	98,5%
BASE - Revista de Administração e Contabil. da UNISINOS	2	0,2%	98,7%
Brazilian Business Review	2	0,2%	98,9%
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	2	0,2%	99,1%
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	2	0,2%	99,3%
Revista de Gestão e Secretariado	2	0,2%	99,6%
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	2	0,2%	99,8%
Revista Organizações em Contexto	2	0,2%	100,0%
	911	100,0%	

APÊNDICE D - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1998 e 2007

Autor	Qtde. artigos
Luiz Carlos Bresser Pereira	7
Marta Ferreira Santos Farah	6
Peter Spink	6
Denis Alcides Rezende	3
Francisco Sobreira Neto	3
Gileno Fernandes Marcelino	3
José Francisco Salm	3
Marcelo Milano Falcão Vieira	3
Maria Ester Menegasso	3
Tomás de Aquino Guimarães	3
Anderson Macedo de Jesus	2
Antônio Artur de Souza	2
Ernani Mendes Botelho	2
Flavio Hourneaux Junior	2
Ivan Antônio Pinheiro	2
José Francisco Ribeiro Filho	2
José Rodrigues Filho	2
Mirian Aparecida Micarelli Struett	2
Paulo Cesar Delayti Motta	2
Regina Silvia Pacheco	2
Simone Letícia Raimundini	2
Vicente Riccio	2

APÊNDICE E - Autores que mais publicaram sobre AP entre 2008 e 2017

Autor	Qtde. artigos
José Roberto Pereira	15
Magnus Luiz Emmendoerfer	10
Josiel Lopes Valadares#	8
Marco Aurélio Marques Ferreira	7
Ana Alice Vilas Boas	6
Edson Arlindo Silva	5
João Souza Neto	5

Marcelo Álvaro da Silva Macedo	5
Marta Ferreira Santos Farah	5
Ricardo Corrêa Gomes	5
Airton Cardoso Cançado	4
Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca	4
Anderson de Oliveira Reis	4
Denis Alcides Rezende	4
Fernanda Filgueiras Sauerbronn	4
Ivan Beck Ckagnazaroff	4
Luis Moretto Netto	4
Marco Antonio Carvalho Teixeira	4
Marcos de Moraes Sousa	4
Mozar José de Brito	4
Pierre Ohayon	4
Valderí de Castro Alcântara#	4
Waldir Jorge Ladeira dos Santos	4
Alair Ferreira de Freitas	3
Alan Ferreira de Freitas	3
André Luiz Zambalde	3
Andréa de Oliveira Gonçalves	3
Annita Valléria Calmon Mendes	3
Antonio Isidro da Silva Filho	3
Antonio Luiz Rocha Dacorso	3
Carlos Eduardo Justen	3
Cynthia Helena de Oliveira Bechelaine	3
Claudia Terezinha Kniess	3
Clenia De Mattia	3
Dany Flávio Tonelli	3
Elisa Zwick	3
Élvia Mirian Cavalcanti Fadul	3
Emerson Antonio Maccari	3
Fabricio Quadros Borges	3
Fernando Luiz Abrucio	3
Francisco José dos Santos Alves	3
Frederico Lustosa da Costa	3
Gelson Silva Junquilha	3
Gerson Rosenberg	3
Janilson Antonio da Silva Suzart	3
Jorge Tadeu de Ramos Neves	3

José da Assunção Moutinho	3
José Matias-Pereira	3
Joséilton Silveira da Rocha	3
Kamila Pagel de Oliveira	3
Lamartine Vieira Braga	3
Leonardo Ensslin	3
Luis Paulo Bresciani	3
Luiz Antonio Joia	3
Marcus Vinícius Peinado Gomes	3
Maria Gracinda Carvalho Teixeira	3
Mário Teixeira Reis Neto	3
Mauricio Corrêa da Silva	3
Mauro César Silveira	3
Renata Simões Guimarães e Borges	3
Ricardo Luiz Pereira Bueno	3
Saulo Fabiano Amâncio-Vieira	3
Suely de Fátima Ramos Silveira	3
Tomás de Aquino Guimarães	3
Vânia Aparecida Rezende de Oliveira	3
Vicente da Rocha Soares Ferreira	3
Victor Burigo Souza	3
Virgílio César da Silva e Oliveira	3
Willson Gerigk	3

APÊNDICE F - Autores que mais publicaram sobre AP entre 1988 e 2017

Autor	Qtde. artigos
José Roberto Pereira	15
Marta Ferreira Santos Farah	13
Magnus Luiz Emmendoerfer	10
Luiz Carlos Bresser Pereira	9
Josiel Lopes Valadares	8
Denis Alcides Rezende	7
Élvia Mirian Cavalcanti Fadul	7
Marco Aurélio Marques Ferreira	7
Ricardo Corrêa Gomes	7
Ana Alice Vilas Boas	6

Gileno Fernandes Marcelino	6
Peter Kevin Spink	6
Tomás de Aquino Guimarães	6
Ciro Campos Christo Fernandes	5
Edson Arlindo Silva	5
Fernanda Filgueiras Sauerbronn	5
João Souza Neto	5
José Antonio Gomes de Pinho	5
Marcelo Álvaro da Silva Macedo	5
Marcelo Milano Falcão Vieira	5
Mozar José de Brito	5
Airton Cardoso Cançado	4
Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca	4
Anderson de Oliveira Reis	4
André Luiz Zambalde	4
Fernando Guilherme Tenório	4
Fernando Luiz Abrucio	4
Gelson Silva Junquilha	4
Ivan Beck Ckagnazaroff	4
José Francisco Salm	4
Luis Moretto Netto	4
Luiz Antonio Joia	4
Marco Antonio Carvalho Teixeira	4
Marcos de Moraes Sousa	4
Marcus Vinícius Peinado Gomes	4
Maria Ester Menegasso	4
Pierre Ohayon	4
Renata Simões Guimarães e Borges	4
Tânia Margarete Mezzomo Keinert	4
Valderí de Castro Alcântara	4
Waldir Jorge Ladeira dos Santos	4

APÊNDICE G - Autores mais citados entre 1988 e 1997

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	22
DINIZ, Eli	10

MARTINS, Luciano	10
Melo, Marcus André B. C. de	9
WEBER, Max	9
OSBORNE, David	8
ABRUCIO, Fernando Luiz	7
MATUS, Carlos	7
PRZEWORSKI, Adam	7
MOTTA, Paulo Roberto	6
REZENDE, Fernando	6
SOUTO-MAIOR, Joel	6
WAHRLICH, Beatriz M. de Souza	6
BARZELAY, Michael	5
GUERREIRO RAMOS, Alberto	5
KETTL, Donald F.	5
MELLO, Celso Antônio Bandeira de	5
O'DONNELL, Guilherme	5
BERTERO, Carlos Osmar	4
CARDOSO, Fernando Henrique	4
EVANS, Peter B.	4
GONDIM, Linda M.	4
HUNTINGTON, Samuel P.	4
OLSON, Mancur	4
POLLITT, Christopher	4
RUA, M. das Graças	4
SILVA, Carlos E. S.	4
ABRANCHES, Sergio H.	3
ARELLANO, David	3
BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita	3
BRYSON, John M.	3
CAIDEN, Gerald E.	3
CAMPOS, Ana Maria	3
CROZIER, Michel	3
DROMI, José Roberto	3
ETZIONI, Amitai	3
FARAH, Marta Ferreira Santos	3
GREINER, Peter	3
HABERMAS, Jürgen	3
HIRSCHMAN, Albert	3
KLIKSBERG, Bernardo	3

KRÜGER, Anne	3
LANE, Jan Erik	3
MATHIEU, J. E.	3
MOTTA, Fernando C. Prestes	3
NUNBERG, Barbara	3
NUNES, Edson de Oliveira	3
PETERS, Guy B.	3
REIS, Fábio Wanderley	3
SANTOS, Reginaldo Souza	3
SANTOS, Wanderley Guilherme dos	3
SCHNEIDER, Ben Ross	3
SMITH, Warrick	3

APÊNDICE H - Autores mais citados entre 1998 e 2007

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	111
FARAH, Marta Ferreira Santos	37
SPINK, Peter K.	35
OSBORNE, David	31
KLIKSBERG, Bernardo	25
WEBER, Max	24
MINTZBERG, Henry	23
ABRUCIO, Fernando Luiz	21
DRUCKER, Peter F.	20
HOOD, Christopher	20
YIN, Robert K.	20
DINIZ, Eli	19
DRAIBE, Sonia	18
TENÓRIO, Fernando Guilherme	18
GUERREIRO RAMOS, Alberto	16
ARRETCHE, Marta Teresa da Silva	15
PRZEWORSKI, Adam	15
SANTOS, Boaventura de Sousa	15
CUNILL GRAU, Nuria	14
PINHO, José Antonio Gomes	14
BOBBIO, Norberto	13

CASTELLS, Manuel	13
DOWBOR, Ladislau	13
HABERMAS, Jürgen	13
MATUS, Carlos	13
WILDAVSKY, Aaron	13
CATELLI, Armando	12
FISCHER, Tânia	12
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho	12
MARCELINO, Gileno Fernandes	12
MEIRELLES, Hely Lopes	12
MOTTA, Paulo Roberto	12
BARZELAY, Michael	11
FLEURY, Sonia	11
FOUCAULT, Michel	11
MCSWITE, O. C.	11
MORGAN, Gareth	11
O'DONNELL, Guillermo	11
POLLITT, Christopher	11
PUTNAM, Robert D.	11
MELO, Marcus André	10
WILLIAMSON, Oliver E.	10
BARBOSA, Livia	9
JACOBI, Pedro	9
MISOCZKY, Maria Ceci A.	9
PACHECO, Regina Silva	9
THOENIG, Jean-claude	9
BEHN, Robert D.	8
BOURDIEU, Pierre	8
CASTOR, Belmiro Valverde Jobim	8
CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira	8
CHANLAT, Jean-François	8
CLEGG, Stewart R.	8
CROZIER, Michel	8
DEMO, Pedro	8
ELIAS, Paulo E.	8
FERLIE, Ewan	8
GIDDENS, Anthony	8
KETTL, Donald F.	8
MARCH, James G.	8

MOTTA, Fernando C. Prestes	8
NUNES, Edson de Oliveira	8
PORTER, Michael E.	8
PRAHALAD, C. K.	8
SENGE, Peter M.	8

APÊNDICE I - Autores mais citados entre 2008 e 2017

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	265
TENÓRIO, Fernando Guilherme	147
PAES DE PAULA, Ana Paula	132
GUERREIRO RAMOS, Alberto	125
GIL, Antônio Carlos	95
VERGARA, Sylvia Constant	95
YIN, Robert K.	95
ABRUCIO, Fernando Luiz	94
BARDIN, Laurence	92
WEBER, Max	83
MINTZBERG, Henry	75
HAIR JR., Joseph F.	73
FISCHER, Tânia D.	72
HABERMAS, Jürgen	67
MATIAS-PEREIRA, José	60
KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo	58
OSBORNE, David	56
KAPLAN, Robert S.	55
SANTOS, Boaventura de Sousa	55
HOOD, Christopher	54
DENHARDT, Robert B.	53
MOTTA, Fernando Carlos Prestes	53
PINHO, José Antônio Gomes de	53
AVRITZER, Leonardo	51
CANÇADO, Airton Cardoso	51
RICHARDSON, Roberto Jarry	50
FARAH, Marta Ferreira Santos	49
POLLITT, Christopher	47

SECCHI, Leonardo	46
BOURDIEU, Pierre	45
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de	41
PACHECO, Regina Sílvia V.	40
SOUZA, Celina	40
COELHO, Fernando de Souza	37
SLOMSKI, Valmor	37
FADUL, Élvia M. C.	36
SPINK, Peter	36
CASTELLS, Manuel	34
MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça	34
SEN, Amartya	34
COSTA, Frederico Lustosa da	33
KETTL, Donald F.	33
ENSSLIN, Leonardo	32
TRAGTENBERG, Maurício	32
BERTERO, Carlos Osmar	31
SCHUMPETER, Joseph A.	31
PORTER, Michael E.	30
MINAYO, Maria Cecília de Souza	29
ARRETCHE, Marta T. S.	28
GODOY, Arilda Schmidt	28
MACHADO-DA-SILVA, Clovis L.	28
MALHOTRA, Naresh K.	28
WHITTINGTON, Richard	28
FREY, Klaus	27
GIDDENS, Anthony	27
MEIRELLES, Hely Lopes	27
PECI, Alketa	27
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva	27
DUTRA, Joel Souza	26
FARIA, José Henrique de	26
MATUS, Carlos	26
TAMAYO, Álvaro	26
BERGUE, Sandro Trescastro	25
BRANDÃO, Hugo Pena	25
DAHL, Robert Alan	25
DRUCKER, Peter F.	25
COSTA, Frederico Lustosa da	25

O'DONNELL, Guillermo	25
SALM, José Francisco	25
BOBBIO, Norberto	24
FREIRE, Paulo	24
MORIN, Edgar	24

APÊNDICE J - Autores mais citados entre 1988 e 2017

Autor	Referências
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos	398
TENÓRIO, Fernando Guilherme	165
GUERREIRO RAMOS, Alberto	146
PAES DE PAULA, Ana Paula	139
ABRUCIO, Fernando Luiz	122
WEBER, Max	116
YIN, Robert K.	115
GIL, Antonio Carlos	102
MINTZBERG, Henry	100
VERGARA, Sylvia Constant	99
OSBORNE, David	95
BARDIN, Laurence	94
FARAH, Marta Ferreira Santos	89
FISCHER, Tânia D.	85
HABERMAS, Jürgen	83
HAIR JR., Joseph F.	74
HOOD, Christopher	74
SPINK, Peter K.	71
SANTOS, Boaventura de Sousa	70
PINHO, José Antônio Gomes de	69
KEINERT, Tania Margarete Mezzomo	65
MOTTA, Fernando Carlos Prestes	64
KAPLAN, Robert S.	62
MATIAS-PEREIRA, José	62
POLLITT, Christopher	62
COSTA, Frederico Lustosa da	61
DENHARDT, Robert B.	58
AVRITZER, Leonardo	53

BOURDIEU, Pierre	53
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de	53
DINIZ, Eli	52
MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça	52
CANÇADO, Airton Cardoso	51
PACHECO, Regina Silva	51
RICHARDSON, Roberto Jarry	51
KLIKSBERG, Bernardo	49
CASTELLS, Manuel	47
DRUCKER, Peter F.	46
KETTL, Donald F.	46
MATUS, Carlos	46
SECCHI, Leonardo	46
ARRETCHE, Marta Teresa da Silva	43
SLOMSKI, Valmor	43
FADUL, Élvia M. C.	41
O'DONNELL, Guilherme	41
MEIRELLES, Hely Lopes	40
BARZELAY, Michael	39
SOUZA, Celina	39
BOBBIO, Norberto	38
PORTER, Michael E.	38
PRZEWORSKI, Adam	38
SEN, Amartya	38
BERTERO, Carlos Osmar	37
COELHO, Fernando de Souza	37
DOWBOR, Ladislau	36
DRAIBE, Sonia Miriam	35
GIDDENS, Anthony	35
TRAGTENBERG, Maurício	35